

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUANA MEDEIROS SILVA

PESCA ARTESANAL: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para a obtenção da titulação de mestre.

Orientador: prof. Dr. Roberto Sassi

Co-orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Franco

**João Pessoa
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

SUANA MEDEIROS SILVA

PESCA ARTESANAL: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (Examinador externo)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof. Dr. Pedro Viana (Examinador interno)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dr^a. Maria Franco Garcia (Co-orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Roberto Sassi
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (Suplente examinador externo)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof^a. Dr^a. Lígia Maria Tavares
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Suplente examinador interno)

**João Pessoa
2012**

Não conheço outros a quem poderia dedicar este trabalho, se não às pescadoras e aos pescadores artesanais do município de Lucena e de todas as localidades geográficas onde a pesca artesanal é praticada. Dedico, humildemente, ciente de que os conhecimentos buscados e direcionados para a realização desta pesquisa, não mensuram o conhecimento que estes trabalhadores têm sobre o meio natural; nem os conflitos e fragilidades contidos neste universo. Dedico, portanto, aos mestres que por meio da relação que têm com a natureza, transformam em cultura, o que se pratica como trabalho.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que seguem fazem parte não somente de uma trajetória acadêmica, da qual o resultado é dentre outros, uma dissertação. Mas também de uma caminhada política de muita militância, na qual os companheiros – professores e amigos de turma – são parte fundamental no processo e no fechamento de mais um ciclo. Além disso, algumas pessoas que, embora não façam parte do PPGG, foram muito importantes nessa fase e não faria sentido algum não receberem aqui os devidos créditos.

Pelo acolhimento como orientanda em momento já avançado do curso com muita tranquilidade; pela dedicação a esta pesquisa, acreditando sempre em bons resultados; pela compreensão em muitos momentos; sobretudo, por ter me apresentado o universo da pesca artesanal, compartilhando de seus conhecimentos e experiências, meu sincero agradecimento e admiração ao professor Roberto Sassi.

Por ter me recebido no PPGG de portas abertas, me abrindo um leque de conhecimentos e oportunidades; por ter me acompanhado enquanto pôde como orientadora; pelo profissionalismo e amizade, minha gratidão à professora Lígia Tavares.

À professora Maria Franco, por abraçar esta pesquisa e contribuir de forma muito significativa no desenvolvimento desse trabalho. Expresso aqui o meu reconhecimento do seu comprometimento com a pesquisa e com a geografia do movimento, da luta. Sobretudo, expresso a minha admiração. *Gracias compañera!*

Ao professor Edvaldo Lima, pelas contribuições e pelo exemplo de luta e profissionalismo.

Pelas contribuições a essa pesquisa, advindas de sua experiência com a pesca artesanal; deixo aqui meu agradecimento e admiração pela autenticidade e militância do professor Pedro Viana.

À Nacho Vega, companheiro essencial e muito presente em momentos cruciais da pesquisa, com apoio, paciência e dedicação. *Muchas gracias* por compartilhar comigo as percepções, o encantamento e o desconforto causados pelas realidades encontradas no universo da pesca artesanal.

À Denise Ferraz, então secretária da Colônia de pescadores *Benjamin Constant Z-5*, que sem a sua disponibilidade, prontidão e vontade em colaborar, parte da pesquisa de campo deste trabalho não teria sido possível.

Aos senhores Amauri e Jaime Pereira, agentes do IBAMA, pela grande colaboração, dedicando tempo e atenção para responder e discutir questões fundamentais desta pesquisa.

À professora Ana Madruga, por compartilhar seus conhecimentos e vivências sobre o município de Lucena e sobre os pescadores artesanais. Minha gratidão pelo apoio e amizade; pelas conversas geográficas ou não, que me levaram em vários momentos, a uma melhor compreensão e tranquilidade.

Ao professor Marco Mitidiero Junior, pelo apoio por meio de suas posições políticas em momentos de grandes conflitos.

Aos meus amigos Noemi Paes Freire, Elton Oliveira, Hédio de França Gondim, Karoline Monteiro, Lidianne Candido, Diego Bruno, Joana Jackeline, com os quais compartilhei revoltas, cansaço, desânimo, bons momentos de companheirismo entre documentos, textos, comidas e bebidas. Serei grata sempre pelo crescimento pessoal e político que esse companheirismo nos rendeu. Tenho certeza que somos os geógrafos mais subversivos que esse PPGG já viu e ouviu falar. Subversivos para reacionário nenhum botar defeito!

À Thiago Lima, por ser o amigo atencioso e, sobretudo, por ter me ensinado que autonomia é coisa muito séria!

Aos amigos e irmãos de sempre, Aline Lima, Ângela Farias e Aldo Oliveira, que entre a geografia e a filosofia estão sempre presentes, contribuindo seja de forma lúdica ou séria, seja de forma abstrata ou concreta, para que as fases pessoais e profissionais da vida sejam mais leves e tenham mais sentido. Uma dissertação fica muito mais fácil de fazer quando vocês estão por perto e quando penso em nossas férias nos quatro cantos desse mundo.

À Arthur Valverde, professor orientador da graduação e amigo, ao qual devo a iniciativa de minhas primeiras publicações acadêmicas e o interesse pelo mestrado.

À Maria Margarida, também professora da graduação e amiga, que contribuiu à sua maneira para o fechamento desse ciclo.

Ao professor Vicente Félix, que com humildade e amizade me mostrou o valor do conhecimento.

À minha família: minha mãe, Maria Medeiros, com quem aprendi a ser determinada e não desistir tão fácil; meu irmão Felipe Medeiros, o único físico metido a geógrafo que conheço; meu irmão Juan Medeiros, que me lembra sempre que “há vida inteligente” fora da universidade; a meu irmão Arthur Medeiros, um motivo a mais para que eu faça minha parte por um mundo melhor; ao meu padastro Ivanildo Herculano, que em sua simplicidade dá crédito às minhas viagens. E por não poder agradecer em vida, dedico este trabalho também ao meu pai, que certamente tomaria um bom vinho comigo depois dessa defesa.

O pesquisador e os pescadores: o primeiro lance das redes

Ainda não se vê o sol quando chegam ao local de trabalho por volta das quatro horas e meia da manhã. Sozinhos ou em grupos vão compondo o cenário. Alguns conversam, outros permanecem calados e sentados. A espera é pouca, ainda está escuro quando começam a rotina de mais uma jornada no mar.

Três homens levam a jangada de cor laranja, da areia da praia até o mar, por meio de dois troncos de coqueiro, ocos no meio, que servem de rodas; além de duas estacas de madeira, que servem como alavanca para suspendê-la e trocar a posição dos troncos. Entram no mar; e quando estão lá, o sol nasce clareando a água e o trabalho dos pescadores. O vento sudeste tem a mesma intensidade antes e depois do sol sair, provocando o mesmo som na batida da onda.



Pescadores levando a jangada ao mar.

Durante um tempo, equivalente a cerca de vinte minutos, há apenas uma jangada no mar; os outros grupos permanecem em terra preparando seus equipamentos ou ainda parados, sem nada fazer, como se esperassem a hora certa. Ao longo da praia, na faixa de areia que se estende na direção norte podem ser vistas algumas jangadas postas em direção ao mar, prontas para o momento da entrada, e dessa forma, delimitando o território marítimo em que o grupo irá executar a pesca. Um homem, lá longe, tão pequeno na ampla paisagem, leva na cabeça um tronco de coqueiro, e outro no pé rolando de volta à areia; a jangada do seu grupo já está no mar.

Pouco a pouco a luz do dia vai revelando o movimento que se faz ao longo da praia e logo aparecem várias jangadas sendo levadas à água. Uma jangada com uma vela de cor vermelha do lado esquerdo, outra pequena à direita, que só cabe dois homens. A primeira que entrou no mar agora volta, após ter chegado cerca de cem metros de distância da areia

e lá permanecido por cerca de meia hora; começa então o mesmo procedimento, a mesma técnica de rolagem para trazer a jangada de volta à areia. Mas trazê-la de volta ao lugar onde estava exatamente antes, não requer pressa; o de mais urgente agora é arrastar a rede que foi deixada no mar por eles, para trazer o que foi pescado. Veem para junto do material de apoio que deixam perto das jangadas e, de dentro de um carrinho de mão retiram a *puxadeira*¹, instrumento de trabalho utilizado na puxada da rede de arrasto.



Pescadora de Fagundes expondo a puxadeira

Um jovem bebe café na tampa preta de uma garrafa trazida também no carrinho de mão. Uma jangada de vela azul aparece à esquerda no mar e de frente mais duas de cor branca; enquanto isso, o jovem e um dos homens que estavam no mar, começam a puxar a rede da primeira jangada. O procedimento requer força e resistência física. Laçados à mesma corda da rede por meio da *puxadeira*, os dois de frente ao mar e na mesma linha sentido oeste-leste, com o corpo inclinado todo o tempo, e os pés impulsionando contra a areia molhada como se escalassem o chão. Vão trocando de posição sempre que puxam um tamanho de corda da rede suficiente, deixando para trás a extensão que já saiu da água, com o objetivo de não se afastarem do mar e concentrarem força de uma distância menor possível. Há cerca de meia hora estão nesse movimento, enquanto um dos homens que ajudou a levar a jangada até a água puxa sozinho o outro lado da rede, que havia prendido em uma estaca de madeira, fixa por ele na areia, dentro do mar há uns três metros de distância da praia. Pouco tempo depois, quando a rede de arrasto parece estar mais próxima de ser retirada, já não são três homens puxando-a, são sete, que se dividem nos dois lados da rede e cruzam as duas cordas, passando uns pelos outros, como em um jogo

¹ Acessório feito com tecido grosso ou saco de nylon dobrado em várias voltas, na forma de um cinto e usado na altura do abdômen. É interligado à rede por um pequeno pedaço de corda, que se prende a uma das pontas da mesma. A força gerada para puxar a rede se concentra na coluna e nas pernas.

ou uma brincadeira de rua. Um outro homem vem por fora recolhendo a corda que vai ficando na areia a medida que a rede vai ficando mais perto.



Pescadores puxando a rede de arrasto



Pescadores puxando a rede de arrasto dentro da água

Trabalham em equipe e cada um sabe a sua função e a hora certa de executá-la. Não há ordens, perguntas ou sugestões nesse momento; são movimentos integrados, como em uma engrenagem que funciona bem. Já são 10 homens puxando a rede, alguns dentro da água e outros fora; esses últimos se encarregam de ir dobrando a extensão da rede que não traz nenhum pescado. Duas mulheres se aproximam do grupo e uma delas se junta aos demais, são então 12 pessoas ou mais ajudando a retirar a rede do mar. Enfim, toda a extensão da rede se revela, trazendo quilos de algas arribadas², que escondem os poucos camarões e a fauna acompanhante, com cerca de dois quilos. Um deles vai buscar um *balaio*, onde vão colocando o *camarão branco*, único produto da pesca que interessa aos

² *Algas arribadas* são as algas que se desprendem do substrato natural e chegam até a praia transportadas pelas correntes marítimas.

pescadores para a venda. Ao final, os pequenos peixes de algumas espécies, são recolhidos pelas duas mulheres e por alguns homens que ajudaram a puxar. O camarão que foi pescado não pesava um quilo; segundo uma das mulheres presentes, os últimos dias foram todos assim, de pouca fartura.



Ajudantes de unem aos pescadores para puxar a rede



Pescadores tirando a rede de arrasto do mar



Ajudantes selecionando os produtos da pesca



Pescadores limpando as algas da rede de arrasto e guardando para secar ao sol

Como um dos últimos procedimentos dessa jornada, em trabalho conjunto, sacodem a rede até que as últimas algas arribadas que ficaram presas à malha caiam no chão. Em seguida, seguem enrolando a rede, tendo como base estacas de madeira fixas na areia. São sete horas e meia da manhã; rede enrolada, pronta para secar ao sol, enquanto os homens, sentados nas jangadas, conversam e tomam seu café da manhã, que trazem de casa em compartimentos de plástico. Fim de pescaria. (relato da primeira observação *in loco* de uma pescaria de arrasto).

RESUMO

Nos dados do boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2010, a produção de pescado no Brasil, para o ano de 2010 foi de 1.264.765 t, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. Nessa produção nacional, de acordo com a média dos últimos 10 anos, a pesca artesanal é responsável por 65% da produção total de pescado, enquanto a pesca industrial representa 35% da produção. O ministério da Pesca e Aquicultura possui em seu registro geral 957 mil pescadores artesanais entre homens e mulheres. Segundo seus dados, esses pescadores estão organizados em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011). O município de Lucena tem a pesca artesanal como uma atividade significativa na sua origem e no seu processo de formação, quando da sua evolução de vila à cidade. Não obstante, atualmente a pesca artesanal se apresenta ainda muito relevante na realidade socioeconômica da população, considerando que é uma das atividades econômicas mais exercidas no lugar. O município possui uma área de 88,9 km², limitando-se ao norte com o município de Rio Tinto, ao sul com o estuário do rio Paraíba, a oeste com o município de Santa Rita e a leste com o oceano atlântico (IBGE, 2012). O rio Paraíba do Norte e o seu estuário, que limita a porção sul do município, tem grande influência nas águas marítimas e na vegetação de Lucena; e conseqüentemente, nas atividades extrativistas e de cultivo. O rio Paraíba possui 380 km de extensão e se configura como o rio mais importante do estado da Paraíba, considerando seu tamanho e importância econômica. Além da pesca artesanal Lucena tem na história do seu setor pesqueiro e econômico, a pesca industrial da baleia que, além dos impactos ambientais, provocou grandes impactos socioeconômicos na região. De 1911 até 1985 a pesca artesanal e a pesca da baleia eram exercidas em Lucena concomitantemente. A população do município, entre pescadores e demais moradores, teve na pesca da baleia uma importante fonte de renda estável. Essa estabilidade era um fator positivo que se diferenciava da instabilidade financeira proveniente da pesca artesanal. Depois da proibição nacional da caça à baleia, na década de 1980, os pescadores que trabalhavam na COPRESBA – Companhia de Pesca Norte do Brasil, voltaram a viver somente da pesca artesanal. O objetivo geral dessa pesquisa é estudar a atividade da pesca artesanal no município de Lucena-PB, resgatando a história dos pescadores e das pescadoras artesanais, desde a origem da cidade como vila até a realidade atual da atividade. Bem como analisar as relações dos pescadores com o poder público e com o meio natural. O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de entrevistas nos órgãos públicos, na colônia de pescadores e por meio de questionários e entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais aposentados e não aposentados, cadastrados na colônia de Lucena. A renda gerada pela produção, na maioria dos casos não é suficiente para o sustento da família, obrigando o pescador a fazer outros serviços para complementação da renda. Constatamos que a situação socioeconômica do pescador artesanal em Lucena é precária e que, além disso, há vários conflitos envolvendo o poder público local e os pescadores artesanais. A precariedade da atividade, bem como os conflitos mencionados, ameaçam a continuidade da pesca artesanal enquanto atividade de subsistência tradicional.

Palavras-chave: pesca artesanal, natureza, trabalho, política.

RESUMEN

En los datos del Boletín Estadístico de Pesca y Acuicultura de 2010, la producción de pescado en Brasil, para el año 2010 fue de 1.264.765 toneladas, registrando un incremento del 2% con respecto a 2009, cuando se produjeron 1.240.813 t de peces. En esta producción nacional, de acuerdo con el promedio de los últimos 10 años, la pesca es responsable por 65% de la producción total de pescado, mientras que la pesca industrial representa el 35% de la producción. El Ministerio de Pesca y Acuicultura tiene en su registro total 957.000 pescadores entre hombres y mujeres. Según sus datos, estos pescadores se organizan en aproximadamente 760 asociaciones, 137 sindicatos y 47 cooperativas (AMP, 2011). El municipio de Lucena tiene la pesca artesanal como una actividad significativa en su origen y en su proceso de formación, en su evolución de pueblo a ciudad. Sin embargo, en la actualidad la pesca sigue siendo muy relevante en la actual realidad socio-económica de la población, teniendo en cuenta que es una de las principales actividades económicas ejercidas en el lugar. El municipio tiene un territorio de 88,9 kilómetros ², limitando al norte con el municipio de Rio Tinto, al sur con el estuario de río Paraíba, en el oeste con el municipio de Santa Rita y al este con el Océano Atlántico (IBGE, 2012). El río Paraíba del Norte y su estuario, lo que limita la parte sur de la provincia, tiene una gran influencia en las aguas marítimas y la vegetación de Lucena, y en consecuencia, en las actividades de extracción y cultivo. El río Paraíba tiene 380 kilómetros de largo y se configura como el río más importante en el estado de Paraíba, teniendo en cuenta su tamaño e importancia económica. Además de la pesca artesanal Lucena tiene en la historia de su sector pesquero y económico, la pesca industrial de la ballena que más allá de los impactos ambientales, ha causado importantes impactos socio-económicos de la región. Desde 1911 hasta 1985, la pesca y la caza de ballenas se realizaron simultáneamente en Lucena. Para la población del municipio, entre los pescadores y otros residentes, la caza de ballenas era una importante fuente de ingreso estable. Esta estabilidad fue un factor positivo que se diferenciaba de la inestabilidad financiera de la pesca artesanal. Después de la prohibición nacional de la caza de ballenas en 1980, los pescadores que trabajaban en COPRESBA - Fishing Company norte de Brasil, volvieron a vivir sólo de la pesca artesanal. El objetivo general de esta investigación es estudiar la actividad de la pesca en el municipio de Lucena-PB, rescatando la historia de los pescadores y pescadoras artesanales de la ciudad, desde la origen de la ciudad como pueblo hasta a la realidad actual de la actividad. Y analizar las relaciones entre los pescadores con el gobierno y con el entorno natural. El trabajo de campo se desarrolló a través de entrevistas en los organismos públicos, la comunidad pesquera ya través de cuestionarios y entrevistas con los pescadores y pescadoras artesanales jubilados y no jubilados, registrados en la colonia de pescadores de Lucena. Los ingresos generados por la producción en la mayoría de los casos no es suficiente para mantener a la familia del pescador, lo que le obliga hacer otros servicios para complementar los ingresos. Tomamos nota de que la situación socioeconómica de los pescadores artesanales en Lucena es precaria y que, además, hay varios conflictos entre las autoridades locales y pescadores. La precariedad de la actividad, así como los conflictos mencionados, amenazan la continuidad de la pesca artesanal como una actividad tradicional de subsistencia.

Palabras clave: pesca artesanal, la naturaleza, el trabajo, la política.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa de localização do município de Lucena	20
Figura 02 – Boca do estuário do rio Paraíba	21
Figura 03 – Ilustração dos aglomerados urbanos estudados	23
Figura 04 – Casa de um pescador em Fagundes – Lucena/PB	32
Figura 05 – Bairro novo – Carrapeta/ Lucena	34
Figura 06 – Conjunto Manoel Marinho – Nova Costinha/ Costinha.	35
Figura 07 – Local onde funcionava a COPESBRA – Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha - Lucena	41
Figura 08 – Local onde funcionava a COPESBRA – Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha - Lucena	42
Figura 09 – Local onde funcionava a COPESBRA – Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha - Lucena	42
Figura 10 – Rede de pesca <i>tainheira</i>	56
Figura 11 – Rede de arrasto	56
Figura 12 – Curral de peixe instalado	58
Figura 13 – Maquete de curral de peixes	58
Figura 14 – Jangada na praia de Lucena	59
Figura 15 – Canoa na oficina de fabricação - Oficina pertencente a antigo pescador que fabrica e conserta canoas e jangadas.	60
Figura 16 – Peixes denominados <i>Caícos</i>	62
Figura 17 – <i>Camarão Branco</i>	63
Figura 18 – Caiçaras localizadas na praia de Lucena	64
Figura 19 – Caiçara localizada na praia de Costinha	64
Figura 20 – Dezenas de caranguejos pequenos enterrados na lama do mangue (patas para fora).	65
Figura 21 – Destaque patas dos caranguejos fora da lama (recorte figura 21).	66

Figura 22 – <i>Gereré</i> . Pescadora artesanal com o equipamento.	67
Figura 23 – Pescadora artesanal consertando o <i>gereré</i> .	68
Figura 24 – Manguezal localizado em Costinha.	69
Figura 25 – Caranguejo do mangue de Costinha.	70
Figura 26 – Pescadora de Costinha beneficiando ostra	70
Figura 27 – <i>Caneta do mangue</i>	74
Figura 28 – Mudas desenvolvidas a partir da <i>caneta do mangue</i> .	75
Figura 29 – Agulha de tecer e consertar a malha das redes de nylon e o pano do <i>gereré</i> .	81
Figura 30 – Fachada da Colônia Z-19 – Costinha	101
Figura 31 – Alimentos guardados na Colônia Z-19 no momento da nossa visita	101
Figura 32 – Sala de computadores e mesas doados pelo Ministério das Comunicações (Colônia Z-19)	102
Figura 33 – Computadores encaixados (Colônia Z-19)	102
Figura 34 – Fachada da Colônia Z-5 – Lucena	103
Figura 35 – Interior da Colônia Z-5	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantidade e percentual dos familiares dos pescadores na pesca	45
Tabela 02 – Grau de formação em percentual	46
Tabela 03 – Locais de origem dos pescadores e pescadoras de Lucena	46
Tabela 04 – Percentual dos produtos da pesca artesanal em Lucena	53
Tabela 05 – Percentual das embarcações utilizadas pelos pescadores	60
Tabela 06 – Elementos naturais que influenciam na Pesca artesanal no município de Lucena em percentuais e por aglomerado	72

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I – LUCENA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL, A HISTÓRIA DA PESCA E OS PESCADORES ARTESANAIS.....	28
I.I – Formação territorial.....	28
I.II – A pesca artesanal em Lucena.....	35
I.III – A extinta pesca da baleia: benefícios e consequências.....	39
I.IV – Caracterização dos pescadores artesanais de Lucena.....	43
CAPÍTULO II – PESCA ARTESANAL: A DIVERSIDADE, AS RELAÇÕES COM O MEIO NATURAL E A (RE) PRODUÇÃO DE UMA CULTURA.....	50
II.I – A Pesca Artesanal: tecendo a sua definição.....	50
II.II – Espacialidade e territorialidade da pesca artesanal.....	53
II.II.I – Espaço marítimo: mar de dentro e mar de fora.....	55
II.II.II – No mangue com os dois pés na lama	65
II.III – A lua, o vento e as marés: relações da comunidade de pescadores com a natureza.....	71
II.IV – Os mestres, os saberes e a produção da cultura da pesca artesanal em Lucena.....	76
II.V – As diferenças entre a cultura da pesca artesanal e a cultura hegemônica	84
CAPÍTULO III – PRODUÇÃO E CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL EM LUCENA.....	88
III.I – Quando o mar estava para peixe.....	88
III.II – Hierarquia governamental e representativa.....	94

III.III – Colônias de pescadores: histórico, relações e conflitos	95
III.IV – Os conflitos políticos e governamentais.....	104
III.V – Campanha nacional pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXOS.....	122

APRESENTAÇÃO

O universo da pesca artesanal vai além do espaço onde a atividade é desenvolvida (marítimo ou continental). Para poder entender esse universo, partimos do seu estreito vínculo com a Natureza, que garante, além da transformação da mesma e a transformação das comunidades pesqueiras no decorrer do tempo histórico, a produção de saberes estratégicos para a reprodução da própria atividade pesqueira. Além disso, a atividade possui especificidades no tocante às relações dos trabalhadores entre si, assim como em suas formas de organização e, sobretudo, nas relações com o Estado e o poder público local. Dentro dessas relações, podem ser identificados diversos conflitos, que surgem no âmbito da execução da atividade ou no âmbito das relações entre os atores supracitados. Dessa forma, esse leque de relações nos direcionou a considerar problemáticas nesse objeto de pesquisa, que não haviam sido previstas quando nos propusemos a estudar este tema.

O objetivo inicial dessa pesquisa era identificar a dimensão cultural da pesca artesanal que continua viva em Lucena e refletir sobre a sua função econômica; as tensões com outras formas de reprodução e ocupação desenvolvidas pelas famílias pescadoras; a resistência das famílias pescadoras diante do processo de urbanização e turistificação do espaço da pesca. Essa linha de pensamento partia de dois pressupostos. Primeiro, que a atividade praticada de forma artesanal e por meio de uma relação intensa com o meio natural, representa uma forma de resistência ao modo de produção capitalista. Segundo, que a atividade, carregada de simbologia e costumes, é repassada à geração seguinte – dos pescadores aos seus filhos – através da oralidade e da prática. Essa perspectiva sobre a pesca artesanal não foi mudada, porém fomos levados a considerar outros fatores presentes na realidade da pesca e dos pescadores, que ampliaram o foco da pesquisa.

A identificação de uma realidade complexa, envolvendo questões naturais, socioeconômicas e políticas, se deu a partir da aproximação com o objeto e a área de estudo. Após decidir pesquisar este universo, optei viver por um tempo em Lucena. Pensava inicialmente em direcionar a pesquisa para os pescadores artesanais que viviam nas margens do estuário do rio Paraíba, a exemplo das comunidades de Livramento e Forte Velho, ambas próximas à Lucena. Contudo, considerando o histórico de Lucena na pesca artesanal (apesar de mudar um pouco o foco do estuário), em acordo com os orientadores optamos por pesquisar a atividade da pesca em Lucena. Foi considerado que a vivência constante na área de estudo seria muito rica para a pesquisa em relação ao trabalho de campo. Nesse caso, sendo o objetivo estudar a pesca artesanal como uma atividade tradicional e cultural, acompanhar o cotidiano dos pescadores enriqueceria e aprofundaria a nossa compreensão.

Sendo assim, após ir morar ali, as primeiras atividades foram de observação e aproximação. Em seguida, para termos uma ideia geral da pesca artesanal no local, começamos a fazer pesquisa junto à representação sindical, a Colônia de pescadores. Logo, os conflitos foram se revelando, tanto no tocante às relações – entre colônia, pescadores, poder público local e regional – quanto à própria realidade socioambiental e econômica da pesca. Após tomar conhecimento de parte dos conflitos e procurar a prefeitura local para mais informações, tivemos certeza que o objeto da pesquisa tinha se ampliado e que não podíamos negligenciar a realidade encontrada, discutindo apenas a caracterização de cultura tradicional que a atividade da pesca artesanal nos apresenta.

Considerando os fatos expostos acima reconstruímos os objetivos desta pesquisa. O objetivo geral foi, portanto, estudar a atividade da pesca artesanal no município de Lucena, enfocando a realidade socioeconômica dos pescadores; assim como suas relações com o meio natural e com o poder público local. Os objetivos específicos foram: estudar a origem, o desenvolvimento e as características da pesca artesanal em Lucena; analisar a relação dos pescadores e da atividade da pesca com o meio natural; estudar a realidade socioeconômica do pescador artesanal e de suas famílias; analisar as relações e identificar os conflitos entre a pesca artesanal e o poder público, e suas consequências no desenvolvimento da atividade.

Todo o tempo de vivência como moradora na área de estudo – que somaram cinco meses – foi um período de constante atividade. Vale ressaltar que as relações estabelecidas com algumas pessoas do lugar, envolvidas diretamente ou não com a pesca, foram essenciais para as percepções e compreensão da realidade. Contudo, os dados e as informações de maior peso para nossa pesquisa, vieram realmente dos pescadores. Abriram suas casas, suas realidades enquanto pescadores; e se mostraram mais abertos do que “rezava a lenda”. Expuseram com muita sabedoria suas insatisfações e talvez sem que dessem conta, fizeram suas reivindicações e denúncias.

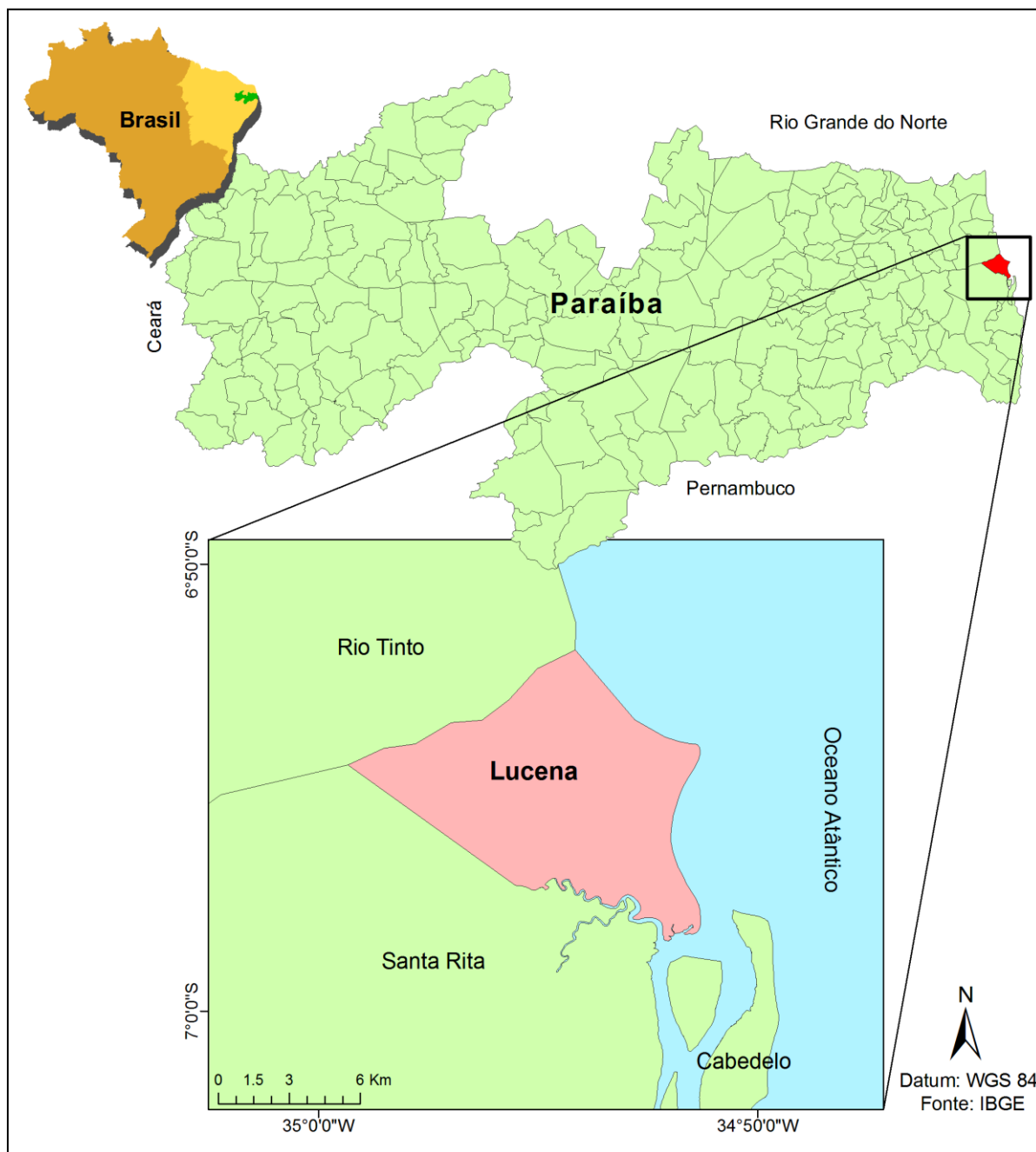
INTRODUÇÃO

Considerando as peculiaridades do município de Lucena e as especificidades presentes no contexto da pesca artesanal na localidade, apresentaremos aqui algumas características sobre o município que julgamos importantes. Tal caracterização tem o intuito de viabilizar o entendimento das dimensões espaciais, naturais e sociais desse lugar, possibilitando ao leitor uma melhor apreensão da realidade da qual iremos tratar, tendo a pesca artesanal como objeto de análise.

Se tratando das características físicas, Lucena possui uma área de 88,9 km² (IBGE, 2012), limitando-se ao norte com o município de Rio Tinto, ao sul com o estuário do rio

Paraíba, a oeste com o município de Santa Rita e a leste com o oceano atlântico (Figura 01).

Figura 01 – Mapa de localização do município de Lucena.



Elaborado por: Pamela Stevens

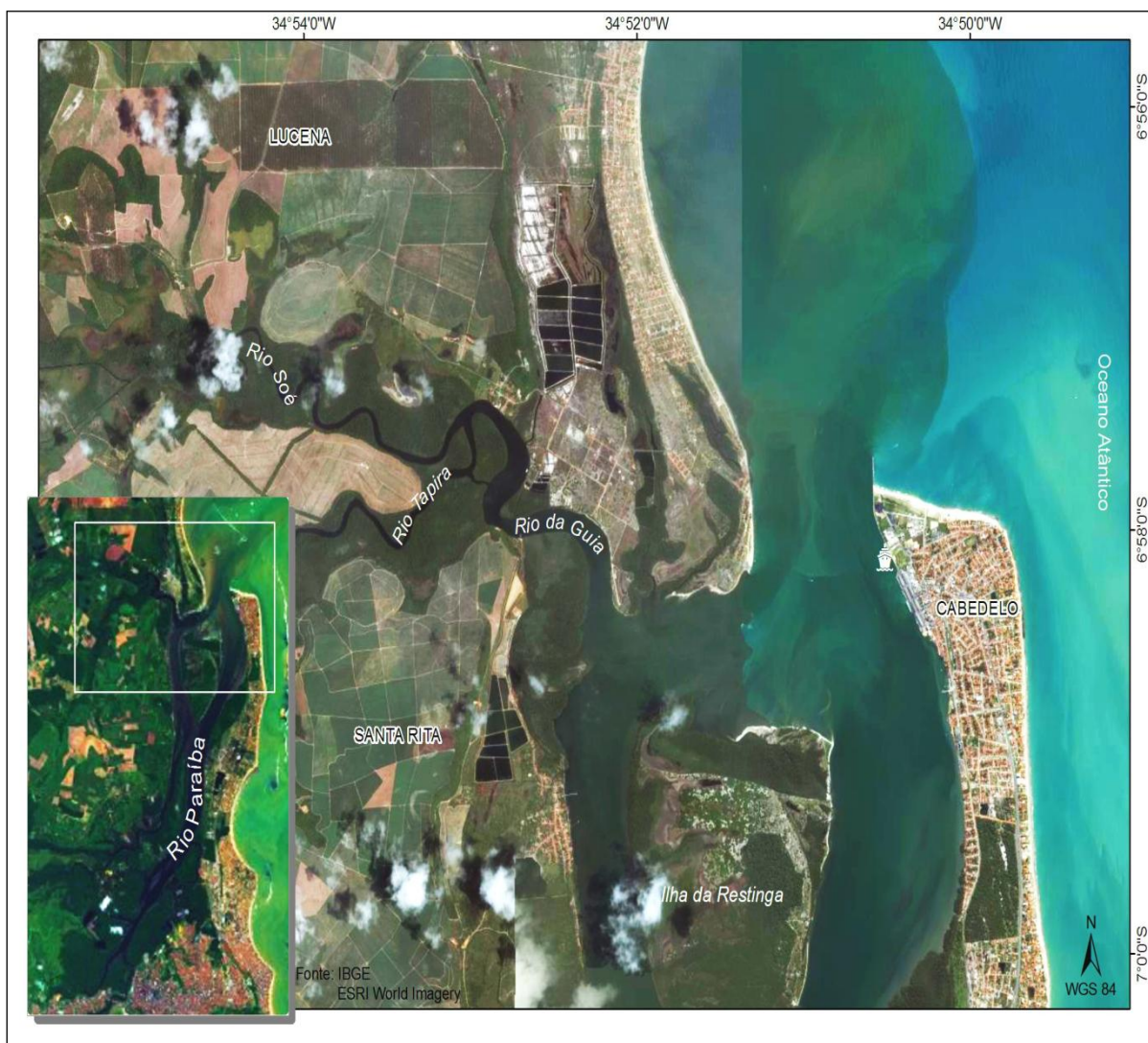
O rio Paraíba do Norte e o seu estuário, que limita a porção sul do município, tem grande influência nas águas marítimas e na vegetação de Lucena; e consequentemente, nas atividades extrativistas e de cultivo. O rio Paraíba possui 380 km de extensão e se configura como o rio mais importante do estado da Paraíba, considerando seu tamanho e importância econômica. Segundo Silva (2003), sua bacia possui 18.000km² e representa 32% da área territorial do estado. Sua nascente se localiza no município de Monteiro, mais

precisamente na Serra Jabitacá, localizada no Planalto da Borborema; e sua foz, no município de Cabedelo. O seu estuário, que vai do rio Sanhauá até o Porto de Cabedelo, possui cerca de 20 km de extensão (MARCELINO, 2000) e drena os municípios de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e Lucena. Ao longo dessa extensão, apresenta uma diversidade composta por ilhas, várias desembocaduras de rios menores e manguezais, como podemos observar na figura 02. Segundo o autor supracitado,

o estuário está assentado sobre os terrenos do Fanerozóico-Cenozóico, grupo areias de mangue, solos tipo salgados e encharcados permanentemente e sob influência de marés (...), porções de solos arenosos de praias, restingas e cordões litorâneos (MARCELINO, 2000:29).

O referido autor ressalta ainda, que se enquadra no modelo clássico de *estuário de planície costeira inundável*, mostrando características meândricas em suas porções superiores, com inúmeras ilhas, dentre elas a ilha da Restinga (Figura 02).

Figura 02 – Boca do estuário do rio Paraíba.



Elaborado por: Pamela Stevens

De acordo com Teixeira et al. (2001), os corpos hídricos são classificados em quatro categorias com base nos padrões morfométricos dos canais: *retilíneo*, *meândrico*, *entrelaçado* e *anastomosado*. A classificação *meândrico* diz respeito aos corpos de água que possuem traçado curvo e formação de laços, e que geralmente fluem em pequenos declives de planícies ou terras baixas (Press et al, 2006), o que ocorre, nesse caso, com o rio Paraíba em suas porções superiores.

A outra bacia hidrográfica que banha o município é a bacia do rio Miriri. Esta bacia banha a porção centro-norte e tem como principais rios além do Miriri, o rio Caboclo, o rio Araçá e o rio Camaçari. O rio Araçá nasce em áreas alagáveis por águas de chuva ou águas provenientes da falésia, desaguando na praia da Gameleira. O rio Camaçari nasce da drenagem da Lagoa dos Homens e Lagoa do Mangue da Capivara, tomando a direção sudeste - noroeste, desaguando no extremo norte, nas proximidades de Bonsucesso. Tanto a bacia do rio Paraíba quanto a do rio Miriri são fatores naturais que influenciam diretamente no desenvolvimento da pesca artesanal no município. A existência dos respectivos rios possibilita que a pesca seja realizada além do ambiente marítimo, como nos estuários e manguezais.

A população de Lucena, além de apresentar variações na época do verão, com a chegada dos *turistas de segunda residência*, apresenta grande diversidade entre os moradores fixos. Entre eles, encontram-se – naturais do município ou oriundos de outras cidades e estados – pescadores, trabalhadores rurais, servidores públicos e comerciantes. Os turistas com residência fixa são moradores temporários de fins de semana, feriados e principalmente em época de veraneio. Esse tipo de turismo é denominado por Fernandes (et al., 2011:220) de *turismo de segunda residência*. Cerca de 50% das residências particulares que se encontram no espaço urbano do município pertencem a moradores temporários, estando desocupadas em grande parte do tempo (IBGE, 2010).

Segundo o censo IBGE (2010), Lucena possui uma população de 11.730 habitantes, com 10.152 na área urbana, sendo 5.427 na sede municipal urbana. Possui uma densidade demográfica relativamente baixa, de 131,88 hab/km², se comparada a outros municípios do estado e da mesma microrregião de João Pessoa, a exemplo de Cabedelo. De acordo com os dados apresentados pelo Instituto, o crescimento da população segue um ritmo constante, apresentando a cada censo demográfico um percentual de crescimento equivalente ao censo anterior. De acordo com Fernandes (et al., 2011:221) o IDH do município é de 0,604; a taxa de pobreza é de 54,30% e o índice de analfabetismo chega a 32%. Segundo os autores, “os principais problemas sociais que afligem a população local incluem o uso de drogas, falta de ocupação e renda, e violência” (FERNANDES et al., 2011:221).

Apesar de nosso estudo abranger todo o espaço do município e inclusive, trazermos no primeiro capítulo um breve resgate histórico e uma caracterização desse espaço como um todo, nosso foco de estudo compreende a área da *planície costeira*³ de Lucena, onde é praticada a pesca artesanal e onde vivem os pescadores. Nessa área estão localizados cinco aglomerados urbanos que também são entendidos como diferentes praias: o distrito Costinha, o distrito Fagundes, Gameleira, Ponta de Lucena e Lucena. Costinha é o primeiro aglomerado urbano do município quando se chega em Lucena pela balsa⁴ (ferry boat), fazendo limite com o estuário do rio Paraíba ao sul e com Fagundes ao norte. No sentido sul-norte seguem Gameleira, Ponta de Lucena e Lucena, separados por pequenas distâncias com estrada de calçamento. Essas distâncias tendem a diminuir cada vez mais, devido ao crescente número de residências que estão sendo construídas. Esse aumento se deve tanto a novos residentes fixos e turistas de segunda residência, quanto à especulação imobiliária muito crescente no município.

Figura 03: Ilustração dos aglomerados urbanos estudados



Elaborado por: Pamela Stevens; Suana Medeiros.

³ O município apresenta diversas formas de relevo, possuindo no sentido leste-oeste uma planície formada a partir de terraço marinho que varia de extensão e alcança 2 km na sede do município; e no limite da planície, uma formação de tabuleiros costeiros que medem 30m de altura em média. (MADRUGA, 1985).

⁴ Balsa ou *ferry boat* é a embarcação utilizada para a travessia do porto de Cabedelo ao município de Lucena, que compreende em média 1,5 km. Possui fundo chato e um calado pequeno. É utilizada nos transporte de pessoas e veículos de pequeno, médio e grande porte.

Apesar do grande fluxo de pessoas de outras localidades, principalmente da capital, a dinâmica e os modos de vida de grande parte da população de Lucena remetem ainda a um estilo de vida próprio de comunidades extrativistas. Uma das características inerentes a isso é a relação que têm com a Natureza, se utilizando de alguns recursos naturais para a sobrevivência. Além da terra, do mar e do mangue que são utilizados pelo agricultor e pescador, a madeira extraída do mangue é um recurso bastante utilizado na construção das casas de muitas famílias no município. Antigamente, era utilizada pela maior parte dos moradores na estrutura das paredes de barro e também nos telhados. Atualmente, ainda é possível encontrar casas com esse tipo de estrutura no telhado. Além disso, a madeira da vegetação de restinga⁵, juntamente com a do mangue, é utilizada por alguns moradores para fazer “fogo de lenha” com a finalidade de cozinhar. Grande parte da população tem comércios de pequeno porte em suas casas, de onde tiram o sustento integral da família ou um auxílio para a renda mensal.

Quanto às tradições do lugar, a cidade possui alguns grupos folclóricos a exemplo do *Cambindas Brilhantes*. O grupo é composto apenas por homens, pescadores, filhos de pescadores e simpatizantes, que se caracterizam de mulher vestindo trajes brilhantes, alguns munidos de instrumentos de percussão. Cantam e dançam músicas com conteúdos inerentes a relação dos escravos com a coroa portuguesa e também que remetem à Princesa Isabel e à Lei Áurea. Outra manifestação que representa a cidade é o *Coco de Roda*, uma dança com raízes indígenas e africanas, dançada por mulheres. A *lapinha* também é uma dança, neste caso com sentido religioso – cristão. Uma grande manifestação religiosa, que também já é parte da representação cultural do lugar, é a festa de Nossa Senhora da Guia, realizada todo mês de dezembro em Costinha, que conta com a participação de grande parte da população local. A Igreja Nossa Senhora da Guia⁶ fica localizada no alto de uma falésia, sendo um dos pontos mais altos da cidade.

Apesar de não dispor de teatro, cinema e outras estruturas culturais ou artísticas, a cidade conta com alguns eventos e iniciativas de alguns grupos locais, a exemplo da festa

⁵ A vegetação da região é dividida entre as seguintes formações: *Formação das praias* – vegetação pioneira rasteira, com predominância de herbáceas adaptadas a ambientes com alto teor de salinidade; *Formação das dunas* – predominância de espécies de gramíneas; *Formação das restingas e terraços litorâneos* – vegetação de campos, tipo arbustivo de densidade variável, que ocorre em solos arenosos e profundos; *Manguezais* – vegetação situada entre os ambientes marinho, terrestre e de águas continentais, que se distribui em toda área sob influência da maré. (ASSIS, 1977 *apud* FERNANDES 2006).

⁶ A Igreja Nossa Senhora da Guia, construída em estilo barroco, no século XVI por padres carmelitas, é uma das igrejas mais antigas do país. Está localizada numa área de preservação com resquícios de Mata Atlântica. Devido a sua localização era utilizada como ponto de observação contra os ataques de invasores, pois sua localização permite a visão do mar e da zona rural, com plantações de cana-de-açúcar e coqueiros. Em 1763 a igreja foi demolida e reconstruída pelos esforços do frei Manuel de Santa Teresa. A partir de 1866 sofreu reformas e depois ficou abandonada por vários períodos. Recentemente foi restaurada segundo o Projeto da Fundação Cultural do Estado da Paraíba.

de *Renovação da Cultura*, que ocorre no mês de dezembro com a apresentação dos grupos folclóricos. Também o projeto *cineclube*, realizado pela ONG Apoitchá, que leva à população local filmes e documentários de curta e longa duração, se utilizando do espaço da colônia de pescadores. E outras festas como a de São Pedro (que também é realizada na colônia) – assim como a comemoração do carnaval que atrai pessoas de outras localidades.

Em relação à organização e estrutura política, a prefeitura da cidade é constituída de seis secretarias que se dividem da seguinte forma: Secretaria de Administração, Receita e Planejamento; Secretaria de Educação e Cultura; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Saúde; Secretaria de Ação Social e Secretaria de Turismo, Esporte e Recursos Naturais, onde consequentemente funciona a diretoria de Pesca. Importante ressaltar que a secretaria que trata dos assuntos relacionados ao turismo do município é a mesma que trata dos recursos naturais e da pesca, fato este que configura essa secretaria como um setor que teoricamente, projeta o turismo na cidade, cuida dos assuntos relacionados ao meio ambiente local e trata das questões relacionadas à pesca artesanal.

No que diz respeito à educação, o município possui 16 (dezesesseis) escolas de ensino fundamental, 18 (dezoito) que oferecem a educação *pré-escola*, e apenas 01 (uma) que oferece o ensino médio. No tocante ao serviço de saúde, não há estabelecimentos federais ou estaduais disponíveis no município, o serviço é oferecido pela prefeitura municipal, com 09 (nove) estabelecimentos; e pelo setor privado que possui 01 (um) estabelecimento. (IBGE, 2010).

O acesso e a comunicação com os municípios vizinhos ainda é um pouco dificultosa para os moradores da cidade. Apesar de haver meios de transporte terrestre e aquático, não são totalmente acessíveis a toda população devido à realidade econômica de muitos moradores. Os valores cobrados nos transportes públicos são altos; tanto para outros municípios quanto para o deslocamento dentro da cidade. Isso dificulta a comunicação e a busca por serviços e trabalho fora dela. Com os valores cobrados dentro da cidade e para a travessia na *balsa* no momento da pesquisa, trabalhar em Cabedelo ou João Pessoa, por exemplo, custaria mensalmente $\frac{1}{4}$ (um quarto) ou $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo respectivamente. O valor cobrado do ônibus integrado à balsa (direção Cabedelo) custa R\$ 2,25 (dois reais e vinte cinco centavos); portanto, sair e voltar da cidade custa no mínimo, R\$ 5,00 (cinco reais). Se o destino é João Pessoa, o valor aumenta o dobro. Para ir de Lucena para João Pessoa pela estrada, se tem a disposição o ônibus do município de Santa Rita, que custa R\$ 8,00 (oito reais) para apenas um percurso. Contudo, a prefeitura dispõe de um ônibus para os estudantes que realizam seus cursos fora do município.

Além das dificuldades encontradas no transporte, o município apresenta grande deficiência nos setores de educação e saúde. Apesar de possuir unidades de saúde familiar, unidade de urgência e escolas de ensino fundamental e médio, o funcionamento é

deficiente. A cidade possui um ciclo político onde a gestão da prefeitura foi dividida durante muito tempo entre duas famílias⁷ que se revezaram durante anos no poder. Essas questões políticas e organizacionais, assim como os conflitos identificados na pesca artesanal local envolvendo o poder público, serão apresentadas ao longo dos capítulos do trabalho.

No primeiro capítulo buscamos fazer um histórico do município e da pesca local. Esse histórico se dá em dois momentos. O primeiro consiste em um breve resgate sobre o processo de formação da cidade. O segundo apresenta a configuração e a história da pesca artesanal em Lucena por meio da história dos pescadores artesanais – suas origens e seus perfis.

No segundo capítulo discorreremos sobre a pesca artesanal e o seu universo, no tocante a diversidade, tipologias, classificações. Apresentaremos algumas definições teóricas e resultados empíricos da pesquisa de campo sobre essas variações e a relação dos pescadores com o meio natural ao praticar a atividade. Considerando essa relação, discutiremos a produção de uma cultura tradicional a partir da atividade da pesca artesanal.

A realidade da produção da pesca e a situação socioeconômica dos pescadores artesanais de Lucena, assim como a discussão de possíveis mudanças, são apresentadas no terceiro capítulo. Juntamente, serão apresentados e discutidos os conflitos identificados e investigados entre os sujeitos do universo da pesca artesanal. Nesta parte, sinalizaremos os problemas gerados por tensionamentos políticos, que afetam diretamente a comunidade de pescadores artesanais em Lucena.

A pesquisa foi realizada por meio de observação *in loco*, conversas informais, entrevistas, questionários semiestruturados e vivências com os pescadores. As conversas informais se deram com pescadores e outros moradores de Lucena, envolvidos indiretamente com a pesca ou não. As entrevistas se deram no âmbito das representações sindicais e do poder público local. Os questionários foram aplicados junto aos pescadores, que foram escolhidos e divididos conforme os critérios estabelecidos por nós, explicados a seguir.

O município possui duas colônias de pescadores; uma está localizada no centro de Lucena e outra no distrito Costinha. A primeira, mais antiga (Z-5), foi nosso primeiro contato e por meio da qual obtivemos acesso a muitas informações, inclusive ao endereço dos pescadores. Consideramos o fato de a colônia ter mais tempo na história do município e, portanto, membros mais antigos. Além disso, a ajuda que tivemos da secretária da colônia, que indicou alguns pescadores “chave” na história da pesca local, como as primeiras mulheres aposentadas pela pesca no município. Também fomos ajudados com a indicação de pontos de referência para os endereços, por saber onde morava grande parte deles.

⁷ Os sobrenomes de referência das duas famílias são: Falcão e Mendonça. Atualmente e há alguns mandatos, a família Mendonça está no poder, se revezando entre seus membros.

Dessa forma, decidimos entrevistar somente os pescadores e as pescadoras cadastrados na colônia Z-5. Ao todo, na lista atual da colônia no momento da pesquisa, haviam 625 associados regularmente⁸, que se dividem por toda extensão do município, além de Cabedelo e outras localidades. Tiramos então um percentual de 10% dessa quantidade, que deu um total de 63 (sessenta e três) pessoas. Dividimos essa quantidade entre os aglomerados urbanos, buscando dar um equilíbrio segundo a realidade de cada local, no tocante a quantidade de pescadores e ao gênero.

Dentre os associados, cerca de 60% são do gênero masculino e 40% do gênero feminino. Porém, sabendo que a maioria das mulheres são cadastradas como pescadoras devido ao regime de *economia familiar* – muitas vezes não trabalhando diretamente na pesca –, entrevistamos 76% do sexo masculino e 24% do sexo feminino. Em relação aos aglomerados, os entrevistados foram divididos da seguinte forma: 16% de Costinha; 19% de Fagundes; 11% de Gameleira; 17% de Ponta de Lucena; 37% de Lucena.

Ao discutirmos a espacialidade da pesca em sua diversidade, tendo como base a categoria *espaço*, temos como premissa a construção e transformação do espaço pelo homem (sociedade) por meio do trabalho. A pesca artesanal é o trabalho que modifica o espaço onde a atividade é produzida. Seguindo a mesma linha de pensamento, a cultura da pesca artesanal é produzida ao passo que esse trabalho é produzido. Assim, as categorias que formam a base teórica de nossa pesquisa – o *espaço*, o *trabalho* e a *cultura* – são estudados por meio do método materialista histórico e dialético.

Segundo Marx e Engels (2000:5) as premissas do materialismo “são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência” que são verificáveis empiricamente. Segundo os referidos autores, a distinção entre os homens e os animais começa a existir somente quando os primeiros começam a produzir seus próprios meios de vida e “a forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir” (MARX & ENGELS, 2000:6). Nossa discussão é pautada nessas premissas presentes no universo da pesca artesanal, as quais discutiremos ao longo deste trabalho.

⁸ Essa lista, segundo a secretária da colônia é enviada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, de acordo com o Registro Geral de Pescadores – RGP.

CAPÍTULO I – LUCENA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL, A PESCA E OS PESCADORES ARTESANAIS.

I.I – Formação territorial do município de Lucena

A origem e o processo de desenvolvimento territorial de Lucena podem ser compreendidos a partir da lógica de ocupação e organização espaciais do período colonial na Paraíba. Sobre esse processo é importante destacar, em um breve resgate, os fatos que no cenário geral, tiveram influência direta no litoral paraibano.

Após o fracasso do sistema das capitanias hereditárias foi implantado o sistema de sesmarias, que permitia a doação de terras a pessoas escolhidas pela Coroa e pelos donos das capitanias. Além disso, o acesso a terra também se dava por meio da apropriação. Segundo Madrugá (1985:44), com o fim do regime das sesmarias e depois com a ausência de uma lei que regulamentasse a posse de terras, houve uma rápida expansão das pequenas unidades de produção. Assim, em Lucena a agricultura de subsistência e os sítios de coqueiros foram moldando a forma de ocupação e de habitação irregulares.

Para Moreira (1990), “o caráter da ocupação do Litoral paraibano foi semelhante àquele que dominou toda fachada oriental nordestina: baseava-se na exploração da cultura da cana-de-açúcar em grandes unidades produtivas conhecidas como ‘engenho’”. Esta cultura, ganha força após a Lei de Terras criada em 1850, que limitou o acesso à terra no Brasil somente por meio da compra. Ou seja, tanto os escravos que se tornaram livres com a abolição da escravidão no ano de 1888, quanto os agricultores e os índios, estavam à margem das terras e seguiram morando de favor ou trocando a força de trabalho pela moradia. Nesse momento começaram a predominar os latifúndios com grandes plantações de cana-de-açúcar e os engenhos como unidades de processamento e formas de organização do espaço agrário colonial.

Contudo, mesmo anteriormente a esse período, segundo Moreira (1990) “quando os holandeses conquistaram a Paraíba, em 1634, já encontraram uma estrutura agrária implantada a qual voltava-se para o abastecimento do mercado europeu de açúcar”. De acordo com Madrugá (1985), após expulsão dos holandeses (1654), com a crise açucareira e a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a estratégia política da metrópole portuguesa para aumentar a produção e a arrecadação foi expandir o povoamento com portugueses, negros e índios. As relações estabelecidas e mantidas com a criação das companhias foram externas. Consequentemente, com dificuldades na comunicação entre si, os núcleos do litoral se mantiveram isolados por muito tempo. Assim, passaram a se utilizar de forma intensiva dos recursos naturais disponíveis. Contudo, nesse período, tanto o camponês, quanto o pescador artesanal em Lucena não eram considerados

parte do processo de desenvolvimento econômico, não existiam como grupo ou categoria definidos politicamente e, por conseguinte, não tinham legitimidade nos resultados de seu trabalho. Tinham uma estreita relação com a produção da cana-de-açúcar e com a agricultura de subsistência. Segundo Madruga (1985:36),

Os engenhos representaram uma forma de organização que propiciou a formação de aglomerados, constituídos pelas construções da fábrica, pela casa grande e pela habitação dos trabalhadores que eram escravos (ou negros com essa herança) e índios. Além da cana-de-açúcar, praticava-se a agricultura de subsistência para o auto-abastecimento e abastecimento da cidade. Assim, os traços étnicos da população em Lucena são um misto de índio, negro e branco que, provavelmente, derivou da organização da produção existente nos engenhos.

Quando da desativação dos engenhos, o povoamento do núcleo em Lucena é efetivado por meio dos sítios de coqueiros e pelas condições impostas por seus proprietários, que concediam a pessoas sem posses o direito de habitar na terra com a condição de não afetarem o plantio e a produção. Essa condição de moradia criava, por consequência, uma relação de subordinação entre proprietário e moradores, que eram constituídos por índios e brancos “não-puros”. Para esta autora:

(...) Formou-se assim uma concentração linear, ao longo da linha da costa e traçada segundo a orientação das plantações de coqueiros. Com o recuo do mar e com o decorrente crescimento da planície, as propriedades cresceram seus domínios até os limites da área da marinha. (MADRUGA, 1985:45).

Nessa conjuntura, os pescadores encontravam uma maneira de permanecer nos sítios e praticar a atividade da pesca, uma vez que não eram obrigados pelos proprietários a cultivar a terra. Enquanto que na zona rural era praticada a agricultura de subsistência, em alguns vales se cultivava a cana-de-açúcar e coqueiros nos sítios próximos à costa. Havia uma baixa densidade populacional e as moradias se limitavam ao espaço da casa e a um quintal com diversas funções.

A substituição dos engenhos pelas usinas se deu no início do século XX. Dentro desse período de transição, tem início o Pró-Álcool – Programa Nacional do Pró-Álcool, criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593. Este programa objetivou estimular a produção do álcool para atender as demandas do mercado no contexto da crise do petróleo na época. E foi também de grande influência no histórico da cidade de Lucena, pois de maneira geral “foi responsável pela intensificação do processo de concentração da terra, pelo crescimento da utilização do trabalho assalariado de mulher e crianças, pela retração da produção de alimentos e pelo consequente aumento da fome (...)” (Moreira e Targino, 1997). As consequências dessa política federal comentadas pelos referidos autores, não foram somente socioeconômicas, mas também ambientais com a degradação da vegetação pela expansão da cultura da cana-de-açúcar. Tais consequências foram

sentidas não somente no município de Lucena, mas em várias áreas do estado da Paraíba. Temos como exemplo significativo dessa devastação, a região da Zona da Mata, denominada por Lima (2011) de “Zona da Cana” devido a esse processo de aniquilação da Mata Atlântica na região, que continua até hoje. Segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2011), a Paraíba tem apenas 11,34% da extensão originária de mata atlântica, sendo o terceiro estado nordestino que mais sofreu redução na extensão de sua vegetação.

Nesse contexto, outro fator relevante no histórico do desenvolvimento da cidade ocorrido em 1979 foi a instalação da empresa multinacional Maguary Kibon – atualmente Vale Agrícola do Mangereba, que adquiriu grandes extensões de terra para o cultivo do coco e do abacaxi, provocando, juntamente com o Pró-Álcool, um conjunto de mudanças como: “destruição dos ecossistemas da Mata Atlântica e das culturas alimentares (...); a modernização da base técnica da produção da cana (...); a instalação de destilarias; a homogeneização da paisagem” (Fernandes, 2006:71). Atualmente, a empresa Maguary é responsável pelo emprego da maioria dos jovens trabalhadores do município de Lucena, sendo uma das poucas opções de renda fixa. Os trabalhadores se sujeitam a uma jornada de trabalho pesada, muitas vezes ultrapassando as 08 (oito) horas, para ter assegurado um salário mínimo todo mês e, além disso, o equivalente às horas extras trabalhadas.

De acordo com Fernandes (2006:68), a consolidação de Lucena enquanto vila pertencente ao município de Santa Rita foi gradativa, com a instalação de equipamentos urbanos e do comércio local, sendo importantes para as transformações político-administrativas. Por conseguinte, como resultado do desenvolvimento, a vila se torna distrito através do decreto de lei estadual nº 1.010 de 30 de março de 1938. Cerca de duas décadas depois, por força da lei nº 2.664 de 22 de dezembro de 1961 se desmembra do município de origem e se torna município, se emancipando em 29 de dezembro do mesmo ano.

Nesse período de emancipação Lucena inicia um processo de mudanças na organização do seu espaço e subsequentemente, um processo de revalorização do solo. Tanto o Pró-Álcool quanto a instalação da Maguary causaram consequências para a população que vivia nos tabuleiros e que praticava a agricultura de subsistência. Ocorreu que essa população foi obrigada a migrar para a área da planície e procurar outras formas de moradia e de sobrevivência, como relata Fernandes (2006:71):

Com essa nova realidade grande parte dos trabalhadores rurais abandona os tabuleiros costeiros e migram para a planície, mais concretamente que era o centro do município que era a vila dos pescadores, na busca de empregos e salários fixos. Esse fluxo migratório além de incrementar o contingente populacional da cidade, também fez crescer o aglomerado urbano, formando periferias nas proximidades da área urbana. Essas periferias, formadas de áreas de habitações subnormais – como o Bairro Novo e o bairro de Ana Rita – passaram a abrigar grande parte dos trabalhadores expulsos do campo.

Anteriormente a esse processo, havia uma troca de produtos entre agricultores e pescadores, que se tornou inviável com as grandes plantações nos tabuleiros costeiros. De acordo com Madruga,

(...) essas trocas se davam dos frutos do mar processados pela salga, pelos produtos agrícolas dos agricultores da região dos tabuleiros, principalmente a farinha e a batata-doce. Hoje os tabuleiros dão lugar às grandes plantações - a cana, por exemplo, que expulsou da região os pequenos agricultores, inviabilizando esse tipo de troca. (MADRUGA, 1985:22).

Por conseguinte, a revalorização do solo se deu pela crescente população que foi ocupando o sítio urbano da planície. A partir da década de 1970 a terra começa a ganhar um valor diferenciado do valor de solo rural e passa a ter um valor de solo urbano, evidenciando a área com os benefícios de lazer que a praia proporcionava. Dessa forma, a relação do proprietário com o morador foi alterada, ocasionando na retirada do mesmo da propriedade e a transformando em lotes, posteriormente adquiridos pela classe média de João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande, dentre outras, segundo nos conta Madruga (1985:47). Com essa nova valorização, a aquisição de um imóvel por parte dos antigos moradores dos sítios foi se tornando cada vez mais difícil, os levando a ocupar as margens da principal via de acesso rodoviário e as áreas mais insalubres. Essas áreas insalubres continuam atualmente povoadas e se configuram como zonas de alagamento, que no período chuvoso se transformam em áreas de difícil acesso e de moradia precária.

Durante a pesquisa, obtivemos alguns depoimentos de moradores do centro de Lucena, que acompanharam o processo de transformação da valorização do solo de rural para urbano. Segundo os relatos, constatamos que quando os proprietários das terras localizadas próximas ao mar chegaram para requerer seus sítios, os *moradores de favor* ou por apropriação, passaram por situações diversas. Em alguns casos, os proprietários compensavam a perda do direito à moradia nos sítios, doando terrenos (lotes) a esses moradores em áreas mais afastadas da praia, das quais também eram donos. Nesse caso, alguns moradores continuaram em áreas consideradas privilegiadas atualmente. Em outros casos, contudo, o morador além de perder o direito a moradia, perdia também todo e qualquer investimento que havia feito antes no lugar, sendo despejado por ordem judicial, sem ter para onde ir. De acordo com nossa pesquisa, apenas 5% dos pescadores entrevistados moraram com suas famílias em condição de favor, mas esse número não representa toda a população da cidade, considerando que nosso universo da pesquisa foi somente os pescadores artesanais.

Eu morava na rua principal com minha mãe e meus irmãos. Quando os donos chegaram pra cobrar o terreno, depois de 42 anos morando, minha mãe não tinha dinheiro pra pagar o terreno. Então a gente teve que sair. Foi muito triste, ela perdeu tudo pelo pé. A casa... e me lembro, até uma porta nova que tinha acabado de colocar. Tentou ainda com o oficial de justiça,

mas a gente teve que sair sem nada, pra rua. (PESCADORA ARTESANAL, 49 ANOS. LUCENA, 2012).

O relato acima é de uma pescadora, cadastrada na colônia de pescadores, que acompanhou as mudanças em relação à moradia em Lucena. Ela nos conta que antes de seus pais irem para a propriedade particular da qual foram expulsos, moravam, juntamente com outras famílias, na primeira linha da praia em casas feitas de madeira e palha. Porém, foram obrigados pela SUDEPE (antiga Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) a deixarem essas moradias porque havia muita ocorrência e risco de incêndios, pela intensidade dos ventos. Vale ressaltar, que até certo período, todas as casas em Lucena eram feitas desses materiais e a paisagem simbolizava a vida bucólica que predominava no lugar. Atualmente, a referida pescadora mora em uma área localizada entre a rua principal e as áreas insalubres (áreas sem saneamento básico, sem calçamentos nas ruas e com ocorrência de grandes alagamentos em épocas de chuva). Contudo, nos conta que mesmo não residindo mais na área totalmente insalubre, tinha grandes problemas em épocas de chuva, quando sua casa atual ainda não possuía uma estrutura adequada que evitasse a entrada de água quando ocorriam chuvas fortes ou prolongadas.

Figura 04 – Casa de um pescador em Fagundes – Lucena/PB



Casa construída em taipa com madeira do mangue e coqueiros, e amparada por estacas para não cair. Fotografia: Suana Medeiros, 2012.

A figura 04 mostra a condição de moradia precária atual de uma família de pescador, que também representa a condição de várias outras famílias locais. A casa de taipa é

coberta com madeira de mangue e sua estrutura também é mantida com um tronco de coqueiro. A questão da moradia é um conflito que marca a vida dos moradores de Lucena – pescadores ou não – em vários momentos, principalmente os que são naturais da cidade: no momento da expulsão dos agricultores dos tabuleiros e da sua ida ao sítio urbano; na questão das propriedades que eram moradias de favor e; na revalorização do solo, onde o privilégio de morar em áreas com melhores condições pertencia às pessoas com um alto nível de poder aquisitivo. É importante ressaltar que a evolução dessa história resulta hoje em uma Lucena segregada, onde se pode perceber a separação dos grupos sociais economicamente diferenciados, de acordo com a organização espacial.

Além dos fatores socioeconômicos, a população de Lucena, especificamente a de Costinha, já enfrentou problemas de moradia por fatores ambientais. Na década de 1970, o mar avançou sobre a costa, invadindo a área residencial e destruindo cerca de 30 (trinta) casas distribuídas em 08 (oito) ruas, segundo contam os moradores. De acordo com Neves & Neves,

a ocupação e/ou instalação de estruturas fixas em locais inadequados, sem a observância dos limites de oscilação do perfil praiar e as áreas de recarga de sedimentos ao longo das praias de Manaíra e Bessa (João Pessoa), Formosa, Camboinha, Ponta de Mato e Miramar (Cabedelo), Costinha (Lucena), Pitimbú (Pitimbú), contribuiu para o agravamento da erosão costeira natural, com destruição de imóveis, praias recreativas e vias urbanas. (NEVES & NEVES, 2009:6).

As referidas autoras acreditam que em Costinha: “a erosão também pode estar relacionada com a construção do guia corrente do porto de Cabedelo, que barra os sedimentos, causando um déficit de sedimento” (NEVES & NEVES, 2009:5). Alguns moradores também apontaram a possível relação entre o porto e essa erosão, que se configurou como um grande impacto socioambiental, dada as proporções que tomou na vida dos moradores, principalmente dos mais carentes.

No tocante a *impactos ambientais* é importante ressaltar que não dizem respeito somente à degradação que pode ser causada a natureza, mas também às alterações no âmbito social, prejudicando a qualidade de vida dos indivíduos ou do coletivo de uma determinada área. O FEARO (Federal Environmental Assessment Review Office) em 1979 definiu o termo *impacto ambiental* como:

processos que perturbam, descaracterizam, destroem características, condições ou processos no ambiente natural; ou que causam modificações nos usos instalados, tradicionais históricos, do solo, e nos modos de vida ou na saúde de segmentos da população humana; ou que modifiquem de forma significativa, opções ambientais”. [...] Para o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) em sua Resolução no. 001 (23/01/86), “impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas. (FRANCO, 2008:28).

O impacto ambiental em Costinha que teve como consequência social direta um número considerável de famílias desabrigadas, teve como solução a relocação das mesmas para um novo conjunto habitacional em Costinha chamado Manoel Marinho. As casas foram construídas e entregues pela prefeitura municipal em forma de doação. O novo conjunto fica localizado numa área que se estende no sentido oeste do distrito e é chamado pelos moradores de Nova Costinha. Hoje também é habitado por outras pessoas que não tiveram suas casas destruídas pelo avanço do mar. Apesar do problema das moradias ter sido solucionado, os moradores perderam um pouco de qualidade de vida morando mais afastados do mar, principalmente os que eram e ainda são pescadores artesanais e que não possuem caíças. Morar próximo ao mar facilita o trabalho da pesca por conta dos equipamentos e produtos que precisam transportar. Entre os pescadores entrevistados, 60% moram próximo ao mar e 40% em localidades afastadas, a exemplo do Conjunto Manoel Marinho (Nova Costinha) e o Bairro Novo (Carrapeta) em Lucena.

Figura 05 – Bairro novo – Carrapeta/ Lucena.



Área insalubre sem saneamento básico, sem infraestrutura e com córrego passando a céu aberto de frente a casa. Fotografia: Víctor Cayo Alvarado, 2012.

Figura 06 – Conjunto Manoel Marinho – Nova Costinha/ Costinha.



Fotografia: Victor Cayo Alvarado, 2012.

I.II – A pesca artesanal em Lucena

O município de Lucena tem a pesca artesanal como uma atividade muito importante na sua origem e no seu processo de formação, quando da sua evolução de vila à cidade. Não obstante, atualmente a pesca artesanal se apresenta ainda muito relevante na realidade socioeconômica da população, considerando que é uma das atividades econômicas mais exercidas no lugar. Fernandes (et al., 2011:224), constataram que dos residentes do município que responderam seu questionário, 18% são funcionários públicos; 13% comerciantes e 22% pescadores. Outras atividades a exemplo da agricultura, serviço de motorista e pedreiro são exercidas por 16%. Os desempregados somaram 31%.

Vale ressaltar, assim como o referido autor, que tanto os desempregados, quanto os comerciantes também exercem a atividade da pesca em determinados períodos do ano, nos quais a produção é considerada melhor. Igualmente, é importante destacar que entre os aposentados da cidade também se encontram pescadores, que apesar de aposentados, continuam pescando quando em boas condições de saúde, não vendendo o pescado e utilizando somente para a alimentação da família. Outro caso são alguns comerciantes, que já exerceram a pesca artesanal durante anos como principal fonte de renda. Dentre eles,

destacam-se os comerciantes de camarão, peixe, marisco e demais produtos do mar e do mangue, que de pescadores passam a ser *atravessadores*⁹.

Considerando essa realidade, podemos afirmar que o percentual da população de Lucena que vive direta e indiretamente da pesca artesanal, ultrapassa o percentual de 22% dos residentes (constatado em Fernandes et al., 2011:224). Além do que foi exposto acima, outro fator determinante para inferirmos que esse percentual é maior que 22% é o fato da pesca artesanal estar enquadrada no regime de *economia familiar*¹⁰. Dessa forma, os direitos trabalhistas concedidos ao pescador artesanal são concedidos também à esposa e filhos que participam direta ou indiretamente da produção, seja na pescaria, no beneficiamento ou em outras atividades relacionadas à pesca que podem ser feitas fora do mar, como o conserto de redes ou a assistência ao pescador na preparação da pescaria.

Focando na produção da pesca artesanal a nível nacional, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA inferimos que a pesca artesanal é bastante relevante no país. Milhares de brasileiros retiram sua renda familiar da pesca artesanal e geram renda para o país com a captura de peixes e outros frutos do mar; assim como do beneficiamento e comercialização do pescado. Nos dados do boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2010, a produção de pescado no Brasil, para o ano de 2010, foi de 1.264.765 t, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. Nessa produção nacional, de acordo com a média dos últimos 10 anos, a pesca artesanal é responsável por 65% da produção total de pescado, enquanto a pesca industrial representa 35% da produção (MPA, 2012).

O MPA mantém ciência e controle dos pescadores artesanais no país por meio do Registro Geral da Pesca (RGP). E é também através desse registro que os pescadores profissionais têm acesso aos programas sociais e aos direitos trabalhistas concedidos pelo governo a quem vive da atividade. Para obter o RGP, o pescador ou pescadora profissional deve ir à superintendência do MPA do seu estado. O porte ilegal desse registro é considerado crime e pode prejudicar não somente a pessoa registrada ilegalmente, mas também outros pescadores que forem da mesma região, visto que o MPA pode cortar benefícios se ocorrer denúncias de fraudes como essa. O ministério possui em seu registro geral 957 mil pescadores artesanais entre homens e mulheres. Segundo seus dados, esses

⁹ *Atravessador* ou *pombeiro* são termos utilizados para os (as) comerciantes do produto da pesca. Alguns pescadores, dependendo a quais grupos/lugar pertençam, diferenciam os dois termos, chamando de *atravessador* o comerciante e de *pombeiro* o dono de rede, que também é pescador e em alguns casos, *atravessador*.

¹⁰ Entende-se como regime de *economia familiar* a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 11.718, DE 20 DE JUNHO DE 2008.).

pescadores estão organizados em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011).

O pescador artesanal que possui o RGP recebe uma carteira de pescador profissional e adquire o direito de praticar a atividade em todo território nacional. Tendo o registro de profissional, os pescadores podem e devem se associar na colônia de pescadores próxima a sua residência ou de sua preferência. Isso vai ajudar a se organizarem para reivindicações, eventos, e acesso a benefícios. A colônia faz um tipo de mediação entre o pescador e o MPA, facilitando cadastros/renovações, acesso aos benefícios e repassando informações importantes.

Do ponto de vista da organização sindical da pesca no município, como já foi anunciado na introdução, Lucena possui duas colônias de pescadores. A primeira – Z-5, que tem como presidente atual (ano 2012) o senhor Severino Amancio Barbosa, foi fundada em 1924 e leva o nome de *Benjamin Constant*. No momento da pesquisa¹¹, a colônia contava com 625 pessoas associadas¹²; sendo 60% homens e 40% mulheres. No ano de 2000, foi fundada a colônia Z-19 *Antonio Felipe dos Santos*, tendo como fundador e presidente desde sua criação, o senhor Zélio da Silva Nascimento. Segundo ele, no momento da pesquisa a colônia possuía cerca de 760 cadastrados, sendo 477 residentes do município de Cabedelo. É importante ressaltar que na colônia Z-5, há pescadores e pescadoras associados que também residem no referido município e que em ambas, pode haver residentes de outros municípios.

Dentre as mulheres associadas nas duas colônias, muitas são esposas e companheiras dos pescadores homens cadastrados. E dentre estas, se encontram tanto pescadoras profissionais como mulheres que não participam diretamente da pesca, e que, sendo esposas, são cadastradas por meio do regime de *economia familiar* como já foi colocado. Os pescadores com o RGP, além do direito à aposentadoria, também têm assegurado o *auxílio doença* em casos comprovados de incapacidade de exercer a atividade durante um período, no qual recebe a quantia de um salário mínimo mensal. Além disso, há também o seguro no caso de acidentes ocorridos durante a atividade. As mulheres têm os mesmo direitos, mais a *licença maternidade*, na qual também recebem um salário mínimo mensal durante 04 (quatro) meses.

A lei que dá direito aos membros da família do pescador (esposa e filhos) sobre a seguridade trabalhista é a Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências. Nela classifica-se o pescador artesanal como *segurado especial*, bem como seu cônjuge e filhos

¹¹ Pesquisa realizada em abril de 2012.

¹² A lista foi disponibilizada pela secretária da própria colônia.

e conceitua-se *regime de economia familiar*. A lei sofreu alterações no ano de 2008, no inciso VII e no parágrafo 1º do artigo 12, porém tais alterações não retiraram a seguridade do pescador e sua família, como se pode ver:

CAPÍTULO I
DOS CONTRIBUINTES

Seção I

Dos Segurados

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

(...)

~~VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7.1.92.~~

~~§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.~~

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.(Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). (BRASIL, 1991, *grifo nosso*).

Em 1995, com base nessa lei, se cadastraram na colônia Z-5 em Lucena, as primeiras mulheres pescadoras e/ou esposas de pescadores. De acordo com a referida lei, os pescadores e as pescadoras podem se aposentar com no mínimo 15 (quinze) anos de serviço/contribuição, devendo ter respectivamente 60 e 55 anos de idade. Dessa forma, no ano de 2010 foram aposentadas as primeiras mulheres pela pesca artesanal em Lucena.

Estas possuíam nesse caso, 15 anos de serviço comprovado e de contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, além da idade permitida pela Constituição Brasileira.

A aposentadoria representa para os pescadores e pescadoras de Lucena uma melhoria na qualidade de vida. Aliás, representa mais que isso, garante que sua primeira necessidade básica, que é a alimentação, seja suprida de forma constante. Por não receberem o seguro do defeso¹³ – que não é concedido em todo o estado da Paraíba – a renda gerada pela pesca artesanal é inconstante e deficiente, principalmente nos períodos de baixa produção, como nos meses chuvosos.

I.III – A extinta pesca da baleia: benefícios e consequências

Além da pesca artesanal, Lucena tem na história do seu setor pesqueiro e econômico, a pesca industrial da baleia que, além dos impactos ambientais, provocou grandes impactos socioeconômicos na região. Vale ressaltar que grandes impactos ambientais foram causados e levados em consideração, provocando protesto por parte de grupos ambientalistas e discussões na comunidade acadêmica até os dias atuais.

De 1911 até 1985 a pesca artesanal e a pesca da baleia coexistiam em Lucena. A população do município, entre pescadores e demais moradores, teve na pesca da baleia uma importante fonte de renda estável. Essa estabilidade era um fator positivo que se diferenciava da instabilidade financeira inerente à pesca artesanal. Os pescadores trabalhavam em diversas funções e setores, a exemplo da *charqueada*¹⁴, bem como cozinheiros, carpinteiros, motoristas, dentre outros. Depois da proibição nacional da caça à baleia, na década de 1980, os pescadores que trabalhavam na COPRESBA – Companhia de Pesca Norte do Brasil, voltaram a viver somente da pesca artesanal.

A instalação da estação baleeira em Costinha, distrito de Lucena, aproximava a COPRESBA da área de concentração das baleias, que migravam anualmente para a reprodução. Isso resultava em um menor tempo para a captura e menor custo de produção. As espécies capturadas e comercializadas na região eram as seguintes: Jubarte (*Megaptera novaeangliae*); Espadarte (*Balaenoptera borealis*); Bryde (*Balaenoptera edeni*); Fin (*Balaenoptera physalus*); Azul (*Balaenoptera musculus*); Minke antártica (*Balaenoptera bonaerensis*); Cachalote (*Physeter macrocephalus*) (TOLEDO, 2009:11).

¹³ Defeso: Paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. (Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009).

Seguro do defeso: salário mínimo recebido pelos pescadores das espécies protegidas pelo defeso no período específico do defeso, que geralmente são de cinco meses.

¹⁴ Processo de salgar a carne da baleia.

No âmbito nacional, de acordo com Diegues (2011) a pesca da baleia foi uma atividade de grande produção econômica no período colonial e se constituía como monopólio da Coroa Portuguesa, que dava a concessão dessa pesca a pescadores portugueses e bascos. A mão de obra utilizada na captura da baleia era principalmente de escravos africanos, segundo afirma o referido autor:

A mão-de-obra utilizada na captura da baleia era constituída sobretudo por escravos africanos (Langesdorf 1996), muitos dos quais negros libertos, sobretudo a partir do início do século XIX (Silva 1996). A importância dessa pesca era grande, sobretudo na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina, onde ainda hoje podem ser vistos os vestígios das diversas armações. A pesca da baleia somente terminou nos anos 70 com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba), embora todas as armações baleeiras existentes tivessem terminado suas operações no litoral brasileiro em meados do século XIX, como resultado da competição com pescadores norte-americanos. (DIEGUES, 1983:362).

Segundo Toledo (2009:5), em Costinha a companhia foi oficializada em 04 de dezembro de 1911 e teve três períodos administrativos. De 1911 á 1939, denominado pelo referido autor de *Período inicial*, a pesca foi administrada por cônsules da Holanda e Noruega, seus fundadores, que venderam em 1929 suas terras, barcos e equipamentos a um grupo pernambucano chamado Mendes Lima & Cia. Este, não sendo bem sucedido, também se desfez da empresa em 1939. O segundo período, denominado de *Período de Samuel Galvão*, vai de 1940 á 1957, e leva o nome de seu proprietário, que adquiriu o material do grupo pernambucano e investiu em novos equipamentos. Tendo declínio financeiro a partir da década de 1950, Samuel Galvão vende seu controle da empresa em 1957.

De 1958 á 1985, foi o *Período de influência japonesa*, considerado o principal período dessa atividade na Paraíba. Tal importância se deve à conjuntura internacional desse ramo, onde o Brasil ganhou destaque mundial, sendo um importante polo baleeiro do Hemisfério Sul. Esse período bem sucedido teve fim com a proibição da caça a baleia, imposta no Brasil pelo Projeto de Lei nº 124/85. Tal projeto sucedeu a decisão da International Whaling Commission (IWC), onde a maioria dos países membros votou pela pausa ou moratória internacional do comércio da baleia a partir da temporada de 1985/86 (TOLEDO, 2009:10).

A proibição da pesca da baleia provocou grande impacto para os trabalhadores da empresa baleeira. Dos pescadores entrevistados na presente pesquisa 30% trabalharam na pesca da baleia e 100% destes que trabalharam afirmam que as consequências de sua proibição foram muito negativas e pioraram a sua situação econômica. Tal atividade possibilitava a esses pescadores uma renda fixa mensal, uma garantia que a pesca artesanal não propiciava, principalmente em épocas chuvosas. De acordo com os

pescadores, eles trabalhavam em regime de contratos periódicos, geralmente nos meses de chuva. Nos outros meses voltavam à pesca artesanal. Na empresa tinham uma jornada de trabalho que segundo eles podia durar “o dia todo”, com intervalos de apenas de 2 horas em média para alimentação e descanso. Contudo, recebiam por hora extra trabalhada e isso era positivo para eles. Porém, é importante colocar que o salário pago a trabalhadores brasileiros era muito inferior ao salário pago aos trabalhadores japoneses. De acordo com Moacyr Madruga (1980), no ano de 1977, de 331 trabalhadores, 20 eram japoneses e 311 brasileiros; ou seja, respectivamente representavam 6% e 94% do quadro de funcionários. Contudo, 36% da remuneração total mensal pertenciam aos japoneses e apenas 64% aos brasileiros. As figuras, 07, 08 e 09 mostram as instalações da antiga empresa em Costinha, que com a proibição passou a negociar outros produtos como frutas e peixes variados. A estrutura também foi utilizada como um museu da baleia, com espaços para lazer e alimentação. Porém, hoje se encontra desativada sem nenhuma utilidade comercial ou social.

Figura 07 – Local onde funcionava a COPESBRA – Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha - Lucena



Evidencia-se em primeiro plano os recipientes e ao fundo a antiga estrutura administrativa e de processamento. Fotografia: Suana Medeiros, abril 2012.

Figura 08 – Local onde funcionava a COPESBRA – Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha - Lucena



Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha-Lucena.

Figura 09 – Local onde funcionava a COPESBRA –
Companhia de Pesca Norte do Brasil - em Costinha - Lucena



Fotografias: Suana Medeiros, 2012.

As discussões acerca da pesca da baleia em Lucena, seus benefícios e as consequências de sua proibição ainda permanecem. Há quem critique a forma “sensacionalista” como foi feita a campanha no âmbito nacional, por meio de protestos ambientalistas e até músicas que falavam do tema. Antônio Cavalcante Filho, professor aposentado da UFPB e Guilherme Campelo Rabay, autores do livro *Baleias: mitos venceram os fatos*, acreditam que poucos estudos foram feitos sobre os reais impactos ambientais dessa modalidade de pesca. E que além do mais, foi dada muita ênfase ao apelo imaginário e mítico sobre o tema. Em entrevista sobre seu livro o autor é questionado sobre as consequências do fim da pesca, Cavalcante afirma:

São duas. A primeira financeira, com a queda das receitas e a segunda, social com o desemprego que gerou. Na época tínhamos 331 trabalhadores com emprego direto, o que correspondia a 1.500 pessoas. (...) Não há números precisos, mas basta lembrar todo o artesanato em torno da baleia em todo o Nordeste, que sofreu influência sobre o fim da captura. Não houve condições de se fazer um levantamento preciso sobre tudo isso. (SEBRAE, 2012)

Precipitada ou não, considerando a realidade da pesca artesanal no tocante a instabilidade, é certo afirmar que a proibição da pesca da baleia trouxe aos trabalhadores de Lucena – em sua maioria, pescadores artesanais, grande impacto na renda familiar. Para eles, a perda da estabilidade financeira que essa atividade trazia, representou o retorno a uma condição de vida precária. Quando questionado sobre as duas atividades de pesca, o senhor Francisco, pescador artesanal residente em Fagundes, que trabalhou na empresa da baleia, diz que “se a pescaria fosse contínua não existiria emprego melhor”. Apesar de trabalharem em regimes de jornadas longas, com pouco tempo para descansar e de preferirem a pesca artesanal como profissão, lamentam ainda o fechamento da empresa.

I.IV – Caracterização dos pescadores artesanais de Lucena

Para resgatarmos a história da pesca artesanal em Lucena e entendermos o modo como se configura atualmente a atividade, consideramos como premissa importante a caracterização dos pescadores artesanais do lugar. Essa caracterização objetivou traçar o perfil dos pescadores no tocante a suas histórias de vida e os elementos de sua história que estão relacionados com a atividade da pesca. Também recolhemos informações relativas às características pessoais sobre várias questões, como as de ordem educacional, profissional e familiar. Os dados apresentados aqui nesse tópico são resultados de questionários aplicados junto a 63 (sessenta e três) pescadores e pescadoras artesanais.

Os dados relativos à distribuição etária dos entrevistados evidenciam uma maior quantidade de pescadores ativos (25%) com idades entre 40 e 50 anos. É importante

ressaltar que a faixa etária que predominou foi a de 50 a 60 anos, representando 30% dos entrevistados. Porém, nessa faixa está incluída parte dos pescadores e pescadoras já aposentados que somam 33% dos entrevistados e estão distribuídos nas faixas etárias que vão de 50 a menos de 80 anos.

Do total de aposentados, 51% não exercem mais a atividade de pesca. Sendo assim, são 49% dos aposentados que continuam exercendo a pesca diariamente, mesmo recebendo o benefício da aposentadoria. Alguns pescam somente para a própria alimentação e da família, não comercializando mais o produto como faziam antes. Dentre os pescadores não aposentados, encontramos um percentual de 5% que não está atualmente exercendo a atividade de pesca por problemas de saúde. Dois deles estão assegurados pelo INSS e um deles não. Há então um total de 78% dos pescadores e pescadoras entrevistados exercendo a pesca artesanal em Lucena, e 14% que não mais exercem essa atividade.

Chamamos atenção para a idade média dos pescadores entrevistados que exercem a pesca atualmente. Para fins de análise, vamos classificar a faixa etária de 26 a menos de 40 anos de idade como *jovem*. Essa faixa corresponde a apenas 18% dos pescadores. A faixa etária de 40 a menos de 50 anos, vamos classificar como *média*, que corresponde a 25% dos pescadores e pescadoras. As faixas etárias que vão de 50 a menos de 80 anos, vamos classificar aqui como uma faixa etária *avançada*. Essas faixas correspondem a 57% dos entrevistados; e delas, faz parte o percentual dos aposentados, visto que na pesca, a aposentadoria ocorre para as mulheres a partir dos 55 e para os homens a partir dos 60 anos.

Em suma, observamos que a pesca artesanal em Lucena é praticada por uma maioria com idade mais madura, o que pode ser um indicativo da não renovação da atividade entre os mais jovens do lugar, evidenciando com isso uma tendência de ruptura da tradição pesqueira entre os moradores do município. Outro indicativo a ser considerado é o comprometimento da saúde dos pescadores. A pesca artesanal além de ser praticada em ambientes que naturalmente oferecem risco à saúde, também requer muito esforço físico. Segundo os pescadores e pescadoras, os problemas mais comuns entre eles decorrentes da pesca são: problemas na coluna, problemas na vista, problemas na pele. Os problemas na coluna são muito comuns nos pescadores que praticam a pesca de arrasto.

Sobre a iniciação na pesca os dados revelam que a maioria dos pescadores iniciou-se na atividade muito jovem, sendo crianças ainda ou adolescentes. Mais da metade – 54% - começaram a pescar entre os 10 e 15 anos de idade, seguidos de 27% que iniciaram entre 15 e 20 anos. Esse fato advém de que 49% tinham pais pescadores e 3% pais pescadores e agricultores. Isso significa que 52% tiveram contato com a pesca artesanal como atividade profissional ou de subsistência a partir dos pais.

O repasse da tradição das práticas da pesca artesanal de pais para filhos como ainda tem ocorrido em Lucena – ainda que com menor intensidade – indica um compromisso intergeracional que preserva um modo de vida sustentável dos pescadores, permitindo sua sobrevivência e que, por sua vez, é pautado no etnoconhecimento e numa relação de dependência do meio natural. No tocante ainda ao início na pesca, os demais pescadores se dividem da seguinte forma: 21% tiveram pais agricultores e 27% pais que exerciam outras atividades. Além dos pais, 51% dos pescadores e pescadoras têm outros membros da família, além dos filhos, que também são pescadores. Esses familiares variam entre genro ou nora, irmãos, tios, entre outros, como nos mostra a tabela 01.

Tabela 01: Quantidade e percentual em números dos familiares dos pescadores na pesca artesanal

QUANTIDADE DE MEMBROS DA FAMÍLIA NA PESCA	QUANTIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS	PERCENTUAL DOS PESCADORES ARTESANAIS
01	11	17%
02	10	16%
03	09	14%
04	01	02%
05	01	02%
NENHUM	31	49%
TOTAL	63	100%

Fonte: pesquisa de campo, Suana Medeiros, 2012.

Importante colocar que verificamos que a idade na qual os pescadores e as pescadoras iniciaram na atividade, na maioria das vezes não condiz com o tempo em que se cadastraram como profissionais. Se compararmos os dados a seguir e relacionarmos com a idade dos pescadores, podemos observar que muitos passam anos vivendo da pesca artesanal sem terem sido cadastrados na colônia. Dos entrevistados, 29% têm entre 30 e 40 anos de cadastro na colônia; 2% entre 50 e 60 anos; e 2% entre 2 e 5 anos de cadastro. Esses dados refletem a precoce iniciação na pesca e a continuidade desses pescadores na atividade, apesar das dificuldades relatadas por eles, como a instabilidade financeira. A pesca artesanal, apesar de ser uma profissão que não oferece estabilidade econômica, representa certos tipos de segurança aos pescadores. Essa segurança advém de alguns fatores a exemplo da certeza da aposentadoria pela pesca quando tenham idade suficiente; e a autoafirmação de terem uma profissão na qual são donos dos meios de produção ou dominam as técnicas.

O cadastramento ou associação tardios na colônia ocorre devido a dois fatores: primeiro, que muitos pescadores que iniciaram cedo na pesca com os pais não tinham acesso aos benefícios que o cadastro trazia porque os próprios pais não o tinham. O outro

motivo é que precisando contabilizar 15 anos de cadastro para a aposentadoria, geralmente se preocupam em fazê-lo com uma idade que garanta os 15 anos até completar a idade exigida para tal. Porém, acabam perdendo outros benefícios que poderiam ter antes da aposentadoria como auxílio doença ou licença maternidade. Contudo, os dados mostram que a maioria deles (56%) realmente vê na aposentadoria o motivo mais importante para estar cadastrado no Registro Geral da Pesca no MPA e estar também cadastrado na colônia; quanto aos demais, 27% dão importância aos outros benefícios; 8% acham que estar cadastrado significa uma reafirmação da profissão e se sentem orgulhosos por isso; e 4% fizeram críticas negativas à colônia de pescadores, que é a mediadora do acesso aos benefícios.

Outro elemento relevante no perfil dos pescadores e pescadoras de Lucena é relativo a educação escolar. Por terem iniciado muito cedo no trabalho, a maioria apresenta baixo nível de formação educacional escolar. Além desse motivo, outro que é alegado pelos entrevistados é que o acesso à escola era restrito, não existindo escolas em Lucena no período em que grande parte deles eram crianças e adolescentes. Várias características e realidades podem ser relacionadas quando traçamos o perfil desses pescadores. Nesse caso, podemos relacionar os dados da idade de trabalho, escolaridade e naturalidade. A tabela 02 traz o percentual relativo a formação escolar e a tabela 03 nos mostra os lugares de origem dos pescadores e pescadoras moradores do município.

Tabela 02 – Grau de formação escolar em percentual

GRAU DE FORMAÇÃO	PERCENTUAL DOS PESCADORES ARTESANAIS
ANALFABETO	21%
SEMI-ANALFABETO	11%
ENSINO FUNDAMENTAL I	46%
ENSINO FUNDAMENTAL II	14%
ENSINO MÉDIO	8%
TOTAL	100%

Fonte: pesquisa de campo, Suana Medeiros, 2012.

Tabela 03 – Locais de origem dos pescadores e pescadoras de Lucena

LOCALIZAÇÃO	PERCENTUAL DOS PESCADORES ARTESANAIS
LUCENA	62%
ÁREA RURAL PRÓXIMA A LUCENA	5%
RIO TINTO	6%
MAMANGUAPE	5%
BAÍA DA TRAIÇÃO	2%
SANTA RITA	6%
LITORAL SUL PARAÍBA	6%
PERNAMBUCO	8%

OUTRAS CIDADES	0%
OUTROS ESTADOS	0%
TOTAL	100%

Fonte: pesquisa de campo, Suana Medeiros, 2012.

Os dados indicam que 21% dos pescadores não tiveram nenhum acesso à educação escolar; 11% sabem apenas escrever os seus nomes; e 46% estudaram somente até o ensino fundamental I. Esse alto percentual dos que tiveram formação até o ensino fundamental I se deve a uma época em que o estudo foi oferecido na colônia de pescadores Z-5. Segundo contam os próprios pescadores, eram obrigados a acompanharem o curso, sob pena de serem cortados dos benefícios que recebiam na época. Com ensino fundamental II, completo e incompleto são 14%; e com ensino médio 8%. Estes últimos correspondem aos pescadores mais jovens, na faixa etária entre os 26 e os 40 anos. Relacionando essas informações com a tabela 03 podemos constatar que os lugares de origem variam muito, porém, que a maioria - 62% - são naturais de Lucena. Esse dado se comparado com o percentual dos pescadores com somente o ensino fundamental I, reafirma as condições educacionais que a cidade tinha quando os pescadores fizeram o curso na colônia.

Também temos o percentual da faixa etária com que os pescadores/as que não são naturais de Lucena, foram morar na cidade. Deles, 16% foram morar em Lucena com menos de 10 anos de idade; 10% entre os 10 e 15 anos; 5% entre os 15 e 20 anos; 5% entre os 20 e 30 anos; 3% entre os 30 e 40 anos. Podemos observar que a maioria foi morar em Lucena quando ainda eram crianças e adolescentes, estando portanto também submetidos às condições precárias da educação do lugar. Dessa forma, nos dois casos, tanto pelo modo de vida dedicado à pesca artesanal desde cedo, quanto pela precariedade educacional local de décadas atrás, esses pescadores tiveram pouco acesso à educação e, consequentemente, baixo nível de formação. É importante ressaltar que dos pescadores que não são naturais de Lucena, 16% foi morar na cidade com a família, por causa da pesca; outros 16% por motivos diversos; e 6% optou por ir morar em Lucena sozinho por causa da pesca.

Sobre a relação do pescador/a com a pesca artesanal enquanto profissão, quando perguntados se gostariam de mudar de profissão, 43% responderam que não e 57% responderam que sim; dentre estes, muitos já tentaram quando mais jovens. Porém, a falta de formação educacional foi o maior impedimento para essa mudança. Sem estudo não tinham oportunidades de emprego que fossem mais rentáveis ou mais vantajosas em relação a carga de trabalho que a pesca artesanal. Quando questionados por qual motivo gostariam de mudar de profissão, todos afirmam que é devido a instabilidade econômica da pesca artesanal. Mostram grande afetividade pela pesca e os que gostariam de mudar de

profissão, justificam que não é por não gostar de pescar, ao contrário: “ se pescar desse dinheiro, seria o melhor trabalho do mundo” (PESCADOR ARTESANAL, 63 ANOS, FAGUNDES/LUCENA, 2012).

Não somente os que desejam ou desejaram em algum momento mudar de profissão, mas 75% dos entrevistados já praticaram outras atividades em algum período de suas vidas quando tiveram oportunidades e a pesca não estava surtindo as necessidades da família. Dentre essas atividades destacamos o trabalho na empresa de coco Maguary, onde 25% deles já trabalharam carregando ou descascando coco. Destes, 8% trabalhou não somente na empresa. Na agricultura trabalharam 6%, sendo que estes, praticavam a agricultura antes de começarem a pescar. Nas demais atividades, 44%; com destaque para: servente de pedreiro, eletricista, carpinteiro, caseiro, a informalidade impera. Alguns serventes de pedreiro, viajaram para o Rio de Janeiro, onde passaram um tempo trabalhando lá. Nesse percentual estão também os que trabalharam na empresa da pesca da baleia apresenta no tópico anterior, em diversas funções. A maioria dos pescadores são pais e mães de família e a ampla maioria; 66% tem entre 01 e 03 filhos. Os que tem de 04 a 05 filhos somam 19%, enquanto que os que têm mais de 05 filhos correspondem a 11%.

Em suma, algumas conclusões podemos tirar dessas características encontradas no perfil dos pescadores artesanais do município de Lucena. Uma delas é sobre a relação dos pescadores com a própria atividade. Com os dados obtidos podemos constatar primeiro, que a vida trabalhista desses sujeitos se inicia cedo e se encerra tarde no tocante a idade em que começam a trabalhar e que param de exercer o trabalho. Iniciam ainda quando crianças e mesmo após aposentados continuam pescando – salvo exceções por problemas de saúde. Outra constatação é que atualmente, a pesca é exercida por uma maioria adulta e de idade avançada, dentre eles os já aposentados. E além disso, ainda praticam outras atividades para complementação da renda, afirmando que se pudessem mudariam de profissão. Concluímos com esses dados que a atividade da pesca é um trabalho árduo, que além de requerer do pescador muito esforço e tempo de vida dedicado, não tem garantido um mínimo de qualidade de vida, principalmente no que diz respeito a segurança alimentar.

Outra constatação é que no tocante a formação escolar, o alto índice de analfabetismo e/ou semianalfabetismo tem relação direta com vários fatores: a maioria são filhos de pescadores e/ou agricultores, logo, iniciaram ainda crianças ou muito jovens na atividade. Esse fator está fortemente relacionado ao fato de que na época que eram jovens, o município não oferecia ainda educação básica pública. E, estando inseridos em uma realidade de vida simples, em uma cultura igual ou semelhante a do campo, a educação escolar não era prioridade para seus pais, visto que a necessidade mais urgente era a sobrevivência por meio do trabalho. Associado a isso, ainda que a cultura fosse diferente,

não tinham condições de manterem seus filhos em escolas fora do município devido as dificuldades de locomoção e comunicação com a capital ou outras cidades vizinhas.

Por outro lado, para além dessas conclusões primeiras, concomitantemente ao aprendizado da pesca artesanal, os pescadores desenvolveram uma relação com a Natureza imbuída de conhecimentos e valores, que foram adquiridos juntamente com as técnicas que lhes foram passadas. Desenvolvendo a pesca em diferentes espaços e de várias maneiras, os pescadores modificam o meio em que vivem por meio do trabalho. E ao produzirem trabalho, produzem também uma cultura, que se apresenta, além das técnicas específicas, através de um conjunto de simbologias. É dessa relação com a Natureza e da produção dessa cultura que iremos tratar no próximo capítulo, caracterizando os tipos de pesca e os elementos materiais e simbólicos presentes nesse universo.

CAPÍTULO II – PESCA ARTESANAL: AS VARIAÇÕES, AS RELAÇÕES COM O MEIO NATURAL E A (RE) PRODUÇÃO DE UMA CULTURA.

II.1 – A Pesca Artesanal: tecendo a sua definição

Para caracterizarmos a pesca artesanal em suas variações no município de Lucena, primeiramente apresentaremos as variações gerais. É importante ressaltar que a pesca artesanal se caracteriza pela atividade pesqueira onde os próprios pescadores produzem ou consertam seus instrumentos de trabalho. Pescam com embarcações de pequeno porte, motorizadas ou não, de acordo com suas condições financeiras ou dependendo das linhas de crédito disponíveis para financiamento de equipamentos. No artigo 4º da Constituição Brasileira, encontramos a seguinte definição acerca da atividade:

Seção II

Da Atividade Pesqueira

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. (BRASIL, 1988).

Para uma melhor compreensão da diversidade dessa atividade buscamos em Diegues (1983) as tipologias definidas por ele sobre as formas de produção pesqueira existentes no litoral do Brasil (publicado originalmente em 1983). O autor aponta três categorias que podem ser norteadoras para o estudo: *Pesca de Subsistência*, *Pesca Realizada dentro dos Moldes de Pequena Produção Mercantil* e *Pesca Empresarial-Capitalista*. A segunda (produção mercantil) pode ser dividida em dois subtipos: *Produção Mercantil Simples dos Pequenos Produtores Litorâneos*, “os Pescadores-Lavradores” e *Pequena Produção Mercantil Pesqueira (ampliada): o Pescador Artesanal*.

De acordo com essa classificação, a *Pesca de Subsistência* tem como característica a *economia de troca*, onde a pesca é apenas uma das atividades de subsistência e havendo excedente, esse é trocado por outro *valor de uso*. Essa forma de produção pesqueira é inerente a tribos indígenas ou pequenos grupos ribeirinhos e, atualmente, é quase inexistente no litoral brasileiro. A pesca enquadrada na *Pequena Produção Mercantil* tem a produção do *valor de troca* como característica principal e é norteada pelo princípio da mercadoria. Nela, o produto final é destinado à venda, o que pode indicar uma divisão social do trabalho, considerando que há produtores que não participam da captura diretamente, mas da produção de instrumentos utilizados nela. Nesse caso, os produtores diretos são

proprietários dos meios de produção e, portanto, independentes. Já na *Pesca Empresarial-Capitalista*, os meios de produção pertencem a uma empresa capitalista e há diversos setores, onde algumas funções são assalariadas e outras, como a captura direta, são remuneradas de acordo com a participação na produção. Nessa categoria, o pescador perde seu poder de decisão e é obrigado a se utilizar de novas tecnologias que são introduzidas pela empresa. Aqui, a atividade é totalmente voltada para a produção de mercadoria (DIEGUES, 1983).

Um dos subtipos da segunda categoria citada acima, “Pesca Mercantil” é o pequeno produtor litorâneo, classificado como *Pescador-Lavrador*. Segundo o referido autor, é um pequeno agricultor que tem como produção mais importante a lavoura; a pesca é ocasional e o pescado é utilizado para consumo e venda, lhe dando subsídio para a compra de outras mercadorias. A atividade é realizada em sua maioria, por grupos familiares, assim como os instrumentos de pesca também são produzidos por eles mesmos. A pesca, mais do que os pequenos excedentes agrícolas, é a sua relação mais intensa com o mercado, por meio dos mesmos intermediários dos primeiros.

O outro subtipo da “Pesca Mercantil”, os *pescadores artesanais*, se caracteriza pelo surgimento de alguns elementos na produção, que lhes permitem denominá-la de *produção mercantil ampliada*. O autor elenca seis fatores que caracterizam essa ampliação: 1) a base da produção não é mais constituída por grupos domésticos; 2) a atividade pesqueira é a principal fonte de renda; 3) essa produção exige conhecimentos mais específicos do que a produção do *pescador-lavrador*; 4) a propriedade dos meios de produção é fundamental; 5) novos instrumentos são introduzidos na pesca, caracterizando um avanço tecnológico; 6) na organização do processo de comercialização, os “atravessadores” individuais perdem espaço para as “firmas”.

De acordo com Diegues (1983), a figura “real” do “pescador” é resultado desse processo de ampliação, pois a partir daí, a pesca passa a ser a profissão e talvez o único meio de sobrevivência desse trabalhador. E segundo o autor, essa ampliação da produção é resultado da urbanização das áreas antes utilizadas por estes indivíduos para a produção agrícola, e conseqüentemente de suas expulsões dessas áreas. Assim, nasce a necessidade de tornar a pesca sua principal fonte de renda.

Dentre os pescadores e pescadoras que foram entrevistados em nossa pesquisa, a maioria não praticava agricultura antes de praticar a atividade pesqueira, apenas 6% (seis). E de todos, apenas 3% (três) tiveram pais agricultores. Dessa forma, considerando esses dados e o processo de apropriação/divisão de terras e de urbanização que ainda é presente no Brasil, mas que se deu com mais intensidade nos séculos anteriores, inferimos que já não é comum encontrar *pescadores artesanais* procedentes diretos desses processos, ou seja, que se tornaram pescadores artesanais por consequência deles. A maioria pertence a

famílias de pescadores, que tinham a pesca artesanal como sua principal fonte de renda, a pesca já se enquadrava na *produção mercantil ampliada*. Em contraposição, atualmente, é mais comum encontrar os filhos de pescadores – ou os próprios pescadores – fazendo o caminho inverso, procurando outras atividades como fonte de renda principal, mesmo já estando praticando a pesca artesanal no modo da *produção mercantil ampliada*. Porém, esse caminho inverso será melhor discutido mais adiante.

Retornando ao tema das classificações, em abordagem sobre a pesca marítima, Maldonado (1986) afirma que há uma tendência à generalização na classificação dos pescadores em estudos sociológicos e antropológicos, resultando em uma comparação “dos povos marítimos com os povos agrários”, colocando os pescadores como “camponeses com características de base marítimas” ou como “produtores que se diferenciam dos agricultores, porque pescam”. Segundo a autora, em uma classificação generalizada, há três modalidades de pescadores marítimos quanto ao tipo de produção: os *pescadores-agricultores*, os *pescadores artesanais* e os *pescadores industriais*. Os *pescadores artesanais* são caracterizados pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo de produção. Tem a pesca como principal fonte de renda e pode destiná-la ao consumo doméstico e à comercialização.

Além das especificidades que existem tanto na atividade da pesca artesanal em si, como entre o sujeito agricultor e o sujeito pescador, é preciso considerar também as diferenças históricas desses setores. Portanto, vale ressaltar a importância da preocupação de Maldonado sobre essa generalização, que, dependendo de onde seja aplicada, pode causar consequências a esses trabalhadores. Comparar, por exemplo, em uma política pública os pescadores artesanais com os agricultores, representa negligenciar as especificidades do setor e dos trabalhadores, não obtendo avanços nas soluções de problemas. Exemplo disso é a equiparação da atividade pesqueira com a atividade agrícola feita na *Lei da Pesca* em 2009¹⁵, que não representa avanço algum para o setor, e pode-se dizer que muito ao contrário.

Além de atentarmos para as questões conceituais e políticas, é muito importante considerar que a pesca artesanal é imbuída de características e peculiaridades que a diferenciam de atividades econômicas apropriadas pela lógica e pelo ritmo capitalistas. A pesca artesanal é uma atividade econômica, semelhante a outras atividades, praticada para fins de subsistência. Contudo, o meio em que ela é executada, o tempo dissociado do tempo do capital, o histórico socioeconômico e o modo de vida dos pescadores, integram um conjunto que faz dela uma atividade com atributos únicos que devem ser levados em conta.

¹⁵ A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Principalmente, considerando o fato de que historicamente, é passada de pai para filho, caracterizando-a como uma atividade tradicional. Ao estudar a pesca artesanal, estudamos não somente a produção de uma atividade econômica, mas também a produção de uma cultura calcada na subsistência. A produção dessa cultura tem sua essência na relação de intimidade com a Natureza e essa relação é produzida e transformada pela mediação constante entre o homem e a natureza, ou seja, pelo trabalho.

O trabalho da pesca artesanal possui variações de acordo com o ecossistema no qual é praticado e com os produtos adquiridos na atividade. Na pesquisa constatamos que a pesca marítima é a que se destaca no município, sendo praticada por 98% dos pescadores, dos quais 12% também praticam a pesca no mangue ou no estuário. Apenas 2% praticam a pesca exclusivamente no mangue.

Em relação ao produto da pesca, 84% têm como produtos principais ou exclusivos tanto o camarão como peixes de pequeno porte (raramente médio porte). Essa equivalência no percentual da pesca dos dois produtos se deve ao fato de que as redes utilizadas para o camarão são as mesmas utilizadas para a captura desses peixes e a área marítima de pesca também. Outro grupo que corresponde a 11% pescam peixes de médio e grande porte e a mesma quantidade pode ser observada para a lagosta. Essa equivalência no percentual também se deve ao fato de que os dois produtos são capturados em condições semelhantes, a exemplo da utilização de embarcações maiores e motorizadas. A quantidade dos que capturam ostra e carangueijo é de 14%, que corresponde ao percentual dos que pescam no mangue. O marisco e o sururu são capturados por 22% dos pescadores que também praticam a pesca estuarina e/ou no manguezal.

Tabela 04 – Percentual dos produtos da pesca artesanal em Lucena

PRODUTO DA PESCA	PERCENTUAL DOS PESCADORES ARTESANAIS
CAMARÃO	84%
PEIXE – MAR DE DENTRO	84%
PEIXE – MAR DE FORA	11%
OSTRA, CARANGUEIJO	14%
MARISCO, SURURU	22%
LAGOSTA	11%

Fonte: pesquisa de campo, Suana Medeiros, 2012.

II.II – Espacialidade e territorialidade da pesca artesanal

Considerando que a pesca artesanal é praticada em diferentes ecossistemas e de variadas formas, podemos identificar a partir disso, uma *espacialidade* relativa a atividade. O espaço geográfico não somente é compreendido como o espaço global, mas também como

diversos espaços, que se apresentam no cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais, segundo argumenta Santos (2008):

(...) a noção de espaço, todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações (...); uma casa é espaço, como uma cidade também o é. (...) há o espaço terrestre, da velha definição da Geografia; e há, igualmente o espaço extraterrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério. (SANTOS, 2008:150).

Nessa infinidade de possibilidades apresentadas pelo autor supracitado sobre espaço, entendemos que podemos tratar os ecossistemas nos quais a pesca artesanal é produzida como espaços da pesca. Nesse contexto, são espaços da pesca artesanal o espaço marítimo, o espaço do manguezal e o espaço estuarino. É importante colocar que esses espaços são entendidos como tal a partir da relação do homem com a natureza, ou seja, do pescador com os respectivos ecossistemas onde a pesca é executada. A natureza passa de natural a espaço produzido e esse processo se dá na relação homem-natureza que é mediada pelo trabalho como argumenta Santos (1988):

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (SANTOS, 1988:10).

O autor, além de chamar a atenção para a construção do espaço por meio do trabalho, afirma que o espaço também é uma realidade relacional. Nesse sentido, ressaltamos que os espaços construídos por meio da pesca não compreendem somente o mar, o estuário e o mangue, mas todo o território relacionado com a produção da pesca artesanal. No caso do mar, esse espaço compreende o mar¹⁶ e a praia, considerando que é utilizada também pelos pescadores e pescadoras, tanto para a execução da pesca, quanto para guardar seus equipamentos (fora ou dentro de caixas). Da mesma forma ocorre com as áreas próximas ao mangue e no interior do estuário, apesar de geralmente não servirem para guardar equipamentos.

A existência desses espaços construídos por meio da atividade da pesca artesanal, nos leva a identificar também a existência da *territorialidade da pesca*. Sabemos que o território é um espaço sob influência de um poder que o influencia (SOUZA, 1995: 78). Segundo o referido autor, “territorialidade vem a ser um processo de interação entre o homem e o meio que faz com que o meio esteja atrelado às relações de poder exercidas pelo homem espacialmente” (SOUZA, 1995).

A territorialidade da pesca artesanal é identificada quando observamos a relação de poder e de saber sobre o espaço, que os pescadores e pescadoras tem no exercício da

¹⁶ Um exemplo de *espaço marítimo da pesca* são os *currais*, exemplificados na página 44, figuras 23 e 24. Nesse exemplo, o espaço marítimo, ainda natural, é modificado pelo pescador quando este constrói uma estrutura fixa dentro do mar, composta de elementos que não fazem parte desse espaço natural.

atividade. Essa relação de poder está na forma como dominam os conhecimentos do meio natural, e como consequentemente, conseguem trabalhar e conviver com as condições naturais daquele espaço. Dominam esse conhecimento que parte do exercício cotidiano do trabalho da pesca artesanal, conhecem as áreas propícias à pesca, sabem os pontos em que não devem se expor e expor seus equipamentos. E, além disso, possuem um domínio territorial em relação ao espaço destinado à prática da atividade nas diferentes modalidades. Durante a pesquisa, constatamos que a territorialidade da pesca não existe somente para os pescadores e pescadoras, mas também é reconhecida entre os moradores de Lucena, que vêm a praia, o estuário e o mangue como espaços de trabalho, dominados por meio do conhecimento e da prática pelos que exercem a pesca artesanal. Nos tópicos seguintes, apresentaremos essa territorialidade por meio dos espaços produzidos pela pesca artesanal, discutindo o conhecimento e o domínio exercido sobre eles.

II.II.I – Espaço marítimo: mar de dentro e mar de fora

O *mar de dentro* compreende o espaço marítimo mais próximo à costa, que geralmente corresponde para os pescadores entrevistados, 150m de distância sentido oeste-leste. Porém, vale salientar que essa medida é subjetiva, podendo o *mar de dentro* ser compreendido por medidas diferentes por outros pescadores ou pessoas que praticam outras atividades marítimas. O *mar de fora* compreende todo o espaço e distância além desse limite. Poucos pescadores artesanais de Lucena pescam no *mar de fora*. Somente aqueles que possuem embarcação motorizada e que são mais audaciosos em relação ao mar. Ou os que pescam em embarcações maiores de outras pessoas, só que em uma frequência menor se comparada com a pesca no *mar de dentro*.

A pesca marítima é praticada com diversos tipos de redes (figuras 10 e 11), a exemplo: *rede de arrasto*, *camarãozeira*, *sauneira*, *mangote*, *caçoeira*, *tainheira*, entre outras. A rede de arrasto é a rede que requer uma maior quantidade de pessoas na execução da pescaria, no mínimo seis. Pescarias realizadas com as demais redes podem ser executadas com no mínimo duas. A proporção no uso das redes em Lucena se apresenta da seguinte forma: as três redes mais utilizadas entre os quatro aglomerados urbanos são a camarãozeira, utilizada por 44% dos pescadores; a tainheira utilizada por 30%; e a de arrasto utilizada por 34%. Em seguida, a sauneira utilizada por 15%; a caçoeira utilizada por 8%; e o mangote por 7%. Vale ressaltar que alguns pescadores utilizam mais de um tipo de rede, por isso a soma desse percentual é maior que 100%. Igualmente, ressaltamos que o percentual indicado de cada rede utilizada não corresponde somente a redes próprias.

Figura 10 – Rede de pesca *tainheira*



Fotografia: Nacho Vega, 2012.

Figura 11 – Rede de arrasto



Fotografia: Suana Medeiros, 2012.

Há pescadores artesanais que não possuem redes próprias e pescam com a rede de outros pescadores, integrando o grupo. Em alguns casos, há pescadores certos para cada dono de rede. Em outros casos, há uma rotatividade constante e muitas vezes o dono da rede – também denominado *pombeiro*¹⁷ – encontra dificuldades em executar a pescaria por falta de pessoas disponíveis para o trabalho. Segundo os pescadores proprietários de redes, em depoimento, essa dificuldade muitas vezes decorre do uso constante de bebidas alcoólicas por parte dos pescadores e também do desânimo quando a pescaria está fraca. O uso corriqueiro de bebidas alcoólicas foi constatado durante a pesquisa em vários momentos do trabalho de campo. Porém, o costume também abrange pescadores proprietários, o que nos leva a inferir que o elevado consumo de álcool – em geral de destilados – faz parte do cotidiano dos trabalhadores da pesca artesanal em Lucena. Por se tratar de um tema subjetivo e por não termos nos aprofundado na investigação dessa realidade, não vamos inferir possíveis motivos ou causas para a situação relatada.

O percentual dos proprietários de redes é o seguinte: dos que utilizam a rede camarãozeira, apenas 38% são proprietários; da rede de arrasto apenas 24%; da sauneira 13%; da caçoeira 6%; e do mangote 5%. Não foi encontrado nenhum pescador que utilizasse a rede tainheira que não fosse o proprietário. Foram encontrados entre os entrevistadores em pequenas proporções pescadores que se utilizam de outros equipamentos como a linha (2%) e o curral¹⁸ (3%) demonstrado nas figuras 12 e 13.

¹⁷ Em pesquisas de outros autores sobre pesca artesanal, constatamos que o termo *pombeiro* é somente utilizado para as pessoas que compram o pescado dos pescadores e revendem; ou seja, são o mesmo que *atravessadores*. Porém, em nossa pesquisa constatamos que em Lucena o termo *pombeiro* é utilizado também para donos de embarcações e de redes. Esses donos, dependendo da equipe formada para a pesca de arrasto, por exemplo, podem ou não participar da pescaria. É importante colocar que nem sempre o pescador dono de rede e embarcações é chamado de *pombeiro*. Em suma, o termo *pombeiro* não somente é utilizado para definir um *atravessador*.

¹⁸ Estrutura feita com pedaços de madeira fixadas no fundo do mar, em forma de cerca e curral. Possui três compartimentos com tamanhos e funções diferentes. É utilizado para a captura de peixes grandes e médios. É instalado aproximadamente a 500m da costa, no mar de dentro passando um período de cerca de 8 meses (de setembro a maio). O ato de retirar os peixes que ficam presos nos compartimentos é denominado de *despesca*.

Figura 12 – Curral de peixe instalado



Fonte: Embarque Nordeste (site)

Figura 13 – Maquete de curral de peixes



Fonte: Museu virtual de Aquicultura e pesca da cidade de Acaraú.

Quando executada com uma rede da qual o pescador não é o proprietário, sua porcentagem de ganho é menor. Essa porcentagem é denominada *quinhão*, que

corresponde à parte do produto ou lucro¹⁹ que cabe a cada pescador. O dono da rede tem por direito 40% do *quinhão*, que diz respeito ao seu lucro, ao investimento na rede e embarcação, e à manutenção dos mesmos. Os outros 60% serão divididos entre os demais. Em uma pescaria com rede de arrasto, por exemplo, se o pescador tiver em sua equipe seis pescadores, cada um deles receberá 10% do lucro. Se no momento da pescaria, o grupo for composto de cinco pescadores mais o dono da rede, este terá direito a 50% do quinhão, por ter executado o trabalho também.

Em relação às embarcações, geralmente são utilizadas a *jangada* e a *baiteira* (figuras 14 e 15). A jangada tem uma superfície plana, é deslocada no mar por meio de varas que servem de remos e é utilizada mais para a pesca de arrasto. O produto dessa pescaria não precisa ser posto na embarcação, porque é retirado do mar na puxada da rede até a praia. A baiteira é uma espécie de canoa em alguns casos motorizada, e quando não, é deslocada no mar da mesma forma que a jangada e utilizada para a pescaria com os demais tipos de rede. Em alguns casos, o produto é colocado na baiteira quando estão no mar e transportado a terra por meio dela.

Figura 14 – Jangada na praia de Lucena



¹⁹ A divisão do *quinhão* em produto ou dinheiro depende do resultado da pescaria. Geralmente, quando a produção é baixa, os pescadores dividem o produto diretamente entre eles de acordo com as porcentagens do *quinhão*, sem que o produto seja negociado com o atravessador.

Figura 15 – Canoa na oficina de fabricação - Oficina pertencente a antigo pescador que fabrica e conserta canoas e jangadas.



Fotografias: Suana Medeiros, 2012.

A baiteira é utilizada por 42% dos entrevistados. Desses pescadores, 37% são proprietários e os outros 5% utilizam a baiteira de outra pessoa. Dessas baiteiras, apenas 8% são motorizadas. A jangada também é utilizada por 42% dos pescadores, sendo que apenas 27% são proprietários e somente 10% são motorizadas. Há também pescadores que não utilizam embarcações, que correspondem a 17% dos entrevistados: são os que pescam com a rede mangote ou que pescam no mangue. Em suma, considerando os que utilizam embarcações na atividade, 64% são proprietários das embarcações e 20% não. Das embarcações existentes no município, apenas 18% são motorizadas.

Tabela 05 – Percentual das embarcações utilizadas pelos pescadores em Lucena

TIPOS DE EMBARCAÇÃO	PERCENTUAL DAS EMBARCAÇÕES DOS PESCADORES DE LUCENA
JANGADA	10%
JANGADA MOTOR	5%
BAITEIRA	3%
BAITEIRA MOTOR	2%
JANGADA PROPRIETÁRIO	17%
JANGADA MOTOR PROPRIETÁRIO	10%

BAITEIRA PROPRIETÁRIO	29%
BAITEIRA MOTOR PROPRIETÁRIO	8%
NÃO UTILIZA EMBARCAÇÃO	17%

Fonte: pesquisa de campo, Suana Medeiros, 2012.

A posse da rede e da embarcação é um grande diferencial para o pescador artesanal. É a partir dessa diferença que sua renda é determinada em cada pescaria e durante todo o mês, por meio do quinhão que lhe é de direito. Os pescadores que não possuem embarcação sofrem mais com a instabilidade financeira que os demais. Da mesma forma, acontece com os que não são proprietários de redes. Quando questionados se gostariam de adquirir novos equipamentos, 76% responderam que sim, e que não adquiriram ainda por falta de condições financeiras. Essa aquisição possibilitaria um melhor rendimento na atividade, mas o custo é alto. Uma jangada ou uma baiteira custa em torno de R\$ 1.500,00, se motorizada custará em torno de R\$ 3.000,00. A rede de arrasto é a mais cara, custa cerca de R\$ 10.000,00 podendo chegar a ser mais. As demais redes custam cerca de R\$ 200,00. A única via de aquisição desse material seria um financiamento/empréstimo. Porém, segundo os pescadores, o financiamento que há disponível para eles – do Banco do Nordeste, é até o valor máximo de R\$ 2.500,00. Dessa forma, não supre totalmente a necessidade dos pescadores que objetivam uma rede de arrasto ou uma jangada/baiteira motorizada. Apenas 17% afirmaram já ter feito o financiamento, não sendo, contudo, destinado a equipamentos em todos os casos. Somente 13% desejam fazer e 22% rejeitam o financiamento por medo de dever. No total, 48% nunca se beneficiaram desse programa - alguns aposentados, porque não tinham acesso em sua época de maior atividade – outros por opção.

Os peixes comuns nas pescarias de mar de dentro em Lucena são: *sardinhas (azul, cascuda, manteiga, pelada)*, *barbudo*, *pilombeta*, *sabão*, *sete buxo*, *cachimbo*, *aniquin*, *bagre*, *baiacu*, dentre outros. Esses peixes, quando em tamanhos pequenos, são chamados todos de *caícos*²⁰. Os mais comuns no mar de fora são: *xaréu*, *xira*, *saramunete*, *xixarro*, *garajuba*, *arraias (jamanta, pintada, etc)*. A captura de peixes de maior ou de menor porte vai depender tanto do tamanho da rede e da largura de sua malha²¹, quanto da distância em que é praticada a pesca. Geralmente, os peixes de maior porte são capturados no mar de fora, com uma rede de malha bem maior que a rede da pesca no mar de dentro.

O produto mais objetivado na pescaria do mar de dentro é o *camarão branco (Litopenaeus schmitti)*, que significa um lucro considerável por custar para o atravessador

²⁰ Significado de Caíco: sm 1 Pequeno bote de duas proas e de fundo chato. 2 Miuçalha de peixes pequenos. 3 Peixe pequeno seco ou salgado. (Dicionário da língua portuguesa).

²¹ A *malha* da rede corresponde à extensão da mesma, feita com o fio de nylon. A largura da malha varia. Geralmente, a malha de uma rede de arrasto tem entre 12 a 15mm de largura.

entre R\$ 18,00 e R\$ 20,00 o quilo, variando por época (geralmente seguem uma “tabela” de preços²²). Ao passo que os peixes de pequeno porte – os caícos (Figura 16) – são vendidos por um preço muito baixo, variando de R\$ 4,00 à R\$ 0,50. Assim, acabam utilizando os peixes mais para alimentação da família que para a venda. Geralmente as mulheres dos pescadores fazem o beneficiamento dos caícos, limpando, salgando e colocando para secar ao sol. Esses peixes, também são doados ou recolhidos por outras pessoas que acompanham a pescaria. Para a captura do camarão, a melhor época é entre os meses de março e maio.

A relação entre pescador e atravessador oscila entre regular e conflituosa, por consequência dos valores de compra, que variam de acordo com a oferta e a demanda de cada época. No verão o quilo do camarão pode custar até R\$ 25,00 e no inverno pode chegar a R\$15,00. Alguns pescadores já tentaram e por algumas vezes ainda tentam eles mesmos exercerem a etapa da comercialização. Mas na maioria das vezes encontram dificuldades e a incerteza da venda, que o faz constantemente optar pelo atravessador. Também falam sobre a questão do tempo:

O tempo do trabalho da pesca é muito diferente de outros trabalhos. A gente num tem tempo de comercializar nada não. Enquanto o atravessador compra e vende o pescado, a gente já tá organizando outra pescaria, consertando rede, descansando. (PESCADOR ARTESANAL, 41 ANOS, GAMELEIRA/LUCENA, 2012).

Figura 16 – Peixes denominados *Caícos*



²² Essa tabela de preços é estabelecida de acordo com a época e é utilizada por todos os atravessadores da localidade, ou seja, geralmente cada atravessador paga ao pescador o mesmo valor que pagam os demais atravessadores.

Figura 17 – Camarão Branco



Fotografias: Suana Medeiros, 2012.

Observamos que o tempo é um fator importante nessa questão da comercialização. O pescado é produto altamente perecível, e como são os pescadores os responsáveis por seus equipamentos, no tocante a armazenamento e manutenção, não sobra muito tempo para ser dedicado à venda. Esses motivos tornam o atravessador uma figura muito importante na atividade da pesca artesanal.

Outro instrumento de trabalho muito importante para os pescadores são as caixas²³, que também mostram o poder aquisitivo dos pescadores em relação aos equipamentos e materiais de trabalho (Figuras 18 e 19). Foi constatado que a maioria (63%) dos pescadores não possui caixas. Alguns destes guardam seus equipamentos em caixas de colegas e outros deixam a embarcação na praia ao léu. Quando a rede é de arrasto, ela fica junto à embarcação por ser muito pesada para carregar todos os dias. Quando são outros tipos de rede mais leves, os pescadores costumam levar para suas casas. Alguns já tiveram suas redes roubadas ou destruídas. O caso de roubo, segundo eles, pode ser feito por uma pessoa que não é pescador no intuito de vender a rede em outro lugar; ou por uma pessoa interessada em pescar. Um pescador já teve sua caixa queimada.

²³ A *caixa* é uma espécie de cabana feita de estacas de madeira e palha de coco, que serve de abrigo para as embarcações, redes e demais equipamentos. Ficam localizadas na primeira linha da praia e situadas geralmente na altura de suas residências ou no lugar que costumam pescar.

Figura 18 – Caiçaras localizadas na praia de Lucena



Fotografia: Angela Farias, 2012.

Figura 19 – Caiçara localizada na praia de Costinha



Fotografia: Suana Medeiros, 2012.

II.II.II – No espaço manguezal: com os dois pés na lama

“Entrar no mangue não é fácil, há que saber entrar e sair”. São palavras repetidas por mestres na arte de caminhar sobre a lama, sem afundar e sem se cortar em conchas afiadas como navalhas. Há também que ter agilidade com as mãos no momento da captura do caranguejo, puxando-o rapidamente para a superfície da lama e o colocando no balde, para que ele não tenha tempo de agarrar-se nos dedos de quem o captura. Há que entender as marés, o movimento que ela faz de ida e volta adentrando e deixando o mangue. Há que conhecer a lua e as suas fases. Há que ser conhecedor da natureza, na qual exerce o ofício.

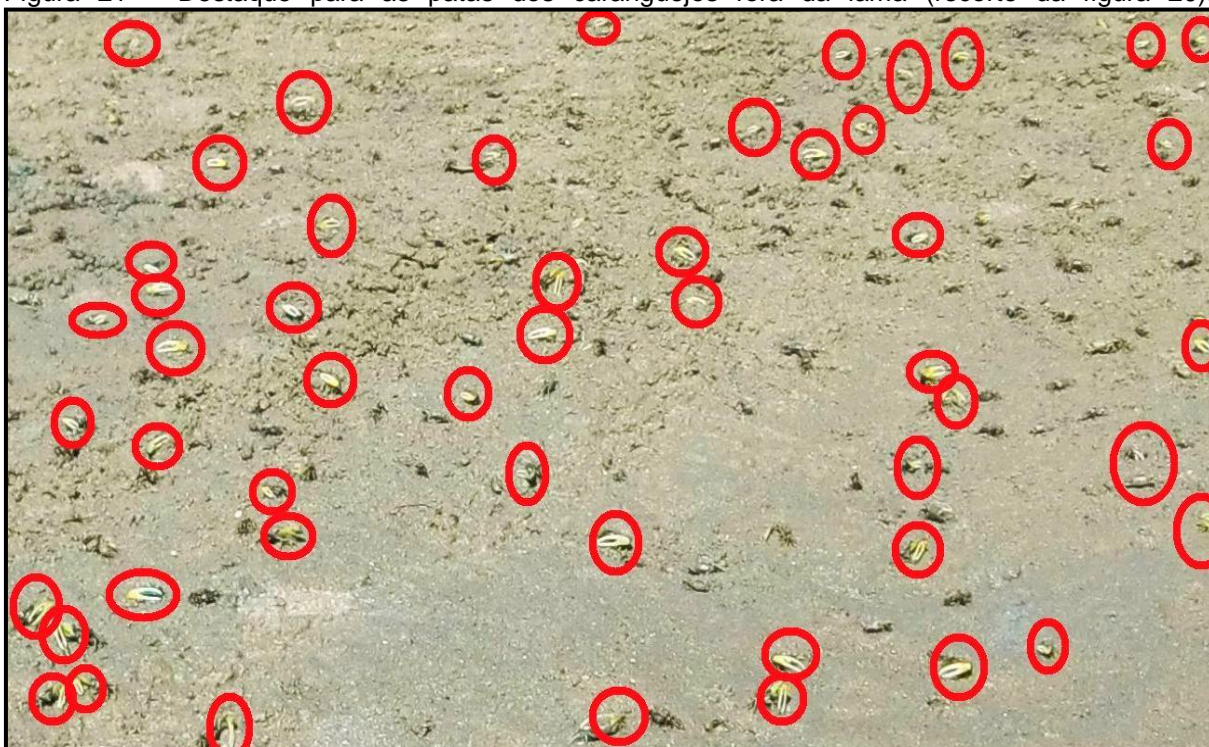
A vida no mangue parece brincar de se esconder. Quando se entra nele tem-se a ideia de que alguma coisa está fora do lugar. São suas árvores de raízes para fora, é a cor da sua água, que destoa da água do mar e do rio, é a sua aparência despadronizada, é o som sutil dos movimentos da sua fauna e flora. Em pouco tempo as coisas parecem fazer sentido e a vida vai surgindo em movimentos rápidos, da água para os troncos. Ou em dezenas de patas salientes que aparecem e desaparecem a cada movimento seu. São os caranguejos, um dos abundantes e rentáveis produtos do mangue (figuras 20 e 21).

Figura 20 – Dezenas de caranguejos pequenos enterrados na lama do mangue (patas para fora).



Fotografia: Suana Medeiros, 2012.

Figura 21 – Destaque para as patas dos caranguejos fora da lama (recorte da figura 20).



Fotografia: Suana Medeiros, 2012.

O manguezal é um ecossistema constituído de espécies animais e vegetais, desenvolvido ao longo de estuários. Apresenta varias alternativas de sobrevivência às populações que vivem da captura de suas espécies. Possui recursos naturais passíveis de geração de renda, a exemplo de caranguejos, peixes, e moluscos. Em Lucena, do manguê é retirada a madeira, que serve dentre outras coisas, como lenha para o fogo de cozimento ou como madeira de construção/reforma das casas, tanto em paredes como em telhados.

A produtividade dos manguezais é consideravelmente maior em latitudes mais baixas com temperatura alta o ano inteiro (VANNUCCI, 1999:17). Em Lucena, observamos que a localidade oferece condições bastante favoráveis ao desenvolvimento dos manguezais. O clima é do tipo tropical quente e úmido, com temperatura média anual de cerca de 28°C e umidade relativa do ar de 80%. As chuvas ocorrem no outono e no inverno, com volume que variam entre 1.500 mm a 1.700 mm. Ressaltamos ainda, segundo Assis (1977 *apud* Fernandes 2006:59) que as precipitações pluviométricas se formam na dependência do sistema de circulação das massas de ar da Massa Equatorial Atlântica (MEa), iniciando sua atuação a partir do outono até sua maior pluviosidade no inverno, tendo agregada a Frente Polar Atlântica (FPa), que é trazida pelos alísios do sudeste (FERNANDES, 2006).

Para Vannucci os solos dos manguezais são crucialmente importantes para seu funcionamento e geralmente são mais desenvolvidos onde as condições favorecem a deposição de sedimentos, que “são retrabalhados e redistribuídos tão logo se depositem,

sofrendo alterações físicas e químicas típicas do ecossistema manguezal”; esses sedimentos segundo a referida autora são “tipicamente, argilas e lamas argilo-arenosas” (VANNUCCI, 1999:61). Sobre a água dos manguezais, segundo a autora,

As águas que fluem dos manguezais têm características peculiares, adquiridas durante a longa residência nos pântanos. Contêm uma grande quantidade de matéria orgânica dissolvida na forma de sais nutrientes (nitratos, nitritos, também fosfatos, silicatos e elementos-traço), mas contêm também substâncias químicas nocivas (...) que lhes conferem uma típica coloração marrom-ferruginosa. (VANNUCCI, 1999:61).

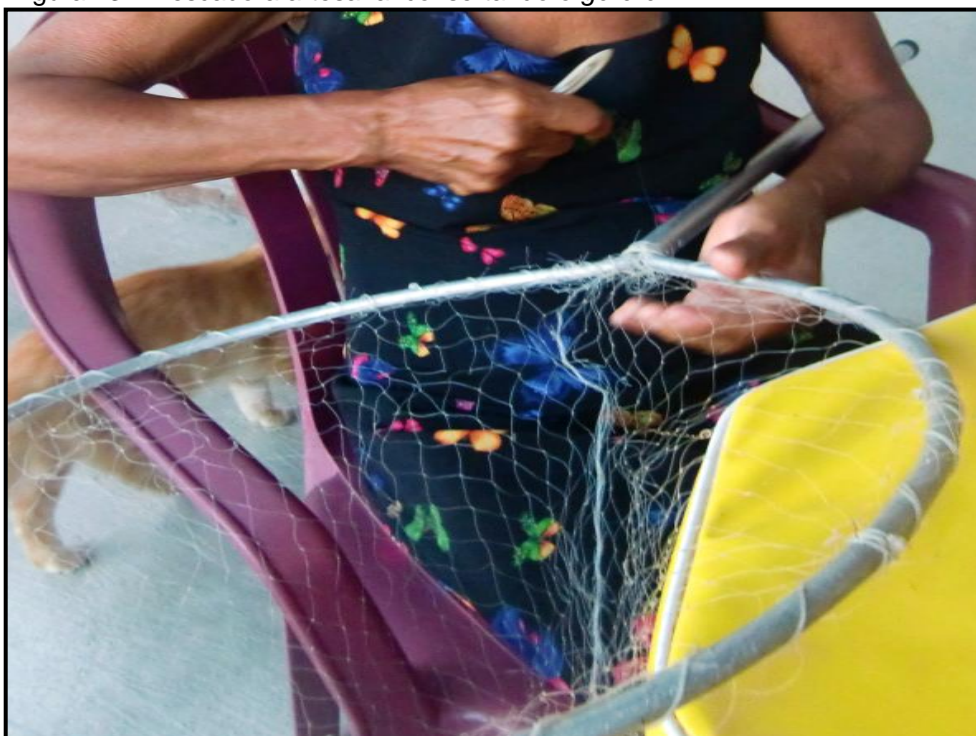
Apesar de caracterizar as águas do manguezal, a autora deixa claro que cada sistema manguezal pode apresentar peculiaridades na água, assim como nos demais elementos do ecossistema. E ressalta ainda que a continuidade da produtividade e da vida do manguezal depende do fluxo das águas, que necessita ser mantido naturalmente sem restrições que impeçam ou diminuam as inundações naturais da maré. “As florestas marinhas não prosperam, a menos que sejam inundadas” (VANNUCCI, 1999:61).

No tocante aos equipamentos, geralmente os pescadores ou pescadoras que fazem capturas no manguê utilizam equipamentos próprios, porque são utensílios domésticos e ferramentas como colher, foice, chave de fenda. Além disso, utilizam também equipamentos que podem facilmente ser elaborados por eles com um pequeno custo como a *pitimbóia* e o *jereré* (figuras 22 e 23).

Figura 22 – Gereré. Pescadora artesanal com o equipamento.



Figura 23 – Pescadora artesanal consertando o *gereré*.



Fotografias: Suana Medeiros, 2012.

Para capturar, por exemplo, o *siri de mangue* ou *siri de lama*, é necessário que a maré esteja *morta*²⁴, afirma uma pescadora marisqueira profissional e aposentada. Para a captura são usados a *pitimbóia* e o *jereré*. Ambos são instrumentos produzidos em casa. O primeiro consiste em uma garrafa plástica com uma isca composta por pele de galinha ou peixe dentro de um pano amarrado, junto com pedras em uma das pontas. Este é jogado na água, de forma que a isca afunde e a garrafa fique boiando. O segundo é feito com um ferro e um pedaço de pano ou rede, em forma de uma cesta de basquete, só que fechada:

(...) com água até na cintura (...) aí você joga, quando você vê a garrafa tá se mexendo, tá se mexendo, aí você vai com o *jereré*, suspende...eles tão tudo agarrado ali naquela isca. Aí você vai, suspende, coloca o *jereré* por baixo pra pegar. Tem ocasião que vem cheio, tem ocasião que só vem um, às vezes num vem nenhum. (PESCADORA MARISQUEIRA, 66 ANOS, COSTINHA/LUCENA, 2012).

Para a captura do marisco, a *maré grande*²⁵ é a melhor. A ostra, um dos moluscos do mangue, é encontrada fixada nos troncos ou nas raízes das árvores e são retiradas com uma foice ou chave de fenda e colocadas no balde logo em seguida. Essas raízes, que saem dos troncos e crescem em direção ao solo, são características específicas de uma espécie da floresta de mangue – a *Rhizophora mangle* (figura 24). A floresta possui diversas espécies de árvores, dependendo da região em que se desenvolve. Além da função de

²⁴ Maré morta: conceito popular para as marés de quadraturas que ocorrem quando a lua se acha em quarto crescente ou quarto minguante.

²⁵ Maré grande: maré de sizígia – ocorre na lua cheia ou na lua nova.

segurar a árvore no solo instável por causa da lama, essas árvores possuem minuciosos detalhes, característicos de suas condições ambientais que possibilitam o desenvolvimento e a manutenção do manguezal, como descreve Vannucci:

(...) raízes-escoras de diferentes aspectos e formas, que servem para ancorar o tronco ao lodaçal mole móvel, pneumatóforos que emergem verticalmente das longas raízes subterrâneas para “respirar”, raízes em forma de joelho, etc (...). Essas raízes são geralmente envoltas por um tecido esponjoso denominado *aerênquima*, que facilita a troca de gases para os tecidos internos (...). Algumas espécies têm glândulas que secretam sal, podendo-se se observar um pó salgado na face inferior das folhas, enquanto outras têm tecidos que servem de barreira para a penetração de sais ao nível das raízes. (VANNUCCI, 1999:37).

Figura 24 – Manguezal localizado em Costinha.



Em primeiro plano uma árvore de *Rhizophora mangle* com suas raízes escoras que descem para o solo na forma de um candelabro invertido; ao fundo, uma árvore da espécie *Laguncularia racemosa*. Costinha – Lucena/PB. Fotografia: Suana Medeiros, 2012.

Figura 25 – Caranguejo do mangue de Costinha.



Figura 26 – Pescadora de Costinha beneficiando ostra



Fotografias: Suana Medeiros, 2012.

A pesca no mangue é geralmente praticada por mulheres, que passam o dia todo nessa atividade, só voltando para casa quando o sol se põe. Vão no início da *maré morta*, fazem suas capturas, fazem o beneficiamento lá mesmo na parte sólida do mangue, enquanto a maré faz seu movimento de subir e baixar outra vez. Até que possam fazer outra captura antes de retornar à suas casas. Segundo relatos de pescadoras, se o produto

capturado for o sururu do mangue (*Mytella guyanensis*), por exemplo, retiram eles das conchas para ficarem mais leves para o deslocamento; e cozinham em fogo de lenha do próprio mangue para evitar que estraguem por serem facilmente perecíveis.

Assim como a pesca artesanal marítima, a pesca nos manguezais requer conhecimento do meio natural, do ecossistema e de suas especificidades. A pescadora ou o pescador que vai ao mangue, nada sabe na linguagem científica, das características físicas peculiares que o mangue possui, mas sabem muito da sua complexidade, do seu tempo e do seu movimento.

II.III – A lua, o vento e as marés: a relação de intimidade com a natureza

O pescador e a pescadora artesanal são além de trabalhadores, conhecedores da natureza. A relação de intimidade com o meio natural fazem deles grandes conhecedores da dinâmica da lua, dos ventos e das marés e; partindo desse conhecimento, sabem distinguir os dias, as horas e os momentos apropriados para a pesca. Detêm conhecimento acerca do universo marítimo, estuarino e dos manguezais, desde as características gerais aos detalhes da fauna e flora. Os termos utilizados por eles para denominar objetos e situações relativas a esse meio natural, em muitos casos não correspondem aos termos utilizados no âmbito acadêmico científico. São termos específicos da pesca artesanal e que em alguns casos até se diferenciam de acordo com a localidade ou região de referência. Contudo, fazem sentido para os que pertencem ao universo da pesca como comenta o autor:

Na verdade, a *pescaria*, como qualquer processo produtivo, nada tem de aleatória, nem incorpora procedimentos inócuos. Pelo contrário, envolve um conhecimento sistematizado sobre seu objeto de trabalho e sobre as condições naturais que interferem diretamente nessa atividade. O domínio dessa *ciência* resulta e confere legitimidade à *pescaria* como sistema produtivo e como substrato da organização social dos pescadores, ao mesmo tempo em que os identifica como uma espécie de “donos do mar”. (BRITTO, 1999: 77).

A maré, a lua e o vento, segundo os pescadores, são os elementos que determinam as boas condições para a pesca. Por meio da percepção e do conhecimento fazem desses elementos o “norte” da pescaria. Mas a influência que cada um desses elementos tem na pescaria e na decisão de ir para o mar varia. Cada elemento pode ter peso diferenciado em alguns casos, como por exemplo, em diferentes aglomerados urbanos do município de Lucena (tabela 06).

Tabela 06 – Elementos naturais que influenciam na Pesca artesanal no município de Lucena em percentuais e por aglomerado

ELEMENTOS NATURAIS QUE INFLUENCIAM NA PESCA ARTESANAL (DIFERENCIAÇÃO POR AGLOMERADO)	PERCENTUAL DA IMPORTÂNCIA DOS ELEMENTOS NATURAIS
VENTO – COSTINHA	03%
LUA- COSTINHA	03%
MARÉ – COSTINHA	16%
VENTO – FAGUNDES	02%
LUA – FAGUNDES	11%
MARÉ – FAGUDNES	14%
VENTO – GAMELEIRA	05%
LUA – GAMELEIRA	06%
MARÉ – GAMELEIRA	06%
VENTO – PONTA	11%
LUA – PONTA	02%
MARÉ – PONTA	10%
VENTO – LUCENA	29%
LUA – LUCENA	16%
MARÉ – LUCENA	11%

Fonte: pesquisa de campo, Suana Medeiros, 2012.

Apesar de viverem no mesmo município e praticarem a mesma atividade, essas comunidades de pescadores possuem algumas “distâncias”. Identificamos diferenças na prática da atividade e também em termos utilizados para denominar objetos e animais; assim como em alguns costumes praticados entre eles. Sobre a atividade, temos como exemplo o uso da jangada no tocante a sua locomoção no mar, que varia entre usar somente a “vara”²⁶, somente o “pano” (vela) ou usar os dois. Nesse caso, essa variação pode interferir, por exemplo, na percepção sobre a influência do vento durante a pescaria. Em relação à percepção e as experiências com a natureza, Britto comenta:

Visto que a noção do que é *natural* se refere, num certo sentido, àquilo que é socialmente aceito como tal, a *natureza* não é uma condição absoluta (BOURDIEU, 1974, p. 212). Assim, todo conhecimento sobre a natureza será sempre diferentemente construído, segundo os paradigmas da cultura na qual se insere e, por conseguinte, sua eficácia será inevitavelmente referida a uma experiência social particular e localizada. (BRITTO, 1999: 79).

Identificamos, a partir das entrevistas com os pescadores de Lucena, que em Costinha a maré é o elemento de maior peso. Vale ressaltar que as mudanças na maré acompanham os ciclos da lua e os pescadores sabem disso. Mas o que ocorre é que alguns pescadores e pescadoras preferem e são acostumados a confiarem prioritariamente na observação da maré, sem fazer essa relação com a lua no momento de avaliar se está boa

²⁶ Estaca de madeira utilizada para impulsionar a embarcação, chegando até o fundo do mar.

ou não. Os pescadores citaram quatro tipos de maré: *maré grande* ou *maré alta*; *maré morta* ou *cabeça de água morta*; *maré de lançamento*; *maré de quebramento*.

Aqui a gente só sabe pelo seguinte, pela maré... a maré do jeito que tá, ela tá alta, tá grande, maré grande. Ela suja muito a água, aí a maré pra camarão é a maré suja... para camarão pequeno né. Tem maré morta e maré grande. A maré morta chega, vamos supor... agora, hoje, ela vai dar dois ponto seis, ela deu ontem foi dois ponto sete, então a tendência é dois ponto cinco, dois ponto quatro, dois ponto três, dois ponto dois... é assim... dois ponto zero... é que aí depois ela vai aumentar de novo. Essa é a maré morta porque a partir de hoje ela tá morrendo. (PESCADOR ARTESANAL, 57 ANOS, COSTINHA/LUCENA, 2012).

Segundo o referido pescador, a *maré grande* (maré de sizígia) é boa para o camarão pequeno, porque a maré estando “suja” significa dizer que o camarão sai do fundo do mar para se alimentar na superfície. A “sujeira” diz respeito ao material orgânico proveniente de algas arribadas ou outros componentes do mar e do estuário. Segundo vários outros pescadores, essa “sujeira” também é determinada pelo vento. Essa definição das marés e a relação delas com o vento e com a alimentação do camarão é um conhecimento compartilhado entre todos os pescadores que citam a maré como fator determinante na pescaria.

Em Gameleira a maré e a lua tem o mesmo peso de influência. É importante colocar que esses dois elementos são também os de maior importância para a pesca no mangue, visto que nesse caso, o vento não interfere de maneira significativa. Outro pescador explica a relação da lua com as marés e descreve o processo que leva a maré a ficar alta:

...quarto minguante, cabeça de água morta, primeiro lançamento, aí segue... primeiro e segundo lançamento, terceiro lançamento, quarto lançamento...aí, vai chegar *dia de lua*. Aí a praia tá grande, quando diz “*tá cum dois ponto tanto*” e tal... E *cabeça de água morta*, primeiro lançamento, isso significa essa maré quando ela tá morta... chama-se morta...é quarto minguante. (PESCADOR ARTESANAL, 80 ANOS, COSTINHA/LUCENA, 2012).

Acima o pescador esclarece que a maré morta ocorre no quarto minguante da lua. A *maré de lançamento*, nesse caso, corresponde ao intervalo entre a *maré morta* e a *maré alta*, que ocorre em dia de lua nova. E a *maré de quebramento* corresponde ao intervalo entre a *maré alta* e a *maré morta*. A maré alta também ocorre na lua cheia, seguindo o mesmo processo, sendo que partindo da fase *crescente*.

Já em Ponta de Lucena e em Lucena, o vento é o elemento de maior importância para os pescadores. Provavelmente, isso se deve entre outros fatores, ao fato de que a geomorfologia da costa nessas áreas permite que os ventos, vindos da direção sudeste, tenham um poder maior no movimento da maré. Para os pescadores dessas duas comunidades, o melhor vento para pescar camarão é o *vento sul* porque é ele que suja a água; e, além disso, é um vento calmo, brando. O *vento norte* para eles não é bom de forma

alguma para a pescaria, pois além de trazer muito lixo para a costa (algas arribadas), é muito forte, bravo. O *vento terrar* (ou oeste) também não é considerado bom para a pescaria do camarão, mas pode ajudar o pescador que utiliza embarcação a vela, pois é favorável em direção ao mar. Também pode ser para aqueles que pescam somente peixe, pois não suja a água e, segundo eles, peixe gosta de água limpa.

O pescador sabe mais, ele não conhece somente os elementos que podem lhe favorecer na pescaria; mas também conhece a natureza do seu entorno. Conhece as espécies e os seus ciclos; sabe a influência que o mar exerce na água do rio por meio do estuário; sabe que o mangue é formado por uma junção da água salgada com a água doce e sabe inclusive, identificar essa proporção: “a maré, é ela que leva água pro rio. Por incrível que pareça, mas é. Pronto, se eu sair daqui até a Guia nessa maré grande agora, chega na Guia a água tá salgada” nos conta um pescador de Costinha que tem o mangue como quintal de sua casa. Já um segundo pescador também de Costinha, nos fala sobre o mangue e o seu poder de renovação. Mostra-se inconformado ao dizer que o pescador é proibido pelo IBAMA de retirar madeira do mangue para a pesca ou outros fins de sobrevivência, quando diz saber que se retirada de forma equilibrada, a madeira no mangue será renovada. “Você conhece a *caneta do mangue*? É uma árvore do mangue que o fruto dela é uma caneta, que quando cai na lama ali mesmo ela fica e nasce outra árvore. Qual mal que se pode fazer tirando só um pedaço de madeira?”. Fomos ao mangue observar essa espécie de árvore (*Rhizophora mangle*) e constatamos que de fato, existe reprodução natural por meio dessa parte que se assemelha a uma caneta (figura 27). No entorno da árvore, no chão, haviam várias mudas da espécie se desenvolvendo a partir desse processo.

Figura 27 – *Caneta do mangue*

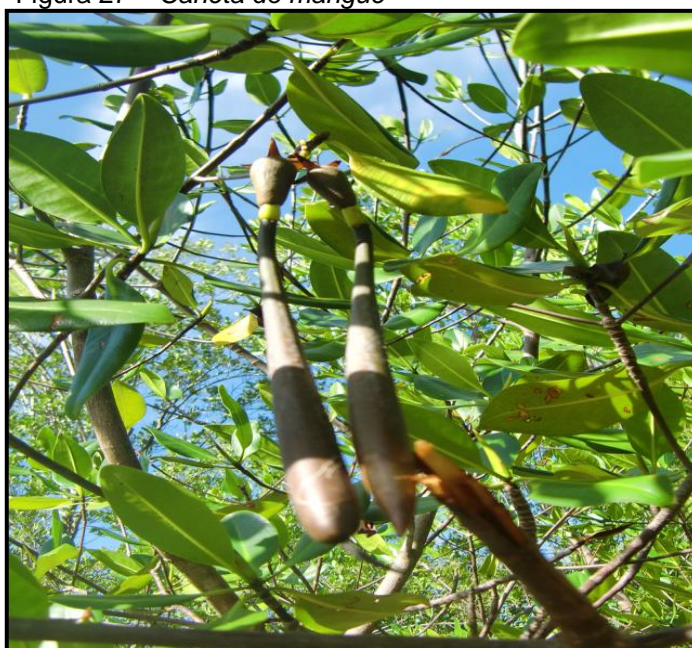


Figura 28 – Mudanças desenvolvidas a partir da *caneta do mangue*.



Fotografias: Suana Medeiros. Costinha, 2012.

Mas este é somente um exemplo dentre muitos outros, onde é possível perceber que o pescador se sente seguro e orgulhoso dos seus conhecimentos sobre o meio. Isso o faz sentir ter domínio e autonomia sobre o seu trabalho, sobre o seu território de trabalho. E ao mesmo tempo, o faz saber que tem uma relação privilegiada com a natureza, que outras atividades econômicas não lhes permitiriam. E essa relação de proximidade e intimidade com o meio natural, é bem peculiar, não se assemelhando às relações das pessoas que tem afeto pela natureza por encantamento ou bem estar. Um exemplo disso é o fato da maioria dos pescadores não gostarem de ir ao mar para lazer. Do total, 60% deles foram categóricos ao dizer que não gostam de banhar-se no mar, “na água salgada”; e que na praia só vão para pescar e consertar rede. Entre os demais – 40% - alguns dizem gostar de tomar banho, outros dizem que preferem caminhar na praia. Segundo Tuan,

O apego à terra do pequeno agricultor é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. (...) Para o trabalhador rural a natureza forma parte deles – e a beleza, como substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um

repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada. (...) O trabalhador rural trabalha junto à terra; sua relação com a natureza é um misto de amor e ódio. (TUAN, 1980:111).

O referido autor, ao discutir sobre topofilia²⁷ e as diferentes formas de percepção/ relação com a natureza, cita o agricultor como exemplo do indivíduo que tem a natureza como meio de sobrevivência. Dessa forma, podemos equiparar o pescador artesanal com o agricultor citado pelo autor. A relação de proximidade com a natureza é semelhante, por conhecerem o meio natural e retirarem sua sobrevivência a partir dessa relação. A diferença entre as duas atividades é que a agricultura é uma atividade de cultivo e a pesca de extrativismo. Acreditamos que nos dois casos, a relação que há entre o trabalho e a natureza aprofunda a relação do indivíduo com a última, porque se configura como uma relação de troca constante, onde o pescador sabe que sua ação direta terá uma reação também direta, á curto ou longo prazo.

II.IV – Os mestres, os saberes e a produção de uma cultura

Sobre cultura

Ao entender que a pesca artesanal é uma forma de relação com a natureza mediada pelo trabalho e que ela, é produzida por um determinado modo de suprir as necessidades materiais e simbólicas de um grupo específico, em um tempo também definido, podemos entendê-la como um processo de produção cultural. Cientes das diferentes conceituações do termo *cultura* e das diversas abordagens que o emprego deste termo tem como categoria analítica na geografia, assim como em outras ciências, entendemos que é necessário aprofundar a discussão acerca dos significados desse conceito.

Sobre a palavra em si, a raiz de *cultura* aponta um longo caminho conceitual e reflexivo. Segundo Eagleton (2001), etimologicamente falando, *cultura* é um conceito derivado da natureza e um dos seus significados originais é *produção*.

En inglés, coulter, una palabra de la misma familia que 'cultura', designa la reja del arado. Así pues, la palabra que usamos para referimos a las actividades humanas más refinadas la hemos extraído del trabajo y de la agricultura, de las cosechas y del cultivo. (EAGLETON, 2001:11).

A partir do referido autor, entendemos que o termo *cultura* está intimamente ligado à ideia do trabalho, do cultivo agrícola, da relação com a natureza com propósito de garantir sua própria reprodução como grupo. Nesse sentido, a cultura se produz nesse intercâmbio entre sociedade-natureza mediada pelo trabalho. Intercâmbio datado e georeferenciado,

²⁷ Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. (TUAN, 1980:5).

portanto, diverso em função não apenas das demandas de um dado momento histórico, senão também das possibilidades de meio físico específico, daí as singularidades culturais, espaciais e temporais. Todavia, essa relação do homem com a natureza colocada por Eagleton, não esgota a definição de cultura. Como o próprio autor argumenta, a palavra cultura é derivada do trabalho. E para Marx (1983),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983 IN_ ANTUNES ORG, 2004:36).

A afirmativa de Eagleton sobre cultura, relacionando-a diretamente com o trabalho (relação homem-natureza), nos faz entender a afirmativa de Cosgrove (1998:102), quando diz que “qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura”. A cultura é, portanto, um produto social e histórico. Para Lukács, segundo Organista, a relação do homem com a natureza através do trabalho é premissa para as relações sociais:

o trabalho ocupa lugar central para se entender a complexidade das relações sociais. Segundo o autor o trabalho possui o caráter de mediador homem (sociedade) e natureza. Por isso, é o trabalho que permite o salto do ser meramente biológico para o ser social. (ORGANISTA, 2006:127).

Sendo a cultura resultado da relação homem-natureza, ou seja, produto do trabalho; e o trabalho, segundo Lukács, sendo responsável por transformar o ser biológico em ser social, concluímos que cultura é, antes de tudo, um produto que tem como essência as relações sociais. Essas relações sociais se dão entre os indivíduos ou destes com a natureza.

Devemos considerar que o que entendemos hoje por cultura é uma construção, resultado de uma discussão secular em torno da sua origem e dos seus conceitos e; que acompanha processos históricos nos âmbitos acadêmico e social. É um tema amplamente discutido pelas ciências sociais e principalmente pela antropologia. Segundo Laraia (2009), a primeira definição de cultura do ponto de vista antropológico e que é utilizada atualmente, pertence a Edward Tylor em seu livro *Primitive Culture* (1871):

tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LARAIA, 2009:30).

Para Eagleton (2001) a cultura se pode entender como o conjunto de valores, costumes, crenças e práticas de um determinado grupo. O autor argumenta que quando

Tylor (1871) usa o termo “qualquer outra capacidade”, peca na demasiada amplitude do mesmo, pois segundo ele:

Lo cultural y lo social acaban por ser lo mismo. Y la cultura acaba siendo todo lo que no es transmisible genéticamente, o sea, se identifica, tal como lo plantea un sociólogo, con la creencia de que los seres humanos “son lo que se les enseña”. (EAGLETON, 2001:59).

Dessa forma, de acordo com a observação do referido autor, a cultura não teria uma identidade, uma unidade referente a um dado grupo cultural, e sim uma totalidade de hábitos que poderia ser adquirida por qualquer indivíduo, mesmo esse não tendo laços históricos com esse grupo. Nesse sentido, Eagleton aponta para uma concepção mais concreta de cultura de acordo com as palavras de Jonh Frow²⁸, que define cultura como “toda la serie de prácticas y representaciones a través de las cuales se construye y se sostiene la realidad (o las realidades) de um grupo social” (EAGLETON, 2001:59). Assim, a cultura é delimitada a um grupo específico, dando a ideia de que esse conjunto de práticas e representações é inerente a um significado ou uma essência que norteia o grupo.

O caminho percorrido em busca da significação e conceituação de *cultura* não se resume a questões de cunho científico, mas diz respeito também a questões políticas e ideológicas. Segundo Eagleton (2001), durante muito tempo *cultura* significou uma atividade, passando posteriormente a designar uma entidade. A raiz latina da palavra – *colere*, pode significar *cultivar* e *habitar*, e por meio desse último, que em latim vem da palavra *colonus*, o significado evoluiu para *colonialismo*. Além disso, de *colere* também deriva *cultus*, que significa culto. Assim, na era moderna, a cultura ganha um sentido religioso, dando a ideia que tudo que é cultural é sagrado e, portanto, deve ser preservado.

Uma das discussões mais amplas nesse contexto é o embate entre o artificial e o natural, apontando a cultura como oposição à natureza, visto que a primeira é entendida como um “controle organizado do desenvolvimento natural” (Eagleton, 2001). Para o referido autor, o importante não é desconstruir essa oposição e sim entender que o termo *cultura* já inclui em si mesmo essa desconstrução:

Como “cultura”, “naturaleza” también significa las dos cosas, lo que nos rodea y lo que yace dentro de nosotros; los ciegos impulsos interiores se pueden equiparar fácilmente a las fuerzas anárquicas del exterior. La cultura, pues, es un asunto de autosuperación, pero también de autorrealización (EAGLETON, 2001).

A questão política é colocada na discussão quando se considera que necessitando ser cultivada para assim adquirir cultura, a natureza humana não somente pode ser cultivada individualmente e sobre si mesmo, mas também, que esse cultivo pode ser

²⁸ Frow, J.: Cultural Studies and Cultural Value, Oxford, 1995, pág. 3. (Extraído de nota de rodapé em Eagleton, 2001)

exercido sobre a natureza humana através do Estado político. Esse cultivo pode ser entendido como a preparação da cidadania, que objetiva impor os interesses do Estado por meio da civilização.

Acerca do termo *civilização*, segundo Raymond Williams (1976 *apud* Eagleton, 2001), cultura adquiriu no mundo do trabalho rural, um significado próximo a “civilidade”, e depois, no século XVIII, tomava o significado de “civilização”, entendida como um progresso espiritual, intelectual e material. Então, como sinônimo de *civilização*, por meio da ideia francesa, o termo *cultura* cultuava o desenvolvimento secular e progressista. Já na Alemanha, em oposição, *cultura* adquiriu um significado ligado à religião, à arte e ao intelecto. Ao final do século XIX, *cultura* passa a ser antônimo de *civilização*, designando apenas *uma forma de vida*, ou seja, formas de vida primitivas. Dessa forma, a palavra *civilização* passa a designar a vida urbana e seu conjunto, como continua sendo utilizada contemporaneamente (EAGLETON, 2001). Eliot (1988:33) por sua vez, se preocupou com a aplicabilidade da palavra *cultura* em diversos âmbitos, suas variações e sentidos ambíguos ou vazios. O autor esclarece que o termo cultura geralmente foi aplicado a três sentidos: à manipulação de organismos inferiores – à obra do bacteriologista ou do agriculturista; à melhoria da mente e do espírito humanos; como algo a ser realizado por esforço deliberado. Para ele “se estamos considerando sociedades altamente desenvolvidas, e especialmente nossa própria sociedade contemporânea, temos de levar em conta o relacionamento entre os três sentidos” (ELIOT, 1988:33).

O referido autor defende que os autores que discutiram o termo cultura, deveriam aplicá-lo de outras formas além das três citadas. Segundo ele a cultura pode ser pensada como “urbanidade e civilidade”; como “erudição”; como “filosofia” e intelectualidade; ou como “artes”. Mas nunca é pensada como todas essas coisas juntas. Segundo este autor a perfeição em qualquer uma dessas formas de se pensar cultura, não garante cultura a ninguém.

(...) podemos até inferir que o indivíduo totalmente culto é uma ilusão; e iremos buscar cultura, não em algum indivíduo ou em algum grupo de indivíduos, mas num espaço cada vez mais amplo; e somos levados, afinal, a achá-la no padrão de toda sociedade. Isso me parece uma reflexão bastante óbvia, porém é negligenciada com muita frequência. Sempre somos propensos a considerar-nos pessoas de cultura, com base numa competência, quando somos não só faltos de outras, mas cegos às que nos faltam. (ELIOT, 1988:35).

Eliot chama atenção para a importância de considerar a cultura como um processo e um conjunto de características inerentes a um grupo e não a um indivíduo somente:

A pessoa que contribui para a cultura, por mais importante que possa ser sua contribuição, nem sempre é uma “pessoa culta”. Não decorre daí que não tenha sentido falar da cultura de um indivíduo, ou de um grupo ou

classe. Queremos dizer apenas que a cultura do indivíduo não pode ser isolada da do grupo, e que a cultura do grupo não pode ser abstraída da sociedade inteira; e que nosso conceito de “perfeição” deve considerar ao mesmo tempo os três sentidos de “cultura”. (ELIOT, 1988:35).

Consideramos a colocação do referido autor pertinente, no tocante ao que defendemos aqui como *cultura*. Acreditamos que cultura é o conjunto de diversos fatores e características que integra e une indivíduos, resultando em uma mesma linguagem, mesmos valores, percepções e costumes. Consideramos a possibilidade de uma cultura ser construída a partir de uma atividade de subsistência que integre indivíduos com práticas e costumes semelhantes. E sendo essa cultura diferenciada da cultura hegemônica, no tocante à dinâmica e às tendências de inovações na produção, defendemos, portanto, que essa cultura produzida se caracteriza como uma cultura tradicional. Porém, para tanto, apresentaremos a seguir os elementos que podem ser considerados contra-hegemônicos e tradicionais, para que possamos legitimar nossa hipótese.

Sobre os mestres, os saberes e a produção da cultura

O conhecimento e o domínio que o pescador tem sobre o mar e sobre os elementos naturais, sobre os equipamentos de trabalho e procedimentos da pescaria fazem dele um *mestre*. E isso não é uma definição nossa, é um título reconhecido entre os demais pescadores do grupo e da comunidade. Inclusive, se perguntarmos na comunidade sobre os *pescadores mestres*, estes logo serão indicados por qualquer morador da comunidade. São os pescadores mais antigos, com muitos anos de experiência ou jovens, que não tem muitos anos de pesca, mas que por algum motivo se fizeram ser reconhecidos mestres. A rede e a embarcação podem ser um sinal de status de mestre, mas nem sempre ocorre dessa forma. Às vezes, o dono dos equipamentos passa o controle da pescaria para outro pescador que ele considera ser mais experiente que ele, e, que é, portanto, o mestre naquela pescaria.

Eles se reconhecem mestres tanto por serem donos, quanto pelo conhecimento e experiência. Mas ao serem questionados se consideram-se mestres no ofício, alguns hesitaram humildemente respondendo que não, afirmando terem “somente muita experiência”, mas que não são “mestres de nada”. Porém, ao persistir com a pergunta, deixando claro que a expressão *mestre* correspondia à experiência deles, logo respondiam que sim. Assim, 78% se consideraram mestres e 22% não. Se relacionarmos esse percentual com o percentual que indica a quantidade de proprietários dos equipamentos e embarcações, constatamos que de forma geral é assim que funciona: os proprietários são os mestres. Esse resultado também pode estar relacionado com a habilitação que os proprietários de embarcações e redes possuem junto à Capitania dos Portos. Essa habilitação corresponde ao título de mestre de embarcação. Mas é importante ressaltar que há alguns pescadores não proprietários que se consideraram mestres pela experiência que

dizem possuir, principalmente os que já possuíram equipamentos ou que desejam possuir e nunca possuíram por não ter condições.

Outra característica, além do domínio da natureza e dos procedimentos da pescaria, que faz parte do perfil do pescador mestre é a produção do próprio equipamento. Atualmente, essa produção já não faz tanto sentido, porque as redes estão acessíveis no mercado e com um custo menor se compradas feitas. O que os pescadores fazem, nesse caso, é entralhar a rede e consertar. O serviço de entralhar é preparar a rede para a pescaria. Quando é comprada em loja especializada em material de pesca, compra-se a malha (pano) da rede²⁹, as cordas, as boias³⁰ e os chumbos. Essa mudança na produção das redes reflete a dinâmica constante a qual a sociedade em geral está submetida, que Marques comenta:

As interações humanas geram uma dinâmica cultural e ambiental que resulta em câmbios inovadores, alguns já devidamente concretizados, outros em curso acelerado (...). O progresso igualado à modernização, ou seja, à tendência para a homogeneidade com a cultura dominante (...). (MARQUES, 1995:186).

O processo de modernização da economia contemporânea já alcançou de certa forma a pesca artesanal, mas para as condições econômicas em que vivem os pescadores, não é simples modernizar todo o processo. É o caso das redes. Se pudessem, provavelmente não fariam também o trabalho de entralhar. Mas se não fizerem terão que pagar pelo serviço e isso encarece ainda mais a produção. O trabalho de entralhar é minucioso e precisa ser simétrico, pois segundo os pescadores, qualquer diferença de poucos centímetros pode colocar a rede toda a perder. O trabalho de consertar a rede também exige prática. É um tipo de costura ou crochê feito com uma agulha especial (figura 29) e com o próprio *nylon* da rede. As redes precisam ser consertadas quando rasgam durante a pescaria, seja quando “engalham” em pedras ou quando são rasgadas por peixes que possuem esporões.

Figura 29 – Agulha de tecer e consertar a malha das redes de nylon e o pano do *gereré*.



²⁹ Extensão da rede, feita de fio de nylon.

³⁰ Boias: peças geralmente redondas e pequenas, de isopor, que tem a função de indicar o lugar onde a rede está afundada.

Chumbos: peças pequenas de chumbo, que tem a função de levar a rede para o fundo do mar.

As embarcações não são produzidas ou consertadas na mesma proporção e facilidade que as redes. São produzidas por profissionais e o conserto varia. A jangada geralmente é consertada pelos próprios pescadores, mas a baiteira necessita de mais experiência na área. No total de todos os pescadores entrevistados, apenas 16% não produzem ou consertam seus equipamentos, o que corresponde a 10 pessoas. Dentre estas estão algumas que pescam ostra, marisco e sururu e que por utilizarem instrumentos como foice e colher, não necessitam produzir outros equipamentos. Também há os pescadores marítimos que não produzem nem consertam suas redes; e estes, estão dentre os que não se consideram mestres. Sobre o tema dos saberes dos pescadores, Britto argumenta:

Em relação ao saber que sustenta a prática dos pescadores, tende-se a crer que este é uma expressão imediata e espontânea dos fatos naturais e, partindo desse pressuposto, frequentemente se estabelece uma oposição antagônica entre natureza e cultura, onde esse saber é diretamente associado ao primeiro termo, classificando-o, por conseguinte, como “pensamento primitivo” e aos próprios pescadores como “incultos”. (...) Na verdade, porém, a proximidade entre a *ciência da pesca* e a sua prática, entre cultura e natureza, define uma oposição complementar e, portanto, uma totalidade específica, inigualável. Trata-se, desse modo, de um esquema distinto de produzir conhecimento, não de uma forma primitiva de pensamento. (BRITTO, 1999:73).

Segundo o referido autor, essa forma de pensar se deve ao fato de que o saber da pesca artesanal é efetivado na prática. Ou seja, ao mesmo tempo em que os pescadores produzem esse conhecimento, utilizam-no na execução da pesca de maneira simultânea; tornando o conhecimento e a prática, indissociáveis. Dessa forma, legitimam esse conhecimento produzido a partir do momento em que obtêm êxito na atividade.

Outro fator importante sobre as características da pesca artesanal no tocante a cultura são os costumes e as crenças que fazem parte desse universo. Para concluirmos que a atividade da pesca artesanal produz uma cultura, é necessário observar se essa atividade carrega características que fazem dela uma cultura. Consideramos nesse caso, que uma cultura se constitui, dentre outros elementos, de crenças e costumes em comum. Dessa forma, questionamos os pescadores se eles possuem costumes ou crenças em comum, relacionados à pesca. Todos os entrevistados revelaram dois costumes/crenças comuns e unânimes entre eles: todos os dias, antes de entrarem no mar para pescar, pedem proteção a Deus “se benzendo”; não pescam em dias considerados santos, como a sexta-feira da semana santa (Páscoa Cristã). Segundo Sassi (et al 2007),

O conhecimento etnoecológico representa um corpo cumulativo de conhecimentos, práticas e crenças que evoluiu por processos adaptativos, sendo que esse complexo também inclui a tradição religiosa de uma sociedade (Berkes, 2001). As tradições locais são potencializadas e perpetuadas por crendices e festivais religiosos nos quais as divindades, o sobrenatural e o encantamento norteiam grande parte do seu cotidiano. Porque provêm valores éticos, essas tradições podem ser úteis para a

conservação da biodiversidade (Diegues, 2000; Prescott et al., 2000; Berkes, 2001). (SASSI ET AL 2007:87).

Esses dois costumes/crenças citados pelos pescadores e pescadoras de Lucena são um misto de medo, respeito, fé e tradição. O respeito ao mar e ao mangue é algo muito marcante neles, envolvido por um imaginário que carrega elementos simbólicos da pesca. Histórias e crenças fazem parte desse imaginário:

Teve um atravessador que chutou um peixe dentro da colônia, dizendo que não queria, que não servia pra nada, porque o peixe não era dos melhores. Sabe o que aconteceu? Ele perdeu o pé, deu uma doença no pé dele depois disso e ele morreu sem o pé. Isso não se faz com peixe não! Não se chuta peixe! (PESCADOR ARTESANAL, 51 ANOS, LUCENA, 2012).

Teve uns pescadores que foram pescar em dia santo, há muito tempo, e quando puxaram a rede veio uma cabeça de pessoa. E depois a cabeça sumiu. Deus me livre, num pesco em dia santo não! (PESCADORA ARTESANAL, 55 ANOS, FAGUNDES/LUCENA, 2012).

Os pescadores e pescadoras não só repassam tais histórias como acreditam em sua veracidade. Esse misto de respeito, fé e tradição, assim como as técnicas praticadas na pesca foram repassados para esses pescadores por seus pais e continuam sendo repassados por eles para parte dos seus filhos. Para Britto,

A reprodução desse saber, conforme se pode ler ainda em Bourdieu (1974, p. 241), contém a própria marca das condições em que esta se efetiva. Em outras palavras, a transmissão desse conhecimento carrega sempre um significado implícito, sob a forma de crenças e valores, envolvendo, portanto, uma tradição. (BRITTO, 1999:75).

Assim como foi transmitida aos pescadores por seus pais, a cultura da pesca, além de estar constantemente sendo produzida e reproduzida, continua sendo repassada de uma geração à outra. Podemos, considerando o que já foi exposto e discutido, confirmar nossa hipótese de que a pesca artesanal é uma atividade que produz uma cultura tradicional. Contudo, constatamos que atualmente, é repassada em uma proporção menor. Dos pescadores entrevistados, 97% têm filhos, mas apenas 27% deles têm filhos pescadores. E desse total, também 27% tem filhos trabalhando na empresa de coco Maguary. É importante colocar que essa diminuição no repasse da cultura, ou seja, a perda dessa transmissão é uma opção da família, acordada entre pais e filhos. O argumento é que os filhos, tendo acesso a uma formação educacional – oportunidade que os pais não tiveram – devem buscar outros meios de vida que não seja a pesca. O que nos inquieta é que, segundo Britto:

(...) todo ato de transmissão cultural importa em valorizar a cultura transmitida e, por outro lado, em desvalorizar, implícita ou explicitamente, as outras culturas. Encerra, assim, uma perspectiva etnocêntrica que se manifesta na crença dos membros de cada cultura de que seu modo de fazer as coisas é “natural” e, acima de tudo, o melhor (FOSTER, 1964, P.

69). Assim, a transmissão de um saber implica, necessariamente, uma reprodução da própria cultura e encerra sempre uma questão de eficácia nos termos do sistema de valores que nela vigora. (BRITTO, 1999:75).

Considerando o que foi dito pelo autor supracitado – sobre a valorização da cultura, explícita na transmissão da mesma – nos inquieta saber da possibilidade de desvalorização e perda dessa cultura. Havendo tal perda, não somente o número de pescadores artesanais profissionais tende a diminuir em Lucena, como também podemos presenciar a um longo prazo, o desaparecimento de uma cultura tradicional.

II.V – As diferenças entre a cultura da pesca artesanal e a cultura hegemônica

Concluindo que a pesca artesanal é uma cultura tradicional, discorreremos sobre sua condição frente à cultura hegemônica. É importante colocar sobre a possibilidade de seu desaparecimento em Lucena – em longo prazo – devido à fragilidade na continuação de transmissão da tradicionalidade da atividade. E essa situação de enfraquecimento da cultura da pesca, nos leva a questionar as diferenças existentes entre as duas culturas no âmbito da produção. Segundo Smith,

O capitalismo difere de outras economias de troca no seguinte: produz, de um lado uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho, e, de outro lado, uma classe que domina somente sua própria força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver. (...) A classe trabalhadora no capitalismo é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. Somente com a generalização desta relação, salário-trabalho, é que o valor de troca se torna uma expressão consistente, cuja base é o valor de uma mercadoria, expressa na troca como um valor de troca, é a medida do tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção daquela mercadoria. (SMITH, 1988:86).

A força de trabalho no capitalismo representa a produção de uma cultura econômica fundamentada na mercadoria. Nessa produção, sendo dono somente de sua força de trabalho, o trabalhador aliena seu tempo e os seus conhecimentos, portanto, seu trabalho. Na atividade da pesca artesanal, a força de trabalho representa a produção de conhecimento e de uma cultura. Nela, o trabalhador é – na maioria dos casos – dono dos meios de produção e tem acesso direto ao produto do seu trabalho. Ele, portanto, não está estranhado.

Constatamos que são poucos os pescadores que não possuem seus próprios equipamentos de pesca, ou seja, seus meios de produção. Mesmo existindo ainda essa margem, os que não possuem os equipamentos necessários para a execução da pesca artesanal, ou seja, não possuem redes e/ou embarcações, não deixam de dominar todas as etapas do trabalho, dotando a atividade de uma qualidade única: sentir-se sujeito ativo das decisões do seu trabalho. Muito ao contrario, o conhecimento que é produzido e o tempo

que é destinado a atividade nos permite falar de trabalhadores que não se encontram alienados do processo de produção no qual estão inseridos.

Sobre o tempo, a relação que os pescadores e as pescadoras artesanais estabelecem com ele se diferencia muito da relação estabelecida na produção capitalista e imposta aos trabalhadores. Os pescadores e as pescadoras passam grande parte do seu tempo fazendo atividades relacionadas à pesca, mesmo quando não estão pescando. Dos entrevistados, apenas 14% utilizam o tempo em que não estão no mar ou no mangue para lazer; 22% utilizam o tempo para o descanso; 29% para o conserto de redes; 24% gastam o tempo em casa e em serviços domésticos; 37% em outras atividades. Os pescadores e pescadoras artesanais são donos e responsáveis pelos meios de produção da pesca, dedicando assim, muito tempo ao conserto de redes. Contudo, são donos também do seu tempo, que utilizam para outras atividades geradoras de renda, assim como para lazer e descanso. E o tempo da pesca artesanal segue um relógio diferente do relógio capitalista; está sujeito à lua, ao vento, à maré. Esse é um dos motivos que levam o pescador geralmente a não comercializar seu próprio produto. Eles afirmam que o tempo de comercialização não condiz com o tempo da pesca, optando assim pelo atravessador. Por outro lado, o tempo para o trabalhador capitalista é sujeito a um relógio global, que segue uma lógica competitiva e uma dinâmica acelerada. Dentre os entrevistados, 54% deles pescam todos os dias, independente das condições favoráveis de tempo; 8% não vão todos os dias e 38% vai de acordo com as condições naturais.

Outra característica importante nessa diferenciação é o acesso direto do pescador artesanal ao produto do seu trabalho. Todos, sem exceção, se alimentam – com suas famílias – dos produtos que pescam, ainda que com algumas restrições. No dia a dia a maioria, 54%, se alimenta somente do produto de menor valor, que no caso do pescador marítimo é o peixe. Não deixando, contudo, de se alimentar do camarão em algumas ocasiões. No caso dos pescadores ou pescadoras de mangue, costumam consumir mais o sururu, deixando o caranguejo e a ostra para a venda. Mas 43% afirmam se alimentar de todos os produtos; apenas um deles só pesca para a alimentação da família. Outro pescador afirmou que “o melhor peixe é sempre para casa...já várias vezes quiseram comprar peixes que eu tinha separado pra mim e eu num vendo não”. Porém, não se tem sempre esse poder de escolha quando o assunto é o produto de valor mais alto e que consequentemente, é o produto responsável pelo acesso da família a outros produtos da cesta básica. Durante a nossa pesquisa de campo, nos encontramos com o pescador supracitado em sua casa no momento em que estava de saída para passar para o atravessador 5kg de camarão que tinha acabado de trazer da pescaria. Ele desabafa: “pescar e não poder comer é duro, viu?!” (PESCADOR ARTESANA, 45 ANOS, GAMELEIRA/LUCENA, 2012).

Em relação á comercialização do produto, temos os seguintes dados:

- 51% passam o produto direto para o atravessador;
- 22% comercializam das duas maneiras, com o atravessador e por conta própria;
- 13% têm o produto comercializado pelo bombeiro (dono da rede);
- 11% comercializam seu produto porque já tem compradores diretos certos e;
- 3% são atravessadores e, portanto, além de comercializar o próprio produto, também comercializam de outros pescadores.

A relação entre pescador e atravessador é muitas vezes conflituosa. Os pescadores e pescadoras reclamam que o atravessador baixa o valor da compra do pescado em períodos de pouca procura em uma proporção maior de que quando aumenta o valor em períodos de alta procura, a exemplo da época de verão. Porém, não comparamos essa relação pescador-atravessador às relações patrão-empregado, inerentes ao modelo de produção capitalista, que “são caracterizadas pela exploração do trabalho para extrair o valor excedente” (Smith, 1988:92). Entre pescador e atravessador, não há exploração do trabalho nesse sentido porque não há produção de excedente. Mas outro elemento é importante destacar nessa relação, que é o fato de algumas vezes, o atravessador exercer a função de financiador, comprando redes para os pescadores, que vão sendo descontadas pouco a pouco no repasse do pescado de várias pescarias. Isso caracteriza uma certa dependência do pescador/a frente ao atravessador e uma perda parcial de sua autonomia em relação aos meios de produção. Embora caiba ressaltar que essa perda parcial não transforma o trabalho da pesca artesanal em um trabalho alienado.

Considerando as características colocadas acima, identificamos que, apesar de não haver exploração do trabalho por meio de produção excedente, há outro tipo de exploração nessa relação entre atravessador e pescadores. Isso pode ser observado nos preços do pescado em épocas de pouca procura, como nos meses chuvosos. Essa exploração se dá na medida em que o atravessador, mesmo ciente da baixa produção nessas épocas e sabendo que o trabalho (tempo dedicado) e os custos (equipamentos e manutenção) da pescaria se mantem iguais, impõe preços menores ao pescado. Esse tipo de exploração se dá de forma consciente pelos atravessadores, uma vez que conhecem a realidade da produção e da renda dos pescadores artesanais de Lucena.

Ao refletir sobre essa relação, inferimos que mesmo se caracterizando como uma cultura tradicional, a pesca artesanal está inserida no bojo das relações capitalistas de produção, especificamente no momento da circulação, distribuição e venda do produto capturado. Essa sujeição à lógica, e, portanto, a uma das dimensões da cultura do mercado capitalista na hora da produção de valores de troca, ou seja, no momento da venda do produto, ao passo que subordina a cultura tradicional reforça e a sujeita à cultura hegemônica. Essa inserção condiciona os pescadores artesanais a relações de produção,

nesse caso na comercialização do produto, semelhantes às relações que regem a pesca industrial de mercado, na qual a garantia de lucro é o objetivo primeiro e o final.

No próximo capítulo apresentaremos a realidade atual da produção da pesca artesanal no município de Lucena. A partir disso discutiremos as possíveis soluções para os problemas, considerando a dinâmica e as redefinições do capitalismo contemporâneo, assim como a configuração política nacional e local no tocante à pesca artesanal.

CAPÍTULO III – A PRODUÇÃO E OS CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL EM LUCENA

III.1 – Quando o mar estava para peixe

Pese a possibilidade de autonomia e liberdade que a pesca artesanal confere aos trabalhadores envolvidos nela, donos do seu tempo, das duas decisões e saberes, donos dos meios de trabalho, a pesca artesanal do município de Lucena na atualidade se acha em decadência, conforme alegaram a maioria dos pescadores entrevistados durante nossos trabalhos de campo. Quando questionados sobre a produção pesqueira local, a afirmação da brusca diminuição foi unânime entre eles. Segundo afirmaram, já faz alguns anos que a produção local da pesca não é mais a mesma.

Antigamente pescavam muito mais. E esse antigamente corresponde para eles mais de uma década. E a produção a qual se referem é aquela com a qual não sofriam com a falta de renda para alimentação. Mesmo “naquela época” a renda não era alta, mas era melhor que agora. Quando perguntados sobre a renda mensal que a pesca gera, todos disseram que não sabiam responder, porque era tão incerta e pouca, que se sentiam incapazes de calcular.

Na pesquisa pôde-se constatar que tanto para os proprietários de equipamentos como para os pescadores não proprietários, o produto da pesca não supre totalmente as necessidades da família, ou se supre é apenas o básico. As respostas variaram segundo os entrevistados: 30% dos proprietários de equipamentos afirmaram que a pesca não supre as necessidades da família e 10% afirmaram que sim; 30% entre proprietários e não proprietários responderam que a produção varia por época, ou seja, em alguma época do ano a situação é melhor - contudo, não chega a suprir tudo, só a alimentação; 18% afirmaram que supre o básico; 13% dos que não são proprietários responderam que o produto da pesca não é suficiente para atender as necessidades básicas da família e nenhum dos pescadores não proprietários afirmou que consegue tirar da pesca o necessário para a família.

Quando questionados sobre as causas que poderiam estar relacionadas com a diminuição da produção, 21% dos entrevistados responderam que o motivo é a pesca de *fiação*³¹ por não haver o seguro do defeso; 12% relataram que é a pesca de *fiação* por causa da malha da rede; 14% disseram que é porque há mais pescadores em Lucena que antes (sobrepesca); 10% acreditam que é pela “mudança dos tempos” e do clima, referindo-se geralmente a uma vontade superior, fazendo alusão direta ou indireta a Deus; 9%

³¹ Fiação: termo utilizado pelos pescadores para definir os peixes novos e pequenos, com pouco tempo de vida e que não estão ainda no tamanho ideal para comercialização.

admitiram como resposta a dragagem do porto de Cabedelo; 9% consideraram a poluição e 31% não souberam dizer porque.

Dentre os motivos que foram apontados pelos pescadores, alguns merecem ser explicados e discutidos: a poluição, por exemplo, foi citada pelas pescadoras do mangue que acreditam ser devido às usinas de cana de açúcar por meio do ³²vinhoto. Segundo a Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural – EMATER,

Quando lançado nos cursos d'água, o vinhoto consome o oxigênio, causando a morte de peixes e de plantas. Como normalmente o vinhoto é jogado diretamente nos cursos d'água, isso se tornou um dos maiores fatores de poluição das bacias dos rios, como também uma fonte de desperdício, frente a um agricultor sustentável. (EMATER, 1999:2).

Sendo lançado no curso de água, o vinhoto contamina o estuário, podendo causar a morte de peixes, mariscos, entre outras espécies. Consequentemente, o vinhoto também contamina o mangue, que recebe a água por meio do estuário. A poluição no mangue pode contaminar alguns recursos como o caranguejo e a ostra. O lançamento do vinhoto foi proibido há mais de três décadas por meio da Portaria GM nº 323, de 29 de novembro de 1978 do Ministério do Estado do Interior:

O Ministro de Estado do Interior (...)
Considerando os danosos efeitos da vinhaça, também conhecida como vinhoto, restilo ou caldas de destilaria, sobre a qualidade das águas interiores;
Considerando que a vinhaça, como poluente, prejudica de maneira sensível o abastecimento de água para as cidades e para as atividades econômicas, altera de forma intensa o equilíbrio ecológico das águas interiores e causa sérios prejuízos aos recursos pesqueiros; (...).
Resolve baixar as seguintes normas:
I – A partir das safras 1979/1980, fica proibido o lançamento, direto ou indireto, do vinhoto em qualquer coleção hídrica, pelas destilarias de álcool instaladas ou que se venham instalar no País.
II – As empresas proprietárias de destilarias apresentarão, no prazo máximo de 3 meses a partir da data dessa Portaria, projetos para implantação de sistema adequado de tratamento e/ou utilização de vinhoto, visando ao controle da poluição hídrica;
III – As usinas açucareiras que lançam as chamadas águas residuárias nas coleções hídricas devem, de igual forma, obedecer aos prazos previstos no item anterior, para o efetivo controle da poluição provocada por esses efluentes; (...). (BRASIL, 1978).

Em Lucena, podemos citar como exemplo a empresa Japungu Agroindustrial S/A, que tem sede no município de Santa Rita. Em seu território destinado à plantação da cana-de-açúcar, se encontra parte do baixo curso do rio Paraíba. A empresa, que produz etanol e açúcar lançou em março de 2011 uma planta piloto de bioenergia a partir da vinhaça da

³² A vinhaça ou vinhoto consiste em um efluente líquido rico em matéria orgânica e potássio, com significativos teores de cálcio, magnésio e enxofre e outros minerais em pequena quantidade. Trata-se, de acordo com Plaza-Pinto (1999) de uma suspensão de sólidos orgânicos e minerais, com elevadas DQO (Demanda Química de Oxigênio) e DBO (Demanda Biológica de Oxigênio), de onde vem seu grande potencial poluidor. (<http://www.sober.org.br/palestra/5/453.pdf>).

cana-de-açúcar. O projeto foi uma parceria do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool Etanol na Paraíba, Cetrel S/A e a Japungu. O objetivo foi aperfeiçoar o processo já desenvolvido pela Cetrel, na produção de biogás e geração de energia elétrica a partir da vinhaça (CLICK PB, 2012). Como resultado das operações e dos testes, foram processadas vinhaças com diferentes características.

Esse projeto demonstra que já existe interesse da empresa no reaproveitamento do vinhoto. Inferimos que tal interesse por parte da referida empresa ou de qualquer outra empresa do ramo, se deve primeiramente à exigência da Portaria GM nº 323 contida no item II supracitado. Entre os pescadores e pescadoras que citaram o vinhoto como fonte de poluição, alguns acreditam que o lançamento nos cursos de água ainda ocorre, outros afirmam que não ocorre mais. O que podemos observar a respeito disso, é que a lei sobre essa prática é clara e qualquer prática contrária à referida portaria, pode se configurar como crime ambiental. Não temos conhecimento sobre tal infração por empresas próximas a área de estudo no momento atual.

Quanto à dragagem do porto de Cabedelo, esta resposta é uma hipótese que não podemos comprovar sua veracidade por falta de análise técnica. O projeto da dragagem faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, onde o estado da Paraíba foi contemplado com um investimento de R\$ 39,6 milhões. O objetivo é aumentar a profundidade da bacia de manobras do porto para onze metros para receber embarcações de até 40 pés de calado, com cargas de 70 mil toneladas. A capacidade original do porto é de 30 pés de calado e 35 mil toneladas (CAIS DO PORTO, 2010).

A dragagem foi iniciada no início do ano de 2011, mas foi paralisada em agosto do mesmo ano. O motivo da paralisação foi que a draga holandesa que estava retirando sedimento do leito do rio alcançou uma rocha que não tinha capacidade de ser perfurada por esse equipamento. Nesse caso, é necessário outro equipamento específico para o tipo de rocha. A retomada na obra depende somente da presidenta Dilma Rouseff, que precisa autorizar o envio do novo equipamento. Alguns deputados estão se mobilizando para fazer essa solicitação e conseguir a retomada da obra no intuito de alavancar a economia do estado e não perder o que já foi feito. Segundo o diretor-presidente da Companhia Docas da Paraíba, Wilbur Jácome, já foi feito 92% da obra, faltando apenas 8% (GIRO PB, 2012).

O Instituto de Meio Ambiente e Ação Social (Imas), uma organização não governamental que atua também na defesa da preservação do meio ambiente em Costinha, protocolou junto ao Ministério Público Federal, antes do início da obra, uma petição para que as obras de dragagem só se iniciassem depois de feito um estudo de impacto ambiental. O dirigente da ONG argumentou que na última vez em que a dragagem foi feita no Governo

Tarcísio Burity³³, houve um grande impacto sobre a região. Ele cita o caso do avanço do mar em Costinha que resultou na perda significativa de parte de sua área (CORREIO DA PARAÍBA, 2010).

Até o momento da realização desta pesquisa, não obtivemos confirmação sobre a elaboração do estudo de impacto ambiental ou informação se houve solicitação do estudo por parte do Ministério Público Federal junto à empresa responsável pela obra. A inexistência de um EIA-RIMA pressupõe falta de informação científica sobre os prováveis efeitos da dragagem do porto de Cabedelo na queda da produção pesqueira relatada pelos pescadores de Lucena. Entretanto, vale ressaltar que se fosse constatada tal influência na retração da pesca, seria a partir do ano de 2011 quando obras da dragagem foram iniciadas. Mas os relatos dos pescadores mostram que a pesca em Lucena vem caindo há pelo menos uma década.

Outro motivo citado pelos pescadores como responsável da queda na produção pesqueira de Lucena é o uso indevido das redes no que se refere ao tamanho das malhas. Segundo eles, apesar de haver tamanhos pré-estabelecidos pelo IBAMA, muitos pescadores usam um padrão menor do que o recomendado. Assim, além dos camarões brancos e adultos, camarões e peixes novos (*fiação*) são capturados, evitando o crescimento dos mesmos, e por consequência, diminuição na quantidade de peixes e camarões maiores em pescarias posteriores. Segundo Jaime Pereira, agente ambiental do IBAMA – Superintendência de João Pessoa – apesar de ter existido anteriormente, atualmente não existe ordenamento para o tamanho da malha das redes. Contudo, os pescadores acreditam haver ainda uma regulamentação a respeito desses tamanhos, quando afirmam estarem infringindo tal ordenamento. A crença na existência desse ordenamento no tamanho das malhas cria um conflito entre os pescadores, onde os que utilizam livremente a malha menor são apontados como infratores, e, além disso, ganham o estigma de individualistas na profissão.

A pesca da *fiação* por conta da ausência do defeso e consequentemente do seguro do defeso, é o motivo mais citado pelos pescadores para a queda na produção. Não havendo o defeso, pescam o ano inteiro para gerar renda, mesmo acreditando que assim as espécies não se reproduzem nem se desenvolvem naturalmente (por conta da pesca da *fiação*). Buscamos entender junto ao IBAMA o motivo de não haver o defeso na região de Lucena para nenhuma espécie fora a lagosta. Em todo o estado da Paraíba não há defeso para nenhuma espécie capturada pela pesca artesanal. Isso também ocorre em outros estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

³³ O primeiro mandato de Tarcísio Burity foi de 1979 a 1982, por meio de eleição indireta. O segundo, por meio de voto popular, foi de 1986 a 1991. A dragagem do Porto de Cabedelo foi realizada na década de 1980.

Segundo o referido agente, o critério utilizado pelo IBAMA para avaliar se uma determinada área é passiva ou não de defeso para as espécies capturadas no local, é a medida do raio em que a pesca de determinada espécie é executada. Com esse dado, Jaime afirma que é possível saber a quantidade média da produção da área e assim, a produção atingida pelos pescadores locais. Se essa produção não atinge os parâmetros do IBAMA em relação à geração de renda constante e suficiente, o órgão entende que a área é insustentável para a produção e consequentemente, para a concessão do seguro do defeso.

Durante a entrevista, contestamos esses parâmetros de produção, considerando que avaliar se a renda atingida pelos pescadores é suficiente para suas famílias, pode ser subjetivo. Os parâmetros de renda entendidos pelo órgão como suficientes para uma família pode não ser equivalente à realidade das famílias de pescadores, ou seja, aos seus modos de vida. Se para o IBAMA essas famílias não conseguem viver com a renda gerada pela pesca em meses normais de produção, os relatos dos pescadores de Lucena nos mostram o contrário. Apesar da queda na produção, os pescadores quando dizem que a pesca não supre a necessidade da família, apontam para a instabilidade, ou seja, para a queda considerável que há nos meses chuvosos. Afirmam que no verão a produção consegue suprir, mas que no inverno, onde a produção é menor e as condições do tempo inviáveis para a pesca, a situação financeira é precária. O seguro do defeso iria suprir, portanto, o déficit desse período. Contudo, o técnico levanta outro argumento explicando também que, concedendo o seguro do defeso a uma área específica como Lucena – que possui um raio pequeno de execução da pesca artesanal – o IBAMA causaria um problema maior, que seria a exploração da área por um número maior de pescadores, resultando em grande degradação ambiental.

Inferimos, portanto, pelas afirmações do agente ambiental, que são dois os motivos para não haver defeso em Lucena: 1- a área não atinge os parâmetros de produção do órgão; 2- não conceder o defeso é também uma medida de proteção ambiental para uma área considerada por eles naturalmente peculiar. Considerando essa medida de proteção, questionamos se a decisão de não conceder o defeso não agrava a degradação, visto que sem defeso, os pescadores pescam o ano inteiro. Deduzimos que sem parar em nenhum período do ano, a pesca da fiação é inevitável. Porém, o agente ambiental argumenta que a pesca da fiação se dá devido ao tamanho da malha da rede e não pelo período em que a pesca é praticada. Esclarece ainda que como os pescadores cadastrados no RGP tem direito a pescar em todo território nacional, ficaria difícil controlar o número de pescadores que buscariam o direito do defeso em Lucena, caso fosse concedido.

A última prospecção³⁴ realizada em Lucena foi entre os anos de 1992 e 1995, onde foi avaliado o diâmetro destinado à pesca do camarão. Podemos concluir que apesar do seguro do defeso ser uma reivindicação constante entre os pescadores é algo distante da realidade de Lucena. O referido agente encerra o tema do defeso sugerindo que a solução dos problemas na renda dos pescadores artesanais é a abertura para novas técnicas e formas de pesca: “os pescadores precisam esquecer essa história do defeso e procurar utilizar novas técnicas para pescar. Lucena ainda tem uma área grande para ser explorada, mas os pescadores não saem da costa” (JAIME PEREIRA – IBAMA, JOÃO PESSOA, 2012).

A fomentação de novas técnicas de pesca e utilização dos recursos pesqueiros já foi iniciada pelo Governo Federal por meio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. O instituto possui O Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima – CRPNM, criado em junho de 2009, que oferece cursos voltados à formação de profissionais da pesca. Na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC) o instituto oferece o curso de Pescador Artesanal; além dos cursos de Astronomia Aplicada a Navegação; Desenvolvimento de Produtos à base de mariscos denominados de "salgariscos" e Navegação com cartas Náuticas e GPS para pescadores. Tendo como público-alvo moradores de Cabedelo, Lucena e Forte Velho, cada curso tem vagas para pescadores, marisqueiras, marítimos e seus familiares e pessoas com necessidades específicas (IFPB, 2012).

Acreditamos que mudanças nas formas de pescar, assim como a utilização de novas técnicas são fenômenos difíceis de acontecer na atividade da pesca artesanal em Lucena, em relação aos pescadores atuais. Tal dedução se deve ao fato de que a pesca artesanal é praticada por uma maioria de faixa etária entre os 40 (quarenta) e 60 (sessenta) anos, com maior percentual dos 50 (cinquenta) aos 60 (sessenta). Isso implica em um apego significativo às técnicas tradicionais e uma menor disposição ao novo, que é geralmente relacionado com a formação educacional e profissional que lhes faltam. As práticas de fomentação de novas técnicas para o setor oferecem sem dúvida, a oportunidade de renovação da atividade e a viabilidade de melhoria na renda e qualidade de vida dos pescadores e pescadoras. Contudo, são resultados esperados a médio e longo prazo, visto que o conjunto de pescadores e pescadoras atuais (considerando os entrevistados em Lucena) não demonstra ter abertura para inovações em suas formas de trabalhar. Além disso, para uma possível renovação por meio de seus filhos é necessário empenho da instituição de ensino para despertar a motivação dos mesmos.

³⁴ Termo utilizado para a pesquisa sobre capacidade de produção de determinada área.

Como foi constatado em nossa pesquisa, a maioria dos filhos de pescadores e pescadoras está migrando para outras profissões e se afastando do setor da pesca. Dessa forma, para que a pesca artesanal seja renovada por essa geração, propiciando a eles estabilidade financeira e segurança alimentar, seria necessário resgatar essa geração, que já caminha para outras profissões ou trabalhos informais, acreditando que a pesca artesanal já não se configura como uma profissão rentável.

III.II – Hierarquia governamental e representativa

Julgamos importante descrever a hierarquia no âmbito administrativo e representativo da pesca para que posteriormente possamos discutir acerca dos conflitos político-administrativos de forma geral e especificamente no município de Lucena. No âmbito governamental a pesca artesanal é gerida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Os dois órgãos se distribuem em superintendências estaduais com sede em cada estado brasileiro. São competências do MPA:

- I - política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;
- II - fomento da produção pesqueira e aquícola;
- III - implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura;
- IV - organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- V - sanidade pesqueira e aquícola;
- VI - normatização das atividades de aquicultura e pesca;
- VII - fiscalização das atividades de aquicultura e pesca no âmbito de suas atribuições e competências;
- VIII - concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais, excluídas as Unidades de Conservação federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:
 - a) pesca comercial, compreendendo as categorias industrial e artesanal;
 - b) pesca de espécimes ornamentais;
 - c) pesca de subsistência;
 - d) pesca amadora ou desportiva.
- IX - autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente;
- X - operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- XI - pesquisa pesqueira e aquícola;
- XII - fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, permissões e autorizações concedidas para pesca e aquicultura, para fins de registro automático dos beneficiários no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;

XIII - planejamento e gestão social da aquicultura e pesca em diferentes escalas territoriais e dentro de recortes prioritários do Ministério, demais órgãos da Administração Federal e outros entes federados;

XIV - articulação de políticas públicas com diferentes entes federados, de modo a promover a sustentabilidade da atividade e a qualidade de vida dos pescadores e aquicultores. Cabe aos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente, em conjunto e sob a coordenação do primeiro, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros:

I - fixar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, com base nos melhores dados científicos existentes, na forma de regulamento;

II - subsidiar, assessorar e participar, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca e aquicultura. (MPA, 2012).

São competências do IBAMA:

No contexto do processo de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, cabe ao Ibama a execução das seguintes ações, no âmbito das suas competências institucionais, conforme estabelecido no Regimento Interno do Instituto (Portaria MMA nº 341-2011, de 31 de agosto de 2011):

- promover, gerar, coletar e consolidar os dados e informações sobre o uso dos recursos pesqueiros;
- elaborar diagnósticos sobre a situação de uso dos recursos pesqueiros;
- elaborar propostas de planos de gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros;
- propor normas, critérios, padrões e medidas para o uso sustentável dos recursos;
- fiscalizar as atividades pesqueiras;
- fazer o licenciamento ambiental de atividades de uso de recursos pesqueiros;
- realizar o registro, no Cadastro Técnico Federal (CTF), de empresas usuárias de recursos pesqueiros; e
- anuir sobre a exportação e importação de espécies da fauna aquática.

À exceção das atividades de fiscalização, de licenciamento e de registro no CTF, todas as demais são executadas pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFLO) do Ibama, por meio da Coordenação-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros (CGFAP), no âmbito das suas Coordenações de Recursos Pesqueiros (COREP) e de Geração de Conhecimento dos Recursos Faunísticos e Pesqueiros (COCFP), contando com o suporte das Superintendências estaduais e dos Centros de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros. (IBAMA, 2012).

As Federações têm por atribuição representar os trabalhadores no setor artesanal de pesca, em âmbito estadual, e a Confederação, em âmbito nacional. As colônias têm por atribuição representar os pescadores artesanais na base territorial na qual está localizada.

III.III – Colônias de pescadores: histórico, relações e conflitos

A colônia de pescadores é uma organização sindical e tem como objetivos a organização e a representação dos pescadores artesanais. As primeiras colônias surgiram

no início do século XX sob a tutela do Estado e, por consequência disso, os objetivos dessa criação não eram inerentes aos interesses dos trabalhadores e sim do Estado. Segundo Moraes, as primeiras colônias de pescadores do Brasil, fundadas a partir de 1919, eram geridas pela Marinha de Guerra, sendo subordinadas, portanto, ao Ministério da Marinha. Para o autor,

Dois grandes fatores contribuíram para essa investida do Estado: primeiro, o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; segundo, após a primeira guerra mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois ninguém melhor do que os pescadores, empiricamente conhecera os “segredos” do mar. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever, evidenciando o pensamento positivista. (MORAES, 2009:1).

Dessa forma, inferimos que a colônia nasceu como um instrumento do governo para subsidiar o comércio pesqueiro e a proteção ao território costeiro do país. Os conhecimentos dos pescadores acerca do meio natural em que exerciam a atividade foram apropriados pelo discurso do Estado. Esse discurso justificava a participação e o empenho dos pescadores na nova forma de defesa nacional. Em relação à organização, “as colônias eram definidas como *agrupamento de pescadores* ou *agregados associativos*. Para poder desenvolver a atividade pesqueira os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias” (MORAES, 2009:1). A Confederação dos Pescadores do Brasil foi criada em 1920 e a relação estabelecida nesse período entre o Estado e os pescadores, é explicada pelo autor da seguinte forma:

Até então, as relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. No processo de “conquista” da confiança dos pescadores, o Estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes, ofereceu serviços de saúde, além de ter criado algumas escolas para os filhos dos pescadores, denominadas de Escoteiros do Mar, com finalidade de militarização e treinamento para os jovens, além do cultivo ao civismo. (MORAES, 2009:1).

Várias transformações ocorreram no âmbito da pesca no Brasil, em relação à estruturação e à organização civil. Na era Vargas foi criada a Divisão de Caça e Pesca para gerenciar a pesca no país, sendo parte do Ministério da Agricultura. Esse ministério cria, por sua vez, em janeiro de 1934 um instrumento de dominação dos pescadores, que é o primeiro Código de Pesca. Com o surgimento dos primeiros sindicatos, as relações com Estado começam a mudar. Em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.890 a Marinha assume novamente a administração da pesca. Mais adiante, em 1960 a Divisão de Caça e Pesca foi extinta, sendo criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. O órgão tinha como objetivo promover o desenvolvimento e fiscalizar a pesca. Com a ditadura e a repressão aos movimentos sociais os sindicatos foram fechados. Segundo Moraes (2009:2) “o novo Código de pesca foi instituído, em pleno AI-5 do regime militar, através do

Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, estabelecendo as normas para o exercício da atividade da pesca”.

Segundo o autor supracitado em 1973 o Ministério da Agricultura por meio da portaria nº 471 de 26 de dezembro, instituiu um novo estatuto para as colônias, que se mantiveram sob o domínio da sociedade civil e subordinadas ao Estado, às Federações e à Confederação Nacional de Pescadores. Após o “Movimento Constituinte da Pesca” – incentivado pela Confederação Nacional de Pescadores para que a pesca artesanal tivesse atenção na nova Constituição – houve certo avanço em relação aos interesses dessa categoria na Constituição de 1988. Dessa forma, ocorreu que “as colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriram-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios” (MORAES, 2009:2).

Sendo equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, as colônias deveriam, portanto, seguir o que diz a Constituição Federal no tocante a quantidade de sindicatos por município, que se limita a 01 (um). Contudo, a situação que encontramos em Lucena em relação a isso foi a existência e o funcionamento de duas colônias. Procuramos conhecer o motivo da criação da segunda colônia, considerando que a primeira foi fundada na década de 1920 e a segunda no ano de 2000. Inferimos que, já havendo uma colônia, os pescadores não tinham carência de organização sindical em Lucena, quando da fundação da segunda. Nas primeiras informações sobre essa questão, tivemos conhecimento por meio de um pescador (muito atento às questões políticas locais), que em vários momentos a fundação e o funcionamento da segunda colônia, a Z-19, foi contestada por pescadores e representantes da categoria. Contudo, tanto esse pescador quanto outros entrevistados que também afirmaram a informação, acreditam que influências políticas foram responsáveis pela manutenção da mesma.

O pescador portava cópias de parte de um processo movido pela Z-19, datado dos anos 2004 e 2005 e tendo como réu “Coordenador geral do seguro desemprego e abono salarial do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM” (Ver Anexo nº 01). O processo era da classe *mandato de segurança individual*; porém, por falta de acesso aos documentos do processo na íntegra, não foi possível identificar e compreender o motivo da ação. Contudo, a conclusão dos autos feita pelo MM. Juiz Federal Substituto da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Dr. Cleberson José Rocha nos chamou atenção:

1_ Nessa análise preliminar não há relevância na fundamentação. A uma porque o art. 8º da CF/88 veda a existência de mais de uma entidade sindical – aí compreendida a colônia de pescadores – na mesma base territorial. A duas porque não consta nos autos que a decisão de fls 34/38, favorável á impetrante tenha transitado em julgado.

2_ Indefiro a liminar – promova o impetrante a citação da Colônia de pescadores Z-5 como litisconsorte passiva. (PROCESSO Nº 2004.34.00.028767-2, 2004).

Na conclusão, o Juiz Federal identifica a irregularidade presente no fato de haver duas entidades sindicais de pescadores no mesmo município, fazendo referencia ao inciso II artigo 8º da Constituição:

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município. (BRASIL, 1988).

Considerando que a base territorial na qual funcionam as duas colônias em questão compreende a área de um só município, a fundação da Z-19 não seguiu a normativa da Constituição no que tange aos limites territoriais de cada colônia. Em entrevista com o fundador e atual presidente da Z-19, questionamos a criação da segunda colônia, utilizando esse argumento de que só deve haver uma colônia em cada município. Vale ressaltar que o presidente também é atual secretário da Federação Estadual de Pesca. Ele, apesar de citar o artigo 8º da Constituição acredita que a situação da colônia seja legal diante da lei e que a criação da segunda foi inclusive, baseada no artigo citado:

É. Não... Geralmente, seria pra ter uma... Mas... É o princípio das entidade sindical, né? Que eles fizeram o artigo oitavo do, da Constituição Federal, mas não foi regulamentado! Mas a primeira pergunta né...aí eu...baseado nesse nós fizemos a outra.(PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-19, Z.S.N, 2012).

O presidente nos informou ainda que a fundação de uma segunda colônia no município foi movida por divergências e conflitos entre ele e outros representantes da colônia Z-5. Vale ressaltar que o presidente da colônia Z-19 antes da fundação da mesma, havia atuado na Z-5 como presidente, tendo assumido no ano de 1997.

Houve aqui uma briga... Eu fui presidente da outra. Aí... modéstia parte eu trabalho um pouco sério. Aí o nosso vice-presidente era um cara que era secretário da prefeitura, tinha um barco de pesca (...). Aí, eu quando peguei essa colônia, antes, anteriormente, ela recebeu quinhentos e trinta mil e... quase seiscentos mil reais, isso em noventa e seis, era muito dinheiro (...) que não era o presidente. Aí acabaram tudo, tudo, até freezer venderam, esculhambaram tudo, deixaram na miséria. Quando eu cheguei lá pra assumir tinha vinte e cinco centavos no cofre. (PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-19, Z.S.N, 2012).

Segundo o presidente, o crédito citado acima por ele veio do Banco do Nordeste e que, por conta desse e de créditos de outros programas, o nome da colônia Z-5 ficou sujo para conseguir outros financiamentos. Ele conta haver conseguido um empréstimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para os pescadores junto a Fundação de Ação Comunitária – FAC. Com a colônia impossibilitada de receber novos créditos por conta do não pagamento

de um anterior, tal empréstimo veio em seu nome, sendo ele o responsável pela distribuição da verba entre os pescadores, como descreve:

(...) Aí meu nome graças a Deus era bom lá com o menino, eu consegui na época vinte mil reais de empréstimo pros pescadores. Veja bem, veio no meu nome no caso, devido o meu nome que era bom com eles, com uma associação aqui a gente fez tudo direitinho com ele, com o dinheiro do cooperar, a gente prestou conta direitinho. Aí esse cara recomendou, o órgão lá (...) ele disse: olha isso é pra os cara que tão lá em baixo comprar uma redinha (...). Inclusive quem fez a espécie de licitação, a pesquisa de preço, foi eles mesmo que fizeram. (...) Aí eles mesmo ia lá, pegava o material e a instituição pagava direto a empresa, num passava pela minha mão (...). Agora só que ele (o vice-presidente) queria muita rede, ele queria em torno de dois mil metros de rede (...) aí eu disse não (...) aí começou a fazer a política contra mim. (PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-19, Z.S.N, 2012).

Como podemos observar na fala do presidente, segundo ele o conflito com um dos representantes da colônia Z-5 foi iniciado a partir das divergências de interesses. Ele conta que com base em acusações de que estaria agindo de forma errada sobre os empréstimos, foi expulso da colônia por meio de uma decisão tomada em assembleia. Com isso, decidiu fundar a outra colônia. Após a fundação, durante seis anos brigou na justiça pela regularização da colônia como conta:

Foi seis ano na justiça...é...o pessoal dizendo que num podia, porque num sei o que... (...) o principio da entidade sindical, né, que num podia ter dois sindicato na mesma base territorial. (...) Mas só que o inciso cinco do artigo oitavo não tinha sido regulamentado ainda, foi agora (...) em 2010. Agora não pode mais. (...) Aí eu meti pra frente, um amigo meu estudante de direito (...) disse vou fazer; outro amigo meu que era da FAC, e mora no Valentina... “o senhor assina Dr. Carlos?”. “Eu assino”. Os argumentos que ele usou na petição o juiz usou boa parte na sentença. (...) Nós ganhamos. (...). aí nós não tinha o código do seguro desemprego, né, esse bendito defeso ele tem um código, nós não tínhamos. Aí quem assinava era a Federação pra gente. Aí entrei na justiça, um mandato de segurança. Não, entrei varias vezes com um processo administrativo, o cara lá era AntonioLagari. (...) Aí entramos com um mandato de segurança, negaram três ou quatro vezes. Aí entramos com outro mandato de segurança pedindo liminar, aí chegou. (PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-19, Z.S.N, 2012).

Constatamos que o inciso cinco do artigo 8º da Constituição, citado por Zélio não discorre especificamente sobre as colônias de pescadores como sugere ele: “V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;” (BRASIL, 1988). Porém, o parágrafo único do artigo 8º esclarece que tais normativas se aplicam também as colônias de pescadores: “Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer” (Brasil, 1988). A regulamentação sobre as colônias de que fala Zélio da Silva, que segundo ele ocorreu no ano de 2010, consta na Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Essa lei dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. (BRASIL, 2008).

Salvo os equívocos, entendemos que a defesa da fundação e funcionamento da colônia Z-19 perante a justiça, foi fundamentada na lacuna que havia na constituição, antes da regulamentação do parágrafo que trata especificamente das colônias. É importante colocar também, que deduzimos que as cópias às quais tivemos acesso (citadas anteriormente), que são partes de um processo envolvendo a colônia Z-19 e o Ministério do Trabalho, dizem respeito às tentativas de regularização da colônia narradas acima.

No tocante a estrutura, a colônia Z-19 se encontra em melhor condição tanto no que diz respeito a sua sede (prédio, materiais e espaço) quanto a apoios materiais. O prédio da colônia funciona onde já funcionou a lavanderia do município; foi doado pela prefeitura na época, na condição de servir somente para a entidade, segundo o presidente. A sede já passou por algumas reformas e atualmente apresenta boa infraestrutura, inclusive espaços para ministração de cursos. Os cursos são oferecidos por diferentes instituições, órgãos ou empresas que fazem parcerias com a colônia. Atualmente, também recebe cestas básicas periodicamente, doadas pela CONAB e distribuídas pelo MPA, que são repassadas as famílias de pescadores de maneira rotativa (no momento da pesquisa a sede guardava os alimentos para serem separados e distribuídos – figura 31).

Importante registrar que no momento da pesquisa a colônia estava com um estoque de 11 (onze) computadores com as respectivas mesas, que foram doados pelo Ministério das Comunicações (figuras 32 e 33). Segundo informações do presidente, as máquinas servirão para cursos gratuitos oferecidos aos filhos de pescadores. Porém, os equipamentos ainda não haviam sido instalados porque os técnicos responsáveis por isso ainda não haviam comparecido. Além destes apoios, a colônia conta com um incentivo financeiro da prefeitura, que repassa durante 10 (dez) meses do ano o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), que segundo o presidente, serve para gratificar a pessoa que trabalha na colônia como secretário e para a manutenção de alguns materiais de escritório e limpeza. Essa ajuda da prefeitura é dada desde o primeiro mandato do prefeito Antonio Mendonça Monteiro Júnior (Bolão), que está no final do segundo.

Figura 30 – Fachada da Colônia Z-19 – Costinha

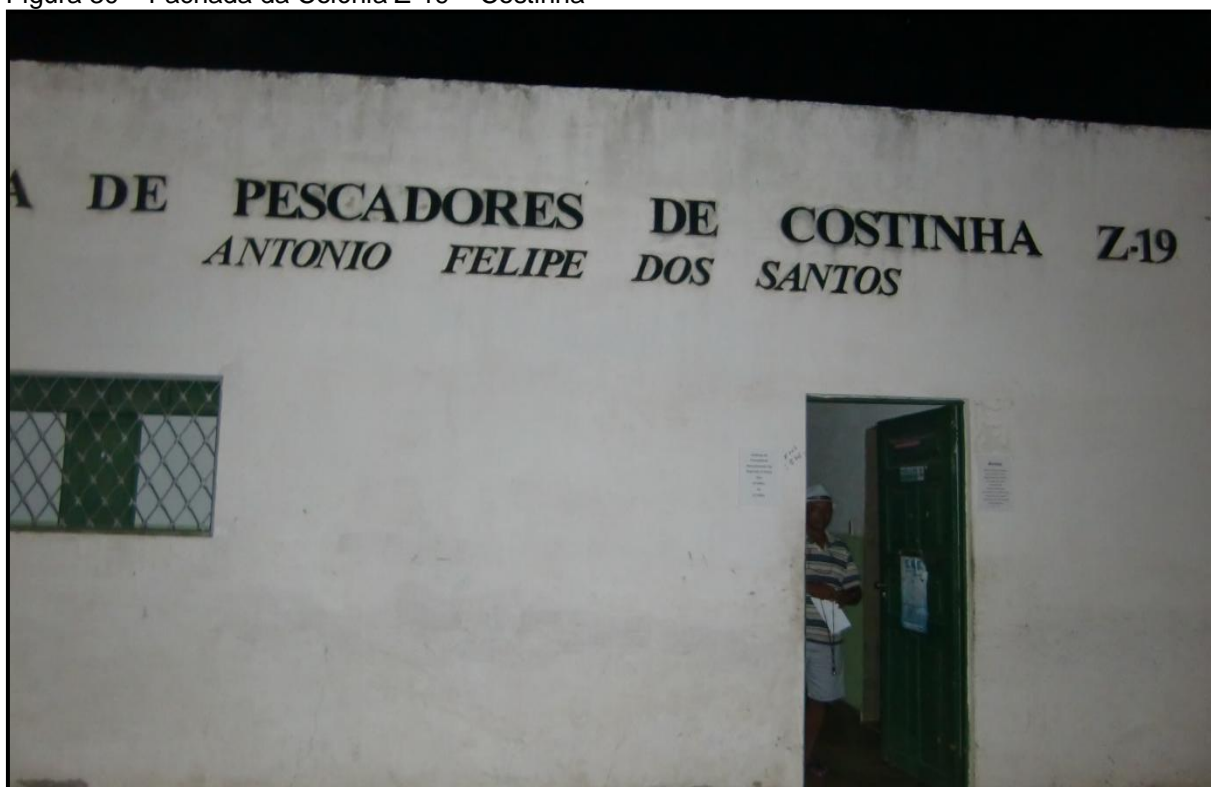


Figura 31 – Alimentos guardados na Colônia Z-19 no momento da nossa visita



Figura 32 – Sala de computadores e mesas doados pelo Ministério das Comunicações (Colônia Z-19)



Figura 33 – Computadores encaixados (Colônia Z-19)



Fotografias: Suana Medeiros, 2012.

A realidade entre a colônia Z-19 e a colônia Z-5 é gritante no que tange à estrutura física e aos incentivos materiais e financeiros. Em entrevista o presidente da Z-5, Severino Amancio Barbosa afirma que a colônia não conta com nenhuma ajuda da prefeitura, a não

ser um apoio na festa junina de São Pedro todos os anos. A sede da colônia funciona em um prédio de estrutura simples e que inclusive, apresenta alguns problemas estruturais por falta de manutenção. Também não foi encontrado no momento da pesquisa nenhum repasse de cestas básicas ou materiais. Em entrevista o prefeito de Lucena Antonio Mendonça, afirmou que a prefeitura repassa a mesma ajuda de R\$ 600,00 (seiscentos reais) às duas colônias. Portanto, ressaltamos que há um equívoco nas informações acerca disso e que não temos como comprovar qual informação procede no momento da pesquisa.

Figura 34 – Fachada da Colônia Z-5 – Lucena



Figura 35 – Interior da Colônia Z-5



Fotografias: Victor Cayo Alvarado, 2012.

A relação dos pescadores com as duas colônias varia. Muitos se acham satisfeitos com os serviços que as colônias prestam aos associados. Porém, também encontramos muitos pescadores insatisfeitos com a administração da colônia. Constatamos casos de denúncias explícitas acerca dos problemas que envolvem o seguro do defeso da lagosta. Durante a pesquisa, por meio das entrevistas e conversas informais, pudemos observar que o cargo de presidente da colônia de pescadores é atribuído de complexidade. São poucos e na maioria das vezes são raros, os pescadores que se disponibilizam a assumir a presidência da entidade. Um dos motivos mais fortes é por não se identificarem com as questões políticas e burocráticas, preferindo continuar exercendo sua atividade tranquilamente. Outro motivo é por não se sentirem capazes de administrar tal burocracia. O resultado disso é que em muitos casos, os presidentes das colônias são eleitos pelo simples fato de terem disponibilidade para o cargo, sem que se faça uma avaliação criteriosa se realmente representam a categoria. Alguns se utilizam do cargo para questões políticas pessoais, por terem intenções no âmbito da política local.

III.IV – Os conflitos políticos e governamentais

Como colocado no tópico anterior, as entidades são espaços de interesses políticos em várias escalas. Acreditamos que tal fato ocorre pela aglomeração de um número considerável de pessoas buscando interesses individuais e coletivos. Isso as torna vulneráveis no tocante a chamada troca de favores na política da “arrecadação” de votos. Sobre essa questão, no decorrer da pesquisa atentamos para uma denúncia envolvendo o deputado Anísio Maia, ex-secretário da Pesca na Paraíba. A denúncia foi protocolada no Ministério Público Federal em 09 de abril de 2012 pelo então presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) de Sousa, Gervásio Bernardo. Segundo o Jornal da Paraíba, o deputado foi acusado de desvio de recursos da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Paraíba (SEAP-PB) para contracheques de servidores públicos federais do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (Dnocs) como se tivessem prestando serviços extras na Delegacia da Pesca. Gervásio solicitou que as zonas de pescadores de Coremas, Cajazeiras, Marizópolis, Souza e principalmente a colônia Z-23 de São Gonçalo fossem investigadas (JORNAL DA PARAÍBA, 2012). No dia 23 de abril, o presidente do PT protocolou mais uma ação contra o deputado, acompanhada de documentação segundo ele, comprobatória:

“Está comprovado em documentos. Na região de Sousa, em especial São Gonçalo e Marizópolis, há cadastrados 1.005 pescadores recebendo o seguro defeso. Destes apenas 450 são pescadores profissionais e merecedores do benefício. Agora, o senhor Anísio Maia precisa dizer à Justiça para onde está indo o resto do dinheiro já que mais de 600 cadastrados não são pescadores”, disse Gervásio Bernardo. (PB AGORA, 2012).

No mês seguinte, em 18 de maio, mais uma acusação foi feita ao deputado, dessa vez no âmbito do partido. Membros da executiva estadual do PT solicitaram abertura de Comissão de Ética e Processo Disciplinar contra Anísio Maia.

As várias denúncias de irregularidades foram formalizadas pelo Presidente da Federação Paraibana de Aquicultores e Pescadores Artesanais (Fepapa) Belo Faustino e verificadas por uma Comissão de Sindicância criada pelo Conselho Estadual de Agricultura do Governo do Estado. O documento contém graves acusações comprovadas contra o deputado como: Forjamento de cadastro de participantes junto ao Banco do Brasil; Assinatura de documentos em branco; Uso de “Laranjas” no Projeto de Tilápias em Tanque Rede; Beneficiamento pessoal e de familiares com a comercialização dos pescados do projeto, entre outras. (PB AGORA, 2012).

Até o momento da finalização desta pesquisa não tivemos conhecimento sobre algum fato novo nos processos movidos contra o deputado. Contudo, apesar de não termos conclusões do caso, podemos observar como é possível a utilização das entidades representativas em prol dos interesses individuais ou partidários. A fiscalização é ausente,

tanto por parte dos trabalhadores, quanto por parte dos governantes e gestores, quando não são eles mesmos, os autores das irregularidades e corrupções.

As formas de gestão do poder público nos setores relacionados a pesca artesanal merecem atenção. Em Lucena encontramos uma realidade administrativa com várias lacunas. A prefeitura, dentre outras secretarias, possui a Secretaria de Turismo, Esporte e Recursos Naturais. É esta que deveria tratar dos assuntos relacionados à pesca artesanal no município. Em entrevista com o prefeito e um dos funcionários da secretaria, constatamos que a prefeitura não possui e nunca desenvolveu (ao menos nessa gestão) nenhum tipo de projeto direcionado à pesca artesanal no município ou aos pescadores e suas famílias. É sabido que constitucionalmente, a prefeitura não tem o dever de direcionar ações à pesca artesanal. Contudo, Lucena se desenvolveu e se desenvolve ainda com uma base significativa na pesca artesanal. Sendo assim, considerando a situação economicamente insustentável da maioria dos pescadores, entendemos que a prefeitura deveria direcionar esforços para esse setor. Ressaltamos o fato de a prefeitura repassar uma verba mensal para as colônias, que é gerida pelo presidente e não beneficia os pescadores de forma direta.

Algumas questões dessa natureza foram colocadas ao prefeito durante a entrevista. Quando questionado sobre o valor repassado à secretaria responsável pela pesca, o então prefeito não soube responder. As contas do município não estão acessíveis à sociedade civil desde dezembro de 2011 quando da invasão do site da prefeitura por hackers. Indagamos se a pesca artesanal, por ser uma das atividades mais exercidas no município não merecia investimento da prefeitura no tocante a projetos e assistências. Ao informar que sim, questionamos o que faltava para que isso ocorresse e fomos informados que faltam projetos, por parte da representação da categoria, que é a colônia.

Pegando a linha de pensamento da prefeitura, observamos que a representatividade dos pescadores artesanais é falha. É falha em vários pontos, a começar pelos presidentes das colônias e a terminar nos próprios pescadores. São falhas decorrentes da realidade social da categoria no tocante a construção social em que os pescadores se desenvolveram e vivem. Quando não são despolitizados, alheios aos seus direitos, deveres e poder de reivindicação, não querem se envolver com questões políticas porque se sentem incapazes de mudar o que está posto. Uma pequena minoria milita em prol da causa coletiva ou individual, mas são enfraquecidos pela maioria inerte e pelas corrupções. Também são fragilizados todos, porque o que está em jogo não é somente uma disputa política, mas a luta pela sobrevivência; e nesse campo, o que mais importa é ter como se alimentar. A solução mais imediata, nesse caso, é pescar.

III.V – Campanha nacional pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras

Um dos problemas mais sérios da realidade dos pescadores em geral é a perda de território. Esse território compreende não somente a área destinada à pesca, mas também a área de moradia e vivência dos pescadores. A perda desses territórios se dá por vários motivos, mas a causa central está no modelo de desenvolvimento atual do país. Com vários projetos privados e estatais, muitas áreas onde habitam comunidades de pesca artesanal são suprimidas. Dessa forma, os pescadores vão perdendo o espaço utilizado por eles durante anos, décadas ou pela vida toda. Isso resulta em prejuízos tanto na produção, quanto na qualidade da vida social dessas comunidades.

Considerando esse fenômeno o Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP, lançou uma campanha para reivindicar a regulamentação dos territórios pesqueiros. O projeto objetiva a regularização, titulação e desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras. A campanha nacional tem um cronograma com atividades que foram iniciadas em março de 2012 e estão previstas para serem finalizadas no ano de 2015. A campanha priorizou no início o trabalho de base, agregando participantes de diferentes estados do país por meio de seminários e caravanas. No mês de junho foi lançada oficialmente em âmbito nacional. De acordo com o MPP os objetivos da campanha são os seguintes:

OBJETIVO 1: Dois mil pescadores e pescadoras por estado com conhecimento dos seus direitos sociais e afirmam sua identidade pesqueira artesanal.

OBJETIVO 2: Comunidades pesqueiras afirmando-se em sua identidade específica, com o propósito de se empoderar na defesa do seu território e na consolidação enquanto comunidade articulada e reconhecida frente à sociedade.

OBJETIVO 3: As comunidades pesqueiras artesanais debatendo e demonstrando a viabilidade de sua economia da pesca, a qual garante a sua sobrevivência e reprodução social, com qualidade de vida superior ao modelo do capital.

OBJETIVO 4: A sociedade encampa a campanha de regularização dos territórios pesqueiros

OBJETIVO 5: As comunidades tradicionais pesqueiras conhecem e fazem valer as leis para garantir os territórios pesqueiros tradicionais.

OBJETIVO 6: Comunidades pesqueiras conquistam instrumento jurídico que reconheça e regularize os territórios tradicionais pesqueiros. (MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS, 2012:19).

O trabalho de base objetivado pelo movimento pretende antes de qualquer conquista, o auto reconhecimento dos pescadores e pescadoras enquanto comunidades tradicionais. Dessa forma, poderão de maneira consciente, reivindicarem o direito da regulamentação. O reconhecimento desse direito e da necessidade de regulamentação por

parte da sociedade também é considerado crucial na campanha e está entre os objetivos almejados pelo movimento. No tocante a legislação, o Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e define quem são essas comunidades e quais são seus territórios.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, 2007).

Considerando nossa discussão e inferências com respeito à pesca artesanal como uma cultura tradicional, temos os pescadores como atores e produtores dessa cultura. Assim acreditamos na legitimidade em classificá-los como comunidades tradicionais e, portanto, delimitadores de territórios tradicionais. Essa delimitação é feita de maneira material, quando da utilização do espaço físico para a atividade da pesca, seja na captura ou na preparação para isso. E também é feita de maneira simbólica, quando da presença dos símbolos e da vivência em grupo em torno de um modo de vida comum. O referido decreto também define as competências do Estado junto a essas comunidades:

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. (BRASIL, 2007).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT tem como objetivo geral “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (...)”; e tem como um dos objetivos específicos, “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios (...)” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007). A garantia do território tradicional pesqueiro significa para os pescadores que vivem em comunidades, em áreas específicas de pesca, a legitimação e proteção da cultura da pesca. Essa proteção não diz respeito somente ao sentido simbólico, mas pode resultar na garantia da segurança alimentar e da qualidade de vida dos pescadores por meio de políticas direcionadas a tais territórios e seus moradores. O projeto se configura então como um movimento de clara importância na luta dos pescadores por

melhorias de trabalho e de vida. O movimento aponta a possibilidade de uma intervenção efetiva do Estado na realidade socioeconômica de trabalhadores que necessitam de ações eficazes. Estaremos atentos ao desenvolvimento da campanha e aos resultados alcançados, no objetivo de discutir acerca disso em pesquisas posteriores a esta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrar no município de Lucena como pesquisadora, esperava encontrar no objeto de estudo uma história pronta. Onde investigaria seu início, seu meio e fim; onde os sujeitos estivessem justapostos e nosso trabalho fosse meramente desvendar de que forma uma atividade extrativista se torna uma cultura tradicional. Além disso, investigaríamos para onde estaria caminhando essa cultura em nossa sociedade atual, subordinada ao sistema capitalista.

Pois bem, ao adentrar o universo da pesca artesanal em Lucena, fomos retirados da nossa zona de conforto e a história que parecia um conto com personagens e fatos a espera somente de um olhar geográfico atual, passa a ser uma realidade complexa, desconfortante e conflituosa.

A cultura, que era nossa base ótica para enxergar e compreender a comunidade de pescadores do município se agrega de valores que ultrapassam os valores simbólicos. Ficamos então, diante de uma atividade real, que é a base da sobrevivência de centenas de pessoas; que é um universo repleto de conflitos reais, que caminha para perder espaço na dinâmica socioeconômica atual, na qual estamos sujeitos.

Ao nos depararmos com coisas reais e um tanto complexas, a simbologia tornou-se um apetrecho em nossa pesquisa, que serviu, em alguns momentos, de suporte para a abstração de realidades em sua maioria tão cruas. Exemplo disso é quando dedicamos um capítulo aos saberes dos mestres da pesca artesanal, demonstrando em sua relação com o meio natural e nas simbologias da pesca, a cultura tradicional presente na atividade.

Contudo, no outro extremo do encantamento está o estranhamento causado pelos resultados da investigação. Em princípio nos causou impacto saber dos conflitos existentes entre as representações sindicais e entre elas e os pescadores. Tudo nos parecia funcionar como deveria, até que percebemos que como em várias representações, havia um jogo de interesses políticos e pessoais. O impacto causado em nossa ótica, não era por existirem, mas por existirem ali, na representação de uma categoria de trabalho tão simples e que já estava se apresentando para nós como uma jornada de vida bem difícil para quem estava nela desde cedo e dependia exclusivamente dela para sobreviver.

Ao investigar a vida dos pescadores e pescadoras artesanais do município de Lucena, descobrimos suas origens, suas histórias e suas situações de vida atuais. Algumas questões pedem um pouco mais de tempo para refletir, analisar, comparar, para que pudéssemos quem sabe, ter a sensação de que entendemos este universo como um todo. Embora não dispusemos desse tempo a mais agora, nosso trabalho em campo nos trouxe algumas conclusões centrais acerca desses pescadores e pescadoras e suas realidades.

Um fato positivo de nossa pesquisa é que tivemos a oportunidade de conhecer e entrevistar pescadores antigos na localidade, alguns já aposentados. Isso nos possibilitou enxergar com clareza suas histórias e desenvolvimento da pesca como um todo. A primeira conclusão que temos a apresentar é que em sua maioria, os pescadores e pescadoras artesanais de Lucena são filhos do processo de ocupação e exploração do território paraibano e nordestino. Suas histórias estão pautadas no movimento entre a transformação da terra de um valor de uso em um valor de troca na economia canavieira, até o momento de total controle territorial deste setor no tempo do *agronegócio*. Muitos dos pescadores mais antigos são filhos de agricultores que, ao encontrarem dificuldades em viver da terra, migraram de sua cidade ou estado. Alguns migraram da atividade da agricultura para a atividade da pesca artesanal. A pesca artesanal, se não era a atividade central de sobrevivência, passa a ser o principal meio de vida, visto que a área litorânea ainda era terra sem donos. São, portanto, pessoas de vida muito simples, que aprenderam a sobreviver com pouco, de atividades totalmente ligadas ao meio natural. E assim, aprenderam a conhecer esse meio e respeitar a suas maneiras.

A segunda conclusão é que diante da lógica econômica atual e do papel do Estado dentro dela, a pesca artesanal está perdida em alto mar. Um mar de grandes tubarões. É certo que existem políticas setoriais, estratégias de organização, programas e um mundo de caminhos e possibilidades apresentado pelo Governo Federal para a pesca artesanal. Também existem iniciativas advindas de instituições e da sociedade civil organizada. Contudo, em nossa ótica, o foco primeiro e final, ou seja, os sujeitos mais importantes da pesca artesanal que são os próprios pescadores e as pescadoras, não são alcançados com os resultados de tanta organização e interesse da atividade por parte do Governo Federal. Enxergamos a pesca artesanal como uma atividade que é mantida pelo Estado porque ainda é de certa forma rentável para a economia nacional³⁵, mas que não está no foco de suas prioridades enquanto desenvolvimento e melhoria. Desenvolvimento e melhoria não de maneira generalizada, mas que chegassem em cada comunidade de pesca artesanal. O que vemos, portanto, e que, infelizmente não é de se estranhar, é que a preocupação existente com a pesca artesanal por parte do Estado não é com os sujeitos, mas com a

³⁵ São produzidos no Brasil 1 milhão e 240 mil de pescado por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca artesanal. (Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, 2012).

organização de uma atividade que produz alguma renda para o país. Isso é perceptível quando percebemos a lógica do seguro do defeso, por exemplo, discutida no terceiro capítulo. Ela segue parâmetros que são alheios a realidades de cada localidade, que generalizam especificidades e não atendem as necessidades existentes.

A terceira conclusão é que, se valendo dessa realidade, vários sujeitos, seja do poder público nacional ou local, se utilizam das carências primárias desses pescadores e pescadoras para pleitear conquistas de interesses próprios. Os pescadores e pescadoras, dessa forma, se tornam meros eleitores ou subsídios para ganhos materiais e sociais de outros indivíduos. Além disso, há também os indivíduos que assim como estes citados, por fazerem parte da comunidade e do universo da pesca artesanal e por enxergarem a oportunidade, tomam a representação desses trabalhadores. O objetivo de estar a frente dessa representação deixa de ser a melhoria da atividade e da comunidade, passando a ser exclusivamente a conquista de objetivos pessoais, sejam eles políticos ou econômicos. Os pescadores não tendo outra opção, por serem em sua maioria pessoas simples, sem muita ou nenhuma formação educacional escolar, se sujeitam às mais absurdas imposições, sendo lesados e persuadidos a aceitarem calados essa forma de representação.

A quarta conclusão, que é mais uma suposição que uma conclusão, infere que diante dessas realidades, a continuação desse cenário não levará a pesca artesanal e os pescadores à lugares e situações melhores. Cenário este, mantido pelo Estado, pelas representações, pelos próprios pescadores e pescadoras, pelas instituições e pela sociedade civil, de forma direta ou indireta. Este cenário tal qual está, é a manutenção de um modo de vida precário, subordinado a regras e a uma organização distante e alheia a realidade socioeconômica vivida por essas comunidades de pesca artesanal. Um caminho que aponta para uma nova ótica e para mudanças talvez significativas, pode estar no projeto que visa transformar legalmente em Território Tradicional Pesqueiro as localidades de pesca artesanal. Acreditamos que seja um caminho porque sendo legalmente reconhecidas como tal, essas comunidades não estarão somente a espera de políticas voltadas para a pesca artesanal no sentido econômico, mas terão a oportunidade de reivindicar direitos inerentes a grupos que possuem um modo de vida baseado em atividades primárias como o extrativismo e o cultivo.

Identificamos em nossa pesquisa que os filhos de pescadores já não são em sua maioria pescadores. É uma realidade do município de Lucena, que acreditamos estar presente também em várias comunidades onde a renda da pesca artesanal já não supre as necessidades básicas das famílias. A sugestão dos órgãos envolvidos com a pesca artesanal é a inovação da atividade, com novas técnicas. O IFPB é um agente nesse sentido, oferecendo cursos para as comunidades de pescadores dos municípios de Cabedelo e Lucena. O alvo em sua maioria são os filhos de pescadores. É um caminho para

renovar a atividade. Porém, temos pescadores e pescadoras adultos e com idade avançada que a renovação da atividade, incluindo novas técnicas e tecnologias é uma realidade distante e talvez impossível. São tradicionais. Produziram uma cultura tradicional por meio do trabalho e a defendem em seu conjunto de técnicas rústicas, como seu único meio de vida. E rejeitam outras formas de se fazer, ainda que reconheçam sua possível eficácia.

É por esses pescadores e por essas pescadoras que devemos olhar com urgência. Garantir que a atividade por eles exercida seja seu meio de vida, lhe proporcionando o suprimento de suas necessidades básicas e de uma qualidade de vida, pautada na boa alimentação, saúde e moradia. Além disso, como discutimos e concluímos no segundo capítulo deste trabalho, temos na pesca artesanal não somente uma atividade de subsistência, mas ao mesmo tempo uma cultura tradicional. Essa cultura tradicional é fruto do trabalho de sujeitos que se relacionam com a natureza e que aprenderam a conhecê-la e respeitá-la. Uma cultura pautada em um modo de vida simples, produzida e reproduzida na prática da atividade e repassada de geração a geração com o objetivo de perpetuar não somente um meio de vida, mas o saber e o respeito à natureza.

Nosso dever, portanto, enquanto Estado, sociedade e instituições é direcionar forças e elaborar estratégias de ações no sentido de preservar uma cultura tradicional nascida em nosso território e em nossa história. Preservar de forma viva, de maneira que se permita aos pescadores e pescadoras artesanais continuarem suas práticas e seus modos de vida, com garantia da qualidade de vida. Para que a pesca artesanal e seus sujeitos não estejam presentes em nossa história como personagens que remontam ao nosso passado, mas como cidadãos ativos em nosso processo de desenvolvimento social.

Ao encerrar essas considerações, expresso aqui minha percepção ao entrar e sair da casa de cada um desses pescadores e pescadoras, misturando os sentimentos de pesquisadora, provocados pelas realidades encontradas.

*Cada casa que se abre,
é uma vida de portas abertas
Onde o quintal é o respeitoso mangue
Ou o misterioso mar
Que de podem ver da janela*

*Aperto de mão,
Um meio sorriso desconfiado, de boas-vindas
Um olhar atento e detalhado,
até que se abra o portão.
“A vida aqui é simples,*

mas fique a vontade”.

*Se sabe muito,
E do muito, se tira pouco.*

*Braços fortes, mãos escamadas
As pernas duras,
Pé rugoso...
Coluna cansada,
E um rosto desenhado de sol e lua,
De vento e sal.*

*Cada vida que se abre,
É um tesouro escondido que se revela
É um peso que de verdades que se toma nos braços
e por ele se enxerga;
é um livro de guerreiros lendários
de batalhas que se ganham e que se perdem...*

*“O mar tem mistério”
É o primeiro mandamento.
“De onde se tira e não se bota nada, um dia se acaba”,
É preciso saber...
E se falta,
Se espera, vai levando,
Se espera...
Isso fazem com maestria e grandeza.*

*E a gente sai de lá,
Não mais o mesmo que entrou
Parece que falta algo,
Parece que por alguns instantes,
Se deseja esquecer o que enxergou.
Se sente um tanto vazio,
Por sair de mãos cheias
E não doas melhorias...*

*...Mas pescador sabe bem que a vida é assim,
“Um dia o mar é da pesca, no outro é do pescador”,
E assim,
A gente se conforta um pouco.
(Suana Medeiros)*

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em janeiro, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em fevereiro, 2012.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em novembro, 2011.

BRASIL. Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em maio, 2012.

BRASIL, Ministério do Estado do Interior. Portaria GM nº 323, de 29 de novembro de 1978. Disponível em <<http://faolex.fao.org/docs/pdf/bra14330.pdf>>. Acesso em julho, 2012.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e Tradição.** Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ. Niterói: EdUFF, 1999.

CAIS DO PORTO. Paraíba - Edição 13 - Junho de 2010. **Dragagem em Cabedelo**, 2010. Disponível em <<http://www.caisdoporto.com/v2/listagem-materias-detalle.php?id=53&idMateria=325&idEdicao=19>>. Acesso em junho, 2012.

CLICKPB. Paraíba terá geração de bioenergia a partir da vinhaça da cana-de açúcar, 2011. Disponível em <<http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/paraiba-tera-geracao-de-bioenergia-a-partir-da-vinhaca-da-cana-de-acucar/imprimir/>>. Acesso em maio, 2012.

CORREIO da Paraíba. Portal Correio. **Ong quer que MPF exija estudo de impacto ambiental sobre dragagem do Porto**, 2010. Disponível em <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/matImprimir.asp?newsId=140776&siteId=noticias>>. Acesso em maio, 2012.

COSGROVE, Denis. Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In_ CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 93-123.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Formas de Organização da Produção Pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos.** Publicado originalmente em Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática, 1983. Disponível em <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf>. Acesso em novembro, 2011.

EAGLETON, Terry. **La idea de cultura.** Barcelona: Paidós, 2001.

EMATER, Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural. **VINHOTO - A solução para um grande problema.** Folder, 1999. Disponível em <<http://www.emater.mg.gov.br/doc%5Csite%5Cserevicoseprodutos%5Clivraria%5CMeio%20Ambiente%5CVinhoto%20a%20solu%C3%A7%C3%A3o%20para%20um%20grande%20problema.pdf>>. Acesso em junho, 2012.

ELIOT, T.S. **Notas para uma Definição de Cultura.** Título do original em inglês: Notes Towards the Definition of Culture, 1962. Tradução: Geraldo Gerson de Souza; Revisão: Plínio Martins Filho; Produção: Plínio Martins Filho e Cristina Ayumi Futida São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1988.

FERNANDES, L. J.; SASSI, ROBERTO.; LIMA, EDUARDO RODRIGUES VIANA DE. **Gestão costeira e desenvolvimento urbano do município de Lucena (PB-Brasil): Uma proposta de planejamento ambiental usando o Processo Analítico Hierárquico.** Revista da Gestão Costeira Integrada, 2011.

FERNANDES, Luiz Jorge Monteiro. **Análise das transformações sociais e ambientais em um processo de ocupação litorânea: o caso do município de Lucena/PB.** João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável.** 2 ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008. 258p.

GIRO PB. **Deputados vão solicitar a Dilma dragagem do Porto de Cabedelo,** 2012. Disponível em < <http://www.giropb.com.br/deputados-vao-solicitar-a-dilma-dragagem-do-porto-de-cabedelo/>>. Acesso em maio, 2012.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Recursos Pesqueiros.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/institucional/recursos-pesqueiros>>. Acesso em junho, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades. Lucena – PB,** 2012. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250860>>. Acesso em fevereiro, 2012.

IFPB, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Paraíba. **Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha - CFPCM.** Disponível em <<http://www.ifpb.edu.br/crpnm/CFPCM/extensao-pesqueira/?searchterm=pesca>>. Acesso em julho, 2012.

JORNAL DA PARAÍBA. **MPF investiga suposta fraude de Anísio Maia,** 2012. Disponível em <http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/80767_mpf-investiga-suposta-fraude-de-anisio-maia>. Acesso em maio, 2012

LARAIA, Roque de Barros. **CULTURA: um conceito antropológico.** 24.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LIMA, Edvaldo Carlos. **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.** Recife: UFPE, 2011. (Tese de Doutorado).

MADRUGA, Ana Cornélio. **MUDANÇA DE VENTO: REDISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES NO ESPAÇO DE UMA COMUNIDADE PESQUEIRA LUCENA – PARAÍBA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985.

MADRUGA, Antonio Moacyr. A questão da Baleia: Da luta ecológica à exploração Humana. In: **Cadernos de estudos regionais. O Porto de Cabedelo e a pesca da Baleia** – Série Monografia 2. João Pessoa, UFPB/NDIHR-CNPq. Ano 3, nº 3, 1980.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática S.A, 1986.

MARCELINO, Rosalve Lucas. **Diagnóstico sócio-ambiental do estuário do Rio Paraíba do Norte-PB, com ênfase nos conflitos de uso e interferências humanas em sua área de influência direta**. João Pessoa 2000. 99f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba.

MARQUES, José Geraldo W. Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

MARX, Karl.; ENGELS Friedrich. A ideologia alemã virtual. VirtualBooks. Formato:e-book/ PDF. Código:CRCMIDA000018. © Ridendo Castigat Mores, 2000.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização**. In_ ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2004.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. 2009.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Evolução do processo de ocupação do espaço paraibano**. Textos UFPB / NDIHR Nº 24 set/1990. 1990. Disponível em <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html>. Acesso em abril, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1997. 332 p.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em setembro, 2011>.

MPP, Movimento dos Pescadores e Pescadoras. **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro. Território Pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro**. Edição 1, 2012.

NEVES, Silvana Moreira; NEVES, Marianna Moreira. **Tendência atual do comportamento da linha de costa e caracterização das praias do estado da Paraíba-Brasil**. EGAL, 2009. Disponível em <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7304_Neves_Silvana_Moreira.pdf>. Acesso em maio, 2012.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

PB AGORA. **Mais uma ação no MPF contra Anísio Maia**, 2012. Disponível em <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20120424082924&cat=politica&keys=mais-acao-mpf-contr-anisio-maia>>. Acesso em maio, 2012.

PRESS, F.; et al. **Para entender a Terra**. 4. Edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos).

SASSI, Roberto et al. **Pescadores artesanais do estuário do rio Timbó, Pernambuco, Brasil: cultura, sobrevivência e imaginário**. Sitientibus Série Ciências Biológicas 7 (1): 86-97. 2007.

SEBRAE. **Baleias: mitos venceram os fatos**. Disponível em <http://sebraepe2.interjornal.com.br/noticia_com.kmf?noticia=9845765&canal=86&total=4284&indice=60>. Acesso em maio, 2012.

SOS MATA ATLÂNTICA, Fundação; INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais **ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA PERÍODO 2008-2010**. Disponível em <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Repositorio/222/Documentos/EPBio/EPBio_20_Flavio.pdf>. Acesso em julho, 2012.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Nas margens do rio Paraíba do Norte**. In_ Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático. Ano 2, Número 4 - Jul/Dez de 2003 - ISSN 1677-1125. Disponível em <http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/revistas/texto/ano2_n4/ano2_n4_artigo2.htm>. Acesso em 02 maio, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORREA, Roberto Lobato; CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de. FAIRCHILD, T.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra**. São Paulo: oficina de textos, 2001.

TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. **O homem e a baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba**. Dissertação de mestrado, PRODEMA, 2009. 181 f.

TUAN, Yi-fi. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. New Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1974. Tradução de Livia de Oliveira: Difusão Editorial, 1980.


VANNUCCI, M. **Os Manguezais e Nós: Uma Síntese de Percepções**. São Paulo: USP, 1999.
22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. **PROCESSO Nº 2004.34.00.028767-2**, 2004.

SITES CONSULTADOS

Embarque Nordeste. <<http://www.embarquenordeste.com.br/leitura/destinos/35/maragogi-um-destino-entre-duas-capitais.html>>. Acesso em julho, 2012.

Museu virtual de Aquicultura e pesca da cidade de Acaraú.<<http://museuaquiculturapescaacarau.blogspot.com.br/2011/09/maquete-de-um-curral-de-pesca-doadado.html>>. Acesso em julho, 2012.

ANEXO I – Imagens da cópia de parte do processo citado na página 97.


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL


219

CARTA DE INTIMAÇÃO
22ª VARA FEDERAL

PROCESSO:	2004.34.00.028767-2
CLASSE:	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
AUTOR:	COLONIA DE PESCADORES DE COSTINHA Z19 - ANTONIO FELIPE DOS SANTOS
RÉU:	COORDENADOR GERAL DO SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - TEM
INTIMAÇÃO DE:	COLONIA DE PESCADORES DE COSTINHA Z19 - ANTONIO FELIPE DOS SANTOS. NA PESSOA DE SR. ZELIO DA SILVA NASCIMENTO
ENDEREÇO:	RUA DESPORTISTA JOÃO ARAÚJO DANTAS, S/N, PRAIA DE COSTINHA, LUCENA, PARAÍBA CEP 58315-000
FINALIDADE:	Intimar do r. despacho de fl. 70, proferido nos autos do processo em epígrafe, para que cumpra o r. despacho de fl. 69. (PRAZO DE 48 HORAS)
ADVERTÊNCIA:	Sub pena de extinção do feito.
ANEXO:	Cópia dos rr. despachos de fls. 69/70.
SEDE DO JUÍZO:	22ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL SAS QD 04, LOTE 07, BLOCO D, EDIFÍCIO SEDE II - 9º ANDAR. BRASÍLIA - DF CEP. 70.070-040

Expedi este mandado por ordem do Juízo Federal da 22ª Vara/DF.

Brasília, 11 de abril de 2005.


CARLOS MAGNO COSTA TEIXEIRA
Diretor de Secretaria da 22ª Vara



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

22ª VARA	SJ.
DF	
Fls. 69	
Rubrica	

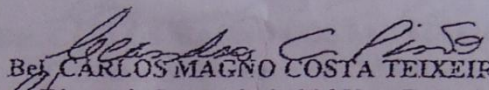
219

Processo n.º 2004.28767-2

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos ao MM. Juiz Federal Substituto da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. CLEBERSON JOSÉ ROCHA, do que lavro este termo.

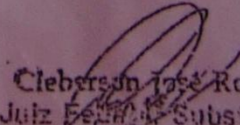
Em 02/12/2004.


Bel. CARLOS MAGNO COSTA TELXEIRA
Diretor de Secretaria da 22ª Vara Federal

DECISÃO n.º 1237/2004

1. Nessa análise preliminar não há relevância na fundamentação. A uma porque o art. 8º da CF/88 veda a existência de mais de uma entidade sindical - aí compreendida a colônia de pescadores - na mesma zona territorial. A outra porque não consta nos autos que a decisão de fls 34/38, favorável à impetrante tenha transitado em julgado.
2. Indefiro a liminar. Promova o impetrante a criação da Colônia de pescadores 7-5 como letesconsorte possível.
3. Intimado.

Em 6.12.04.


Cleberon José Rocha
Juiz Federal Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

22ª VARA	SJDF
Fls.	70
Rubrica	

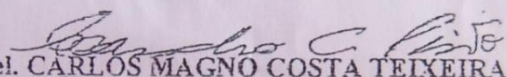
219

Processo nº 2004.28767-2

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos ao MM. Juiz Federal Substituto da 15ª Vara no exercício da titularidade da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. FRANCISCO ALEXANDRE RIBEIRO, do que lavro este termo.

Em 28.1.2005.



Bel. CARLOS MAGNO COSTA TEIXEIRA
Diretor de Secretaria da 22ª Vara

DESPACHO

Intime-se pessoalmente o impetrante para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cumpra a decisão de fl. 69, sob pena de extinção do feito.

Cumpra-se

Brasília, 35/02/05


CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Juiz Federal Substituto da 22ª Vara/SJDF
no exercício da titularidade